



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Maria Mostafa

**A idiota da primeira infância:
Forças que operam a segmentarização da vida**

Rio de Janeiro
2022

Maria Mostafa

**A idiota da primeira infância:
Forças que operam a segmentarização da vida**



Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito *parcial* para obtenção do Título de Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Estela Scheinvar

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M915 Mostafa, Maria .
A idiota da primeira infância: forças que operam a segmentarização da vida/ Maria Mostafa. – 2022.
138 f.

Orientador: Estela Scheinvar.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Primeira infância – Teses. 2. Biopolítica – Teses. 3. Neoliberalismo – Teses. I. Scheinvar, Estela. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs CDU 330.831

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Maria Mostafa

**A idiota da primeira infância:
Forças que operam a segmentação da vida**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovada em 21 de novembro de 2022

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Estela Scheinvar (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a Esther Maria de Magalhães Arantes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a Claudia Lee Williams Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof.^a Dr. Jorge Ramos do Ó
Universidade de Lisboa - ULisboa

Prof.^a Dr.^a Valeria Llobet
Universidad Nacional de San Martín - UNSAM

Prof. Norma del Río Lugo
Universidad Autónoma Metropolitana - UAM

Rio de Janeiro
2022

DEDICATÓRIA

Às 700 mil pessoas que morreram na pandemia no Brasil

AGRADECIMENTOS

À Capes pela bolsa concedida durante o doutorado, incluindo o período sanduíche. À UERJ e ao conjunto das universidades públicas brasileiras, que me formaram desde a graduação, instituições em que me sinto em casa e que me deram acesso ao universo da pesquisa. Ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) pela acolhida, aprendizados e oportunidades.

Foram quatro anos de muitos desafios e, ao mesmo tempo, de ótimos encontros com pessoas muito especiais. Esses encontros não só tornaram essa caminhada possível, como um tanto mais prazerosa. A começar pela minha orientadora, Estela Scheinvar: cheguei ao nome da Estela pesquisando o Currículo Lattes dos professores do PPFH. Nunca tinha conversado ou lido nada dela. A primeira vez que a vi foi na entrevista da seleção do doutorado. E assim, sem saber direito onde eu estava pisando, me vi diante de uma grande mulher, que orienta com firmeza e afeto ao mesmo tempo, mergulha junto com a gente e não solta da nossa mão, encoraja, ajuda, aposta, ensina. Uma pessoa comprometida com todas as dimensões do ser professora, com quem aprendi tanto. Muito obrigada Estela, por me ajudar a me ver como pesquisadora, por ser essa grande parceira e uma inspiração para todos nós.

Também tive a sorte de ter um companheiro doutor, que entendia todo o processo pelo qual eu estava passando. Agradeço ao Marcelo por sempre me incentivar, por me esperar enquanto eu fazia o sanduíche em Lisboa, por me escutar nos momentos de euforia com a pesquisa e acolher nos momentos de choro.

Agradeço à minha família pela torcida, especialmente pelas trocas com minha mãe Solange Mostafa, que é professora, e minha irmã Joana, coincidentemente fazendo doutorado no mesmo período que eu. Nós três circulamos por temas e autores afins e inevitavelmente todas as vezes em que nos encontramos nesse período acabávamos falando das nossas pesquisas, o que foi de grande ajuda.

Ao professor Jorge Ramos do Ó, que me recebeu no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa para o sanduíche. Foi uma experiência marcante que engrandeceu bastante a pesquisa e a minha vida. Quero inclusive agradecer à encantadora cidade de Lisboa, lugar em que fui extremamente feliz por seis meses: comi muito bacalhau com vinho verde, pastéis de nata, conheci lugares lindos, fiz

amigos e brindei a vida depois de tanta dureza que foi esse Brasil da pandemia. E mesmo fazendo tudo isso, consegui me concentrar na pesquisa e avançar na tese. Eu não sabia que essa felicidade era possível no doutorado! Agradeço também ao professor Thiago Almeida, do Instituto Politécnico de Lisboa, pelas valiosas indicações de leituras sobre a psicologia do desenvolvimento que foram tão importantes para minhas análises. Voltei com a tese encaminhada e apaixonada por Portugal, certa de voltar em breve.

Agradeço aos professores da banca, Esther Arantes, Cláudia Fonseca, Norma del Rio, Valeria Llobet e novamente Jorge Ramos do Ó pela leitura cuidadosa, pelo diálogo e indicações na qualificação, que estiveram comigo em tudo que veio depois.

Ao pessoal do CECIP, pela confiança e aposta no meu trabalho, em especial à equipe da secretaria executiva da RNPI (2015-2017), por compartilharem comigo essa experiência intensa que me trouxe para o doutorado.

Agradeço aos amigos e às relações de afeto que me mantiveram viva e bem nesses quatro anos, apesar das dificuldades. São muitos com quem ri, chorei, me desesperei, gargalhei e compartilhei a vida. Muitos reunidos nos grupos de WhatsApp que foram essenciais em tempos de isolamento pandêmico, mas não só. À Ana Marcela, Michelli e Priscila, amigas que o doutorado me trouxe, pelo grupo de apoio solidário que formamos. Aos amigos do grupo de orientação, especialmente ao grupo que estava com a Estela quando ingressei em 2018: Gabriel, Filipe, Ana Marcela mais uma vez, Michelly e Zélia, pela cumplicidade e pelos tantos momentos de diversão. À Karina, Rafaela e Soraia, amigas de todas as horas, pelas risadas sem fim que alegam minha vida. Às queridas amigas da graduação, Fernanda, Lívia, Maya e Morgana, que se mantiveram presentes nesses 20 anos! Aos amigos de Portugal: os "sandwichers", o pessoal da casa onde morei, os amigos que reencontrei e à prima Carolina que descobri em Lisboa, por terem feito dessa experiência um período de tanta felicidade.

Finalmente agradeço ao SUS, pelas doses da vacina que me trouxeram de volta o ar e nos tiraram do cenário de morte e tristeza que atravessamos no Brasil.

Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo e respirar.

Ailton Krenak

RESUMO

MOSTAFA, Maria. **A idiota da primeira infância:** Forças que operam a segmentação da vida. 2022. 138f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esse trabalho parte de um incômodo com a correlação entre a primeira infância, definida no Brasil como a idade que vai de zero a seis anos, e o futuro produtivo dos trabalhadores no contexto neoliberal de responsabilização dos indivíduos pelo seu “sucesso”. A primeira infância vem sendo promovida por diferentes atores da área social como organizações da sociedade civil, governos e organismos multilaterais, com base em uma compreensão, elaborada em diálogo com as neurociências e com a ideia de capital humano, de que nessa idade é possível potencializar o desenvolvimento do cérebro de forma que sejam prevenidos danos. De acordo com os defensores dessa perspectiva, os maiores danos advêm da pobreza e, investindo no capital humano nos primeiros momentos da vida, as crianças conseguiriam romper o “ciclo da pobreza” em que se encontram. Esta pesquisa investiga a governamentalidade da primeira infância de forma a dar visibilidade às mecânicas que operam a segmentação e a conformação deste campo, no qual são formulados discursos de sua prioridade e políticas públicas que têm o controle das famílias pobres como alvo. A partir do personagem conceitual do idiota, formulado por Deleuze com base na obra de Dostoiévski, colocamos pausas e dúvidas às certezas e urgências deste campo, analisando discursos de diferentes atores, tais como a revista *The Lancet* e especialistas que trazem a legitimidade do campo científico para definir etapas universais do desenvolvimento infantil e incidir na política. Da mesma forma, analisamos documentos do Programa Criança Feliz, uma política pública nacional de visitação domiciliar para famílias com crianças na primeira infância. Nas nossas análises percebemos uma tentativa de conceber a primeira infância como um atalho “cientificamente comprovado” para combater a desigualdade social. Essa concepção produz como efeito a responsabilização das mães pela pobreza das crianças e um modo de subjetivar a infância/capital-humano, tendo como foco crianças “subestimadas” nas que haveria que investir, para um futuro cada vez mais competitivo e excludente.

Palavras-chave: Primeira Infância; Biopolítica; Neoliberalismo; Normalidade.

ABSTRACT

MOSTAFA, Maria. **The Idiot of Early Childhood**: forces that operate the segmentation of life. 2022. 138f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022

This work starts from a discomfort with the correlation between early childhood, defined in Brazil as the age ranging from zero to six years, and the productive future of workers in the neoliberal context of accountability of individuals for their “success”. Early childhood has been promoted by different actors in the social area, such as civil society organizations, governments and multilateral organizations, based on an understanding, developed in dialogue with neurosciences and with the idea of human capital, that at this age it is possible to potentiate brain development so that damage is prevented. According to the defenders of this perspective, the greatest damage comes from poverty and, by investing in human capital in the first moments of life, children would be able to break the “poverty cycle” in which they find themselves. This research investigates the governmentality of early childhood in order to give visibility to the mechanics that operate the segmentation and conformation of this field in which discourses of its priority are formulated and public policies that have the control of poor families as a target. From the conceptual character of the idiot, formulated by Deleuze based on the work of Dostoevsky, we put pauses and doubts to the certainties and urgencies of this field, analyzing discourses of different actors such as The Lancet journal and specialists that bring the legitimacy of the scientific field to define universal stages of child development, and focus on politics. Likewise, we analyzed documents from the Criança Feliz Program, a national home visitation public policy for families with children in early childhood. In our analyses, we perceive an attempt to conceive early childhood as a “scientifically proven” shortcut to fight social inequality. This conception produces the effect of making mothers responsible for their children's poverty and a way of subjectivizing childhood/human capital, focusing on “under-stimulated” children in whom it would be necessary to invest, for an increasingly competitive and excluding future.

Keywords: Early Childhood; Biopolitics; Neoliberalism; Normality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASQ-3	<i>Ages and Stages Questionnaire - 3</i>
BM	Banco Mundial
CECIP	Centro de Criação de Imagem Popular
CDC	Cuidados para o Desenvolvimento da Criança
CNAS	Conselho Nacional da Assistência Social
CRP	Conselho Regional de Psicologia
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MLPI	Marco Legal da Primeira Infância
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCF	Programa Criança Feliz
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara
RNPI	Rede Nacional Primeira Infância
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1-	Aprovação Marco Legal da Primeira Infância.....	21
Fotografia 2-	IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância..	26
Ilustração 1-	Charge Dilma Rousef.....	27
Fotografia 3-	Begônia.....	38
Fotografia 4-	Primeira Infância é Prioridade.....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O QUE ME TRAZ AQUI: MINHAS EXPERIÊNCIAS E IMPLICAÇÕES	15
1.1 Aprovação do Marco Legal da Primeira Infância.....	19
1.2 O Golpe e a RNPI.....	24
1.3 O Programa Criança Feliz e a RNPI	28
1.4 Uma pesquisadora idiota.....	34
1.5 Tese-flor.....	37
2. O GOVERNO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	40
2.1 Primeira infância: uma produção discursiva	41
2.2 Governamentalização da infância	43
2.3 Infância e biopolítica	51
2.4 Os saberes médicos e a intervenção precoce	53
2.5 Liberalismo, neoliberalismo e capital humano	63
3. SEGMENTAÇÕES E A PRIORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	71
3.1 Primeira infância e normalidade.....	76
3.2 Especialistas brasileiros produzindo a infância.....	89
3.3 Um médico-político na Berlinda	91
4. O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	93
4.1 Risco e determinismo parental.....	96
4.2 Para quem?	103
4.3 <i>Checklist</i> do desenvolvimento	106
4.4 Acompanhamento de gestantes e a teoria do apego	110
4.5 Atividades para as crianças: o brincar	112
4.6 Avaliação do Programa.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO

A primeira infância, definida no Brasil como a fase que vai dos 0 aos 6 anos de idade (a partir do nascimento), vem ganhando importância em diferentes frentes, seja em campos do saber como as neurociências ou a economia, seja como objeto das organizações da sociedade civil que desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) têm sido conclamadas a agir no campo da garantia dos direitos da criança e na formulação de políticas sociais. No Brasil, efeito da força dessa emergência é a sua institucionalização com a formação, em 2010, de uma rede de organizações chamada Rede Nacional Primeira Infância e a aprovação, em 2016, da Lei 13.257, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, (BRASIL, 2016). No mesmo ano também foi criado um programa federal de visitação domiciliar com foco no desenvolvimento das crianças de até 6 anos, chamado Programa Criança Feliz (BRASIL, 2017).

A argumentação que vem embasando a emergência da primeira infância prioriza o cuidado e o desenvolvimento dessa fase frente a outras da própria infância e da adolescência. Essa prioridade tem como fundamento algumas correntes das neurociências - linha do pensamento científico que é posta como universal - que entendem que certo tipo de estímulo cerebral nos primeiros anos de vida seria de tal modo determinante, que poderia até compensar os efeitos da pobreza e da desigualdade social (DEL RÍO, 2014). Do argumento das neurociências derivam outros, como o do prêmio Nobel de economia James Heckman, de que a cada dólar investido em políticas de primeira infância há uma economia de 7 dólares em outras políticas sociais (HECKMAN, 2020). O discurso da plasticidade do cérebro nos primeiros anos de vida é amplamente reproduzido por diversos atores do campo da primeira infância, como organizações sociais, frentes parlamentares (LANÇAMENTO, 2011), organizações multilaterais (WORLD BANK, 2020) e gestores públicos. Há uma articulação entre essas produções científicas e a constituição do campo de investimento na primeira infância, produzindo um saber-poder que atua como uma tecnologia de regulação.

A concepção de infância que vem fundamentando as políticas públicas mais recentes no Brasil, como o Programa Criança Feliz, é bastante afinada com a concepção dos Estados Unidos e do Banco Mundial, que financiam grande parte dos

programas de primeira infância na América Latina e em países em desenvolvimento. Em um artigo publicado em 2002, de Helen Penn, já era possível observar um grande investimento do Banco em políticas de primeira infância:

O Banco Mundial até agora emprestou mais de um bilhão de dólares para apoiar uma série de programas de desenvolvimento e cuidado à primeira infância em todo o mundo, inclusive em países como Bolívia, Colômbia, Brasil, El Salvador, Índia, Indonésia, Nigéria, Uganda, Marrocos e Cazaquistão (PENN, 2002, p.12).

Os modelos de intervenções usados pelo Banco se baseiam em experiências norte-americanas de educação e cuidado na primeira infância e, não por acaso, Estados Unidos é o maior acionista do Banco Mundial. A concepção norte-americana de desenvolvimento infantil se baseia na ideia de que cada criança tem um lar com um cuidador que pode lhe dar atenção (PENN, 2002). Esse modelo centra a influência sobre a criança e seu desenvolvimento na figura do cuidador adulto, atribuindo enorme responsabilidade aos pais pelo bom desenvolvimento das crianças. A intervenção nas famílias e nas crianças, na idade certa, compensaria os efeitos negativos da pobreza sobre o desenvolvimento infantil. O discurso que vem sendo produzido, confirmado pelo Banco Mundial, é de que a primeira infância é a fase ótima para a intervenção, sendo possível prevenir uma adolescência problemática e abrir caminho para uma juventude e uma idade adulta economicamente produtivas.

Apesar do investimento recente do Banco Mundial na primeira infância, não é de hoje que a infância tem sido objeto de preocupação social. Ao longo da história o olhar para ela passou por diferentes formas, que não são descoladas das formas de governo, de produção econômica e da forma como a sociedade se organiza como um todo. Philippe Ariès (1978), importante referência do campo da história social e da história da infância, por meio de uma detalhada pesquisa sobre as representações de criança na iconografia europeia durante a modernidade, conclui que as representações da infância vão sofrendo mudanças, nos indicando que a forma como a infância era percebida foi mudando de lugar na sociedade europeia com o passar do tempo. A inegável contribuição de Ariès, embora já discutida por diversos autores, é de que a própria concepção de infância é dotada de historicidade.

Se as concepções de infância são históricas, como se deu a emergência da primeira infância? A Convenção dos Direitos da Criança aprovada em 1989 e ratificada por quase todos os países (com exceção dos Estados Unidos) considera “criança” todo ser humano menor de 18 anos de idade (ARANTES, 2016). Por que estamos agora afirmando os direitos das crianças de zero a seis anos de idade, e quais efeitos essa afirmação está produzindo? Como se deu essa clivagem no campo da infância? Especificamente, como chegamos a essa concepção de primeira infância que tem como fundamento a articulação do discurso das neurociências, da produtividade econômica e a responsabilização das famílias pela interrupção do ciclo da pobreza?

A primeira infância tem sido abordada instrumentalmente pelas ciências biomédicas e pedagógicas, sob uma abordagem historiográfica e cronológica. Aqui nos interessa mais trabalhar sob uma perspectiva genealógica da primeira infância, já que a genealogia evidencia a imbricação entre saber e poder: "É essa análise do porquê dos saberes - análise que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político - que em uma terminologia nietzchiana Foucault chamará genealogia." (MACHADO, 2015, pp. 11-12). A genealogia nos ajudará a compreender como os jogos de verdade legitimam táticas de poder que agem sobre os processos de subjetivação, se desdobrando, por fim, em práticas de si.

Nessa perspectiva buscaremos entender por que se formaram as séries de discursos e seu poder de afirmação, para então investigar as práticas e os dispositivos que constituem o sujeito e o objeto, correlativamente: a criança como sujeito e a 1ª infância como objeto das políticas públicas. Quais foram as práticas, os modos de agir e pensar, que permitiram a emergência desses jogos de verdade que objetivaram o sujeito criança? Como ocorre a segmentação entre infância e primeira infância? De que modo os mecanismos de governo da infância, emergentes nos séculos XVIII e XIX, estão presentes no processo de segmentação da infância no fim do século XX? Não acreditamos haver uma verdade sobre a primeira infância. Interessa entender como ela se torna objeto de um saber.

1. O QUE ME TRAZ AQUI: MINHAS EXPERIÊNCIAS E IMPLICAÇÕES

Entre as pessoas talvez seja difícil e aborrecido para mim. Decidi ser gentil e franco com elas na primeira oportunidade; porque ninguém vai exigir mais de mim. Talvez aqui também me achem uma criança – que achem! Também me acham idiota sabe-se lá por quê, eu realmente estive tão doente naquela época que parecia mesmo um idiota; mas que idiota sou agora, quando eu mesmo compreendo que me consideram um idiota? Entro em algum lugar e penso: “Pois bem, me consideram idiota, mas apesar de tudo eu sou inteligente e eles nem advinham...”.

Fiódor Dostoiévski

Pesquisar infância é lidar com o grande potencial de mobilização de afetos que o tema traz, já que se produziu um olhar que relaciona às crianças fragilidade, inocência, pureza e proteção. A ofensa a essa ideia de infância provoca reações passionais, algo que Valéria Llobet chama de "*horror moral frente al sufrimiento infantil*" (2019, p.29). Há um certo consenso na pauta política da infância, afinal ninguém quer ser reconhecido como um malfeitor em relação às crianças, especialmente às crianças pobres na primeira infância, às quais se dirige um olhar benevolente salvacionista desde o Brasil colônia (ARANTES, 1995). Mas para poder pensar os modos como as crianças estão sendo produzidas, se distanciando desse olhar moral e consensual, se faz necessário, em primeiro lugar, desnaturalizar a categoria "infância". Inclusive porque a própria separação etária pode ser compreendida como uma ferramenta biopolítica para o controle social. Desnaturalizar a categoria é um passo crucial para que o ato de pesquisar não se torne mais um braço desse aparato de controle e para que seja possível colocar em análise os sentidos que as lutas no campo da infância vêm

produzindo, com seus tensionamentos e disputas: para podermos fazer perguntas deslocadas das pautas urgentes dos movimentos sociais.

Problematizar a categoria infância faz parte do meu objeto de pesquisa e dos motivos que me trazem para a investigação acadêmica. Por um caminho profissional não muito intencional, principalmente por meio da atuação numa ONG chamada Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), cheguei à coordenação de uma rede chamada Rede Nacional Primeira Infância, durante 2016 e 2017, e vivenciei por dois anos todas as oportunidades e os desafios que estar à frente de uma rede nacional traz. Não tinha nenhuma experiência no campo da infância, e durante esses dois anos observei e aprendi como esse campo se comportava, senti as tensões, as disputas, as correntes e fui aos poucos formulando meus próprios posicionamentos. Focando sempre no trabalho a ser feito e nas causas dessa rede, que giram em torno do que é entendido como a valorização da primeira infância no Brasil, aos poucos fui compreendendo que os movimentos sociais são espaços para cobrar respostas, e não para fazer perguntas. Os questionamentos que me perpassavam de forma recorrente e que tiveram como destino a pesquisa acadêmica, lugar no que as perguntas são permitidas e desejáveis, colocavam em questão o próprio campo em que eu estava inserida: primeira infância? Por quê?

Ainda assim, o lugar de pesquisadora do campo da infância me causa alguns incômodos, seja por receber às vezes um olhar benevolente, como se a "pureza" relacionada às crianças na primeira infância de alguma forma também me alcançasse quando digo que escolhi esse tema de pesquisa, seja por sentir um certo medo de ser julgada, justamente pelos meus colegas de RNPI, por estar operando uma desnaturalização da categoria "primeira infância". Como se ao desnaturalizar a categoria, de alguma forma estaria dessacralizando a pauta, enfraquecendo-a e incorrendo num "pecado de militância" e num pecado moral. Esses "pecados", político e moral, constituem uma interdição do pensar que inviabiliza discussões mais profundas sobre a questão pela qual se luta. A interdição de questionamentos e análises sobre a própria a pauta pode produzir uma agenda política que acaba por ser instrumental à naturalização de plataformas políticas instituídas, que muitas vezes é oposta aos objetivos que foram a razão do movimento ter se organizado.

O olhar de benesse para as crianças na primeira infância não é dado, é histórico: a partir do momento em que a pobreza passou a ser vista como uma ameaça à ordem social, a infância foi entendida como lugar privilegiado de intervenção, como uma idade em que ainda era possível que os pobres fossem "salvos". Assim, uma combinação entre políticas de assistência e repressão foram desenhadas para atender as crianças em "risco". A infância pobre foi dividida em duas abordagens recorrentes: a infância em perigo, composta pelas crianças mais novas, que precisavam da intervenção para não se "degenerarem", e a infância perigosa, que oferecia risco à sociedade (DONZELOT, 1980).

O meu próprio olhar para a primeira infância também não é neutro, é resultado dos atravessamentos que me compõem e, em grande parte, do encontro que tive com a Rede Nacional Primeira Infância. Falar sobre essa experiência é uma forma de situar o meu olhar, trazer para a análise que estou me propondo fazer a parcialidade que me habita, e dessa forma também entender o coletivo que há em mim:

Um detalhe que não é menor para um trabalho investigativo na perspectiva aqui defendida, é que a implicação não diz respeito à noção de comprometimento ou relação pessoal com o campo, ao contrário, a análise de implicação fala do coletivo em nós, do impessoal se desgarrando do sujeito e sua história individual na relação com o campo de pesquisa. (ROMAGNOLI e PAULON, 2014, p.5).

Quando assumi a coordenação da secretaria executiva da RNPI em janeiro de 2016, o CECIP já tinha um ano nessa função, dos três previstos no mandato (2015-2017). A então coordenadora tinha sido aprovada em concurso para atuar como professora acadêmica na mesma época em que um projeto que eu coordenava no CECIP estava terminando. Assim, em grande parte por uma coincidência de prazos, e por eu já ter estabelecido uma relação de confiança no CECIP, organização na qual vinha trabalhando desde 2011, fui escolhida para ocupar a vaga, ainda que não possuísse nenhuma experiência com a área da primeira infância. O ritmo de trabalho da RNPI era intenso, numa equipe de cinco pessoas, que contava com Claudius Ceccon, diretor do CECIP que coordenava a secretaria executiva junto comigo, uma jornalista e duas assessoras. A equipe também contava com um assessor parlamentar baseado em Brasília: Vital Didonet - representante histórico da causa da infância e da educação

infantil no Brasil, que organizou e participou da chamada “Constituinte Criança” (CNJ 2019), a comissão na Assembleia Constituinte de 1986-1988, que incidiu para que o artigo 227, que confere absoluta prioridade aos direitos das crianças e adolescentes, fosse incluído e aprovado no texto final da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)¹.

Didonet foi um dos fundadores da RNPI, coordenador da secretaria executiva da RNPI pela Organização Mundial em Educação Pré-Escolar do Brasil (OMEP Brasil) em 2009 e 2010 e assessor de todas as secretarias executivas da rede desde então. Ele é uma figura central na RNPI, pois é um especialista em articulação política, conhece todos os caminhos e circula com tranquilidade pelos corredores dos poderes executivo e legislativo em Brasília. É reconhecido por diferentes atores como parlamentares, gestores públicos de diversos níveis, membros de organizações multilaterais e das organizações da rede, como um especialista em primeira infância e, de certa forma, como a personificação da RNPI. Nossa função como secretaria executiva era fazer a gestão da RNPI, que envolvia toda a parte de articulação e organização interna, além de representar a rede nas atividades de incidência política, juntamente com Vital Didonet, que é um assessor permanente da rede. Além da secretaria executiva, nesse momento a RNPI contava com um “grupo gestor” formado por 11 organizações eleitas para tal, que acompanhavam e direcionavam o trabalho da secretaria executiva e oito grupos de trabalho, em temas mais específicos como: saúde, educação, brincar e participação infantil, entre outros.

¹ Na programação de um evento de primeira infância de dezembro de 2019, os créditos de Vital Didonet estão assim definidos: “Vital Didonet: Licenciado em Filosofia e em Pedagogia, mestre em Educação, com especialização em Educação Infantil. Coordenou a educação infantil no MEC. Foi consultor legislativo da Câmara dos Deputados, tendo assessorado na elaboração da LDB e do PNE. Membro da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar - OMEP. Tem mais de trinta anos de experiência em políticas públicas na América Latina, na área dos direitos das crianças. Tem sido convidado para proferir conferências, participar de debates, estudos e projetos para a educação infantil em cerca de trinta Países. Organizou e coordenou o Movimento Nacional Criança e Constituinte. É membro fundador da Rede Nacional Primeira Infância – RNPI. Coordenou a elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância na RNPI e agora está coordenando sua revisão e atualização. Seu trabalho mais recente foi o assessoramento ao autor e ao relator do projeto de lei que resultou na Lei nº 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira infância. Afirma que o brincar é uma atividade social e cultural. Defende que o desenvolvimento infantil e juvenil seja um dos eixos das políticas públicas, ressaltando a importância da construção de espaços de lazer e de iniciativas como a organização de jogos e atividades para famílias” (CNJ, 2019).

1.1 Aprovação do Marco Legal da Primeira Infância

Assim que comecei o trabalho havia uma movimentação muito grande em torno da tramitação do Marco Legal da Primeira Infância. O projeto de lei estava para ser votado no Senado, chamado nessa fase de Projeto de Lei da Câmara (PLC) 14/2015. A tramitação do Marco Legal era uma das principais pautas de incidência política da RNPI, por isso precisei me inteirar rapidamente do que se tratava para poder acompanhar a discussão. No dia 03 de fevereiro de 2016, menos de um mês da minha entrada na secretaria executiva da RNPI e nesse campo da primeira infância, o PLC 14/2015 foi aprovado por unanimidade no Senado (CONGRESSO NACIONAL, 2016). Acompanhamos a votação na sede do CECIP no Rio de Janeiro, enquanto Vital Didonet estava no Senado nos informando dos detalhes da votação. Nos dias que se seguiram fomos procurados por diversos meios de comunicação para comentar a aprovação, e eu ainda meio perdida, tentando decorar algumas modificações propostas pelo projeto de lei, já estava falando publicamente sobre a importância de uma Lei Federal específica para a primeira infância e sobre os avanços que o Marco Legal traria para os direitos das crianças (ANTONELI, 2016).²

Parte dessa minha sensação de confusão estava na dificuldade em entender aquela palavra que marcou a votação do Marco Legal no Senado: a unanimidade. Eu já tinha escutado dos meus colegas que aprovação na Câmara dos Deputados, do então PL 6.998/2013, tinha sido muito tumultuada: após a aprovação em Comissão Especial, 66 deputados assinaram o recurso 335/2014 contra o Poder Terminativo da Comissão Especial, para que o PL fosse debatido também no Plenário. A Rede Nacional Primeira Infância organizou uma campanha para que os 66 deputados retirassem a assinatura do recurso. As organizações-membro entraram em contato com os deputados que representavam o seu estado e explicaram a importância do Marco Legal para que seguisse diretamente ao Senado. Dentre os argumentos da RNPI estava a própria

² Foram diversas colaborações para jornais e revistas, especialmente para comentar a ampliação da licença paternidade para os funcionários das empresas participantes do programa “empresas cidadãs” da receita federal, como a entrevista para o jornal Gazeta do Povo. (ANTONELI, 2016)

etapa de construção do texto do PL, que segundo a Rede foi participativa e já contou com a concessão de alguns pontos, exigidos pelos parlamentares:

Durante o ano de 2014 realizou-se um amplo debate em todo o País para tornar conhecidos o propósito e o conteúdo do Projeto e colher análises, críticas e sugestões de aperfeiçoamento. A Comissão Especial, criada para analisar e votar o Projeto na Câmara dos Deputados promoveu Audiências Públicas e Seminários Regionais. A Rede Nacional Primeira Infância – conjunto de 160 Organizações Governamentais, ONGs, Multilaterais e outras, como associações, institutos de pesquisa, universidades, grupos de estudo, movimentos, redes de organizações, estimulou e coordenou seminários e oficinas para debater e dar contribuições ao Projeto. O próprio Governo Federal tanto se interessou por ele que criou um GT composto por cinco ministérios para dar contribuições. Os documentos, estudos e propostas que chegavam ao Relator serviram de base para a elaboração de sua análise e de um Substitutivo.

O Substitutivo do Relator, apresentado à Comissão, recebeu novas emendas, que, acolhidas, deram origem a um novo Substitutivo. Antes de sua votação, foi feito acordo com alguns deputados de exclusão de dois itens, que eles não aceitavam – a proibição da publicidade dirigida à criança e a obrigação das empresas com mais de 30 empregadas de manter uma sala de apoio à amamentação. Outros itens polêmicos foram votados separadamente: a extensão da licença maternidade, que não foi aprovada, e a ampliação da licença paternidade, de cinco para vinte dias, aprovada. (DIDONET, 2015).

A RNPI logrou na sua campanha de retirada das assinaturas do recurso, e o Marco Legal da Primeira Infância (MLPI) seguiu para ser votado no Senado, como PLC 14/2015. Essa campanha foi a primeira grande ação do CECIP como secretaria executiva, já que aconteceu em janeiro de 2015, logo após o início do mandato. Apesar de ter chegado na RNPI um ano após essa campanha, percebia que esse era um motivo de orgulho para a equipe, entendida como uma grande vitória na dura arena legislativa da qual pouco conhecíamos antes da RNPI aportar no CECIP. Em 2016, a aprovação unânime do MLPI no Senado foi mais uma grande vitória da RNPI. Ainda assim, a foto que eu tirei do monitor em que eu assisti a votação pela TV Senado me deixava de alguma forma desconfortável.

Fotografia 1 – Aprovação Marco Legal da Primeira Infância



Legenda: Celebração da aprovação do Marco Legal da Primeira Infância no Senado, sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, em 03 de fevereiro de 2016.

Fonte: A autora, 2016.

Na fotografia 1 temos parlamentares diversos como Fátima Bezerra, então senadora pelo PT que foi a relatora do PLC, Romero Jucá, senador pelo MDB, José Serra, senador pelo PSDB, Osmar Terra, deputado pelo PMDB e autor do Projeto de Lei, Carmem Zanotto, deputada pelo então PPS e Vital Didonet, representando a RNPI. Todos estão de mãos dadas, estampando sorrisos e expressões de alegria. A fotografia me deixou confusa. Parlamentares por quem até então eu nutria sentimentos de aversão como Romero Jucá, por defender uma agenda conservadora, defensor da primeira infância?

Enfim, o MLPI seguiu para a sanção do poder executivo. Mais articulação da RNPI via Vital Didonet nos Ministérios para que o MLPI fosse sancionado sem vetos, e

no dia 08 de março de 2016 tivemos a assinatura da presidenta Dilma Roussef da Lei 13.257 (BRASIL, 2016). RNPI em festa:

RNPI celebra a sanção do Marco Legal da Primeira Infância

A Rede Nacional Primeira Infância – RNPI celebra a sanção do Marco Legal da Primeira Infância, coroando o processo democrático, amplamente participativo, de construção do PLC 14/2015 (PL 6.998/2013).

Às crianças não podemos dizer ‘Amanhã’. Seu nome é Hoje. (SIC) Gabriela Mistral, Prêmio Nobel de Literatura, expressou o que sabemos como profissionais, mas, principalmente, como mães, pais e avós: as crianças existem no presente e é hoje, agora, que devemos atender às suas necessidades.

Muita gente colaborou para que chegássemos à aprovação do Marco Legal da Primeira Infância. Esta vitória é de todas as pessoas comprometidas com o presente e o futuro de nossas crianças.

Conquista social, que sinaliza um novo tempo para as crianças brasileiras, o Marco Legal da Primeira Infância é uma das mais avançadas leis do mundo em Políticas Públicas para a Primeira Infância. Eleva a um novo patamar as conquistas que o Brasil já incorporou à sua legislação. Materializa, em política social, aportes científicos sobre desenvolvimento infantil, experiências profissionais inovadoras e práticas de boa gestão pública.

As diretrizes, as ações e os princípios estabelecidos pelo Marco Legal da Primeira Infância formam um conjunto que promove a Cultura do Cuidado Integral às Crianças de até seis anos de idade. A nova lei parte do conceito de criança como sujeito de direito, pessoa capaz e participante, com singularidade no seio da rica diversidade das infâncias brasileiras. A intersetorialidade, proposta pela lei, integra especialização de áreas de conhecimento e setores da gestão pública, numa visão holística da criança em seu atendimento integral.

É justo celebrarmos o resultado de um esforço conjunto do Congresso Nacional, do Governo Federal e da Sociedade Civil Organizada pelas crianças de nosso País. Nosso reconhecimento ao Deputado Osmar Terra, autor do PL 6.998/2013, e aos coautores, relatores Deputado João Ananias e Senadora Fátima Bezerra, bem como à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, ao Plenário do Senado Federal e aos especialistas que tanto contribuíram.

Neste momento, o Governo Federal e Organizações da Sociedade Civil, aqui representadas pela Rede Nacional Primeira Infância e por Redes Estaduais, juntam-se, numa demonstração de que os interesses maiores no cuidado, na educação, na saúde e na proteção à Primeira Infância – condições para a criança viver plenamente seus primeiros anos e desenvolver seu potencial humano – devem ser prioridades permanentes da Nação, garantidas em quaisquer circunstâncias.

A sociedade que cuida de suas crianças cuida da vida e aprimora sua qualidade.

Agora, vamos trabalhar juntos, governos federal, estaduais, municipais e a sociedade, para colocar em prática, o quanto antes, o Marco Legal da Primeira Infância.

Porque as crianças não podem esperar.

Brasília, 8 de março de 2016

Claudius Ceccon

Coordenador da Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância (CECCON, 2016).

Nossa posição de “defensores dos direitos das crianças na primeira infância”, como gostávamos de nos intitular no CECIP, não nos permitiu fazer qualquer tipo de problematização em relação à aprovação dessa lei. Mas em momentos posteriores à aprovação da lei pudemos perceber um debate quase velado na RNPI, sobre uma possível concorrência, ou alguma espécie de conflito, entre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA aprovado em 1990, e o MLPI.

Fonseca e Cardarello (1999) entendem os direitos humanos como processos discursivos que produzem sujeitos políticos. As autoras problematizam a formação de grupos “escolhidos” pelos direitos humanos, trazendo dois lados da questão: por um lado, categorizar ajuda a mobilizar o apoio político para a causa, por outro, cristaliza os sujeitos dentro da categoria e reifica as pessoas de forma a transformá-las praticamente em personagens. Sujeitos permeados por desigualdades e contradições são tipificados, como por exemplo “o índio” ou “a criança”. Ao escolhermos um público prioritário como foco dos direitos humanos acabamos por legitimar mais uma categoria de “mais humanos”, e por consequência, de outros “menos humanos”. No ECA há a ideia da infância universal, de que todas as crianças são sujeitos de direitos. Essa concepção foi tida como uma grande vitória para a militância do campo da infância e juventude à época, pois encerrava, ao menos nos documentos legais, a oposição criança/menor: a criança que se devia proteger e o “menor em situação irregular”, que se devia reprimir. (SCHUCH, 2009). Seria a aprovação do MLPI uma forma de aprofundar a separação entre crianças pequenas e crianças maiores, essas que chamamos de adolescentes? De conferir às crianças na primeira infância direitos “mais humanos” (FONSECA e

CARDARELLO, 1999) do que aos adolescentes? Ao criarmos uma lei específica para as crianças de até seis anos, estaríamos de alguma forma atualizando a ideia de que as crianças pequenas de famílias pobres estão em perigo, em contraposição às crianças maiores que oferecem perigo? Seria uma forma refinada de marcar a oposição menor/criança que no ECA foi retirada das leis brasileiras?

1.2 O Golpe e a RNPI

No momento da sanção do MLPI o contexto político no Brasil era do golpe que culminou com o impeachment da presidenta da República Dilma Roussef, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e a posse do vice-presidente da República, Michel Temer. Em 12 de maio de 2016 Dilma foi afastada da presidência por 180 dias, após o processo pelo impeachment ter sido aceito no Senado (PROCESSO, 2016) e em 30 de agosto do mesmo ano foi definitivamente afastada, sob a alegação de ter cometido um crime fiscal que, alguns meses após, foi julgado como inexistente.

A ilegalidade da retirada da Presidente Roussef do cargo fez boa parte da população brasileira (incluindo a equipe do CECIP) entender o processo de impeachment como um golpe. A RNPI foi formalizada como rede em 2007, já no governo do PT³. Todas as relações que a RNPI tinha mantido com o governo federal até aquele momento, portanto, eram com o governo do PT. Internamente foi um período tenso: muitos membros da RNPI que representavam Ministérios e suas secretarias foram desligados de suas funções e acabaram saindo da Rede. Houve muita discussão sobre como a RNPI deveria se posicionar nesse momento. Na secretaria executiva, fazíamos um esforço para entender e visualizar como a RNPI estava se movimentando, pois precisávamos falar publicamente em nome da rede e não sabíamos exatamente o que fazer.

O posicionamento do CECIP era claramente contra o golpe, mas em relação à Rede nos sentíamos “pisando em ovos” para não conduzir uma polarização que inviabilizasse o diálogo interno, como estava acontecendo com diversas outras

³ O Partido dos Trabalhadores esteve na presidência de República de 2003 a 2016: Lula foi presidente do Brasil de 2003 a 2010 seguido por Dilma Roussef de 2011 a 2016, quando foi retirada do poder pelo processo de impeachment.

instituições naquele momento. A RNPI não conseguia decidir como se colocar em relação ao impeachment.

Um fator em especial contribuiu para essa tensão entre as organizações: o deputado Osmar Terra, autor do Projeto de Lei do Marco Legal da Primeira Infância na Câmara dos Deputados, foi nomeado Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, em maio de 2016 (PAULA, 2016) pelo então presidente interino Michel Temer. Ele era visto por muitos membros da RNPI como um defensor da causa da primeira infância, e, portanto, uma pessoa cara para a Rede. O cenário não era simples: por um lado, organizações identificadas mais com o campo da esquerda pressionavam a RNPI para romper com o governo de Michel Temer, sob a alegação de ilegitimidade. Por outro, outras organizações viam na nomeação do Osmar Terra uma grande oportunidade para a RNPI e para o campo da primeira infância no Brasil. E nós, no CECIP, fazendo reuniões sem fim para entendermos como conduzir essa tensão sem deixarmos de expressar nossa revolta com o processo todo de impeachment.

Fomos tocando o trabalho na secretaria executiva como foi possível, procurando expressar publicamente somente os consensos internos da Rede, e encontrando algumas brechas para nos colocarmos como parte da Rede com nossos próprios posicionamentos. Uma dessas situações foi o IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, realizado em julho de 2016, assim apresentado:

O IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância é uma iniciativa conjunta da Câmara dos Deputados (Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, Frente Parlamentar da Educação, Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Educação; Seguridade Social e Família), do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário e do Senado Federal (Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz e Procuradoria Especial da Mulher). Este evento sucede três edições anteriores de Seminários Internacionais com apresentações e debates que ensejaram a proposição e aperfeiçoamento do Marco Legal da Primeira Infância, recentemente sancionado como Lei Federal no 13.257/2016. (SEMINÁRIO, 2016).

O Seminário do Marco Legal contava tradicionalmente com apoio e participação da RNPI e, como secretaria executiva, fomos convidados para fazer uma fala na mesma mesa que o Ministro Osmar Terra e a Dra. Mary Young, esta última responsável

pela política de primeira infância do Banco Mundial (PENN, 2002) e à época Diretora do "China Development Research Foundation".

Eu representei a equipe da secretaria executiva nesse evento, e fiz uma fala de celebração da aprovação do Marco Legal. A apresentação foi baseada nas charges produzidas pelo Claudius durante o processo de aprovação da Lei. Uma das imagens era da Dilma Roussef sendo levada por crianças para assinar o Marco Legal da Primeira Infância. Era uma imagem da campanha da RNPI para que a presidenta Dilma sancionasse o MLPI. Me lembro que precisei de coragem para colocar aquele desenho da presidenta Dilma, feito pelo Claudius, num telão bem grande, no auditório do Senado na frente do Osmar Terra. Fui celebrada pela minha equipe do CECIP, que estava no Rio, pois entendíamos que tinha protagonizado um ato de resistência.

Com o afastamento de Dilma da presidência parecia que havia um esforço do governo interino para colocar os governos do PT no passado, como um fato já finalizado. Nesse contexto, somente citar o nome da Dilma já era uma forma de se posicionar, ainda que sutil.

Fotografia 2: IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância



Legenda: Apresentação no IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, auditório Petrônio Portela, Senado Federal, em 05 de julho de 2016. Na mesa, Mary Young e Osmar Terra.

Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Ilustração 1: Charge Dilma Rouseff



Legenda: Charge de Claudius Ceccon usada na minha apresentação no Seminário do Marco Legal da Primeira Infância. A charge mostra Dilma Rouseff com uma caneta na mão sendo levada por crianças para sancionar o Marco Legal da Primeira Infância.

Fonte: MATTOS, 2016.

Na impossibilidade de formular um posicionamento único em relação ao processo de impeachment, a opção encontrada pela RNPI foi se manifestar em relação a questões específicas que afetavam a Rede diretamente. Um caso exemplar foi quando da exoneração da coordenadora da Coordenação Geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (COEDI/SEB/MEC), Rita Coelho. Na coordenação da COEDI desde 2007, Rita era uma interlocutora frequente do MEC com a RNPI e reconhecida na área como uma excelente gestora das políticas de educação infantil. Produzimos uma carta de repúdio, assinada pelo Claudius e acordada internamente pelo grupo gestor da Rede. A carta dizia que:

A Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) lamenta profundamente a exoneração de Rita Coelho da função de Coordenadora Geral de Educação Infantil do MEC, uma triste notícia para todas as pessoas de bem, que lutam pelos direitos de crianças e adolescentes e por um Brasil melhor.

Rita Coelho é uma profissional respeitada nacionalmente por seu saber e por sua reconhecida competência no meio profissional, acadêmico e educacional. Ela sempre valorizou, prestigiou e apoiou a Rede Nacional Primeira Infância todas as vezes em que as políticas para a Primeira Infância estiveram em pauta.

A Rede Nacional Primeira Infância é um foro suprapartidário de instituições que lutam pelos direitos das crianças pequenas. Isso lhe confere a isenção e a independência necessárias para dizer-se estarrecida com esse ato do governo provisório.

À Rita Coelho, expressamos nossa solidariedade. Estamos certos de que a RNPI continuará a contar com sua presença, sua inteligência, sua visão e sua

invejável experiência, para nos orientar em nossa missão, sabendo que, como na canção de Chico Buarque, amanhã será outro dia.”

Claudius Ceccon

Coordenador da Secretaria Executiva da RNPI/CECIP (CECCON, 2016b)⁴

Nesse momento era importante frisar que a RNPI era suprapartidária, para que ficasse claro que o repúdio à exoneração da Rita Coelho não era um posicionamento da RNPI em defesa do PT. Ainda assim, na última linha, a citação da canção de Chico Buarque transparece o descontentamento com o momento político. As palavras e o tom das manifestações públicas eram escolhidos com cuidado e depois de muita discussão. Nesse caminho, de nos manifestarmos a partir de ações concretas em relação à primeira infância, fomos formulando, na secretaria executiva, as saídas possíveis para não ofender os diferentes posicionamentos presentes na RNPI, e não nos constranger enquanto membros da nossa própria organização, o CECIP.

1.3 O Programa Criança Feliz e a RNPI

Em julho de 2016 a primeira notícia sobre a criação do Programa Criança Feliz circulou pela RNPI. Com o título “Michel Temer lança programa ‘Criança Feliz’ ao custo de R\$ 2 bilhões ao ano” (RODRIGUES, 2016), a notícia desencadeou uma intensa troca de e-mails no grupo da Rede. Alguns membros já estavam cientes do programa, pois além de ter sido anunciado pelo próprio Osmar Terra na abertura do IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, no qual eu estava presente (ainda que sem o nome “Criança Feliz”), alguns membros estavam se reunindo com uma equipe técnica do Ministério para o desenvolvimento do Programa. Esses membros eram representantes de programas de primeira infância em estados ou municípios, como o Primeira Infância Melhor, do Rio Grande do Sul, o Mãe Coruja Pernambucana e o Mãe Curitibana. Nos e-mails, as divergências internas se fizeram claras. Alguns comemoraram e elogiaram o Ministro, outros fizeram questionamentos como: por que não capacitar Agentes Comunitários de Saúde, que já faziam visitas domiciliares, para acompanharem o desenvolvimento infantil? Por que um programa na assistência social só para isso? Depois de mais de 30 e-mails um certo constrangimento: uma assessora

⁴ As cartas de posicionamento em geral passavam pela aprovação dos membros da Rede, mesmo assim as cartas eram assinadas pelo Claudius em nome da RNPI.

do Osmar Terra da época em que ele era deputado e integrante da RNPI responde aos e-mails agradecendo pelas contribuições. A discussão é finalizada, e houve nesse momento a percepção geral de que o fórum de e-mails da RNPI não era um lugar seguro para se discutir com transparência. A discussão continuou no grupo de e-mails do grupo gestor, e em conversas com grupos menores.

Em setembro recebemos na secretaria executiva um convite para participar de uma oficina chamada “Construção Intersetorial de Estratégias para Promoção do Desenvolvimento Integral na Primeira Infância”, organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Não conseguimos entender bem do que se tratava, sabíamos que era uma espécie de validação do Criança Feliz, mas não estavam claros os objetivos da oficina de dois dias e muito menos o porquê de estarmos na programação. Conversamos em equipe longamente se deveríamos ou não ir. Nossa vontade era de não estar presente, pois tínhamos receio de que nosso aceite seria divulgado como um apoio ao programa. A RNPI não tinha um consenso: nem um apoio, nem uma ruptura com o governo e, conseqüentemente, com o programa. Concluímos que eu iria, e não o Claudius, que tinha uma importância pública muito mais relevante do que eu, como estratégia de estarmos presentes sem parecer um apoio. Foram dois dias escutando pessoas de diferentes Ministérios apresentando o que já faziam em relação à primeira infância. Segui sem entender bem que forças políticas estavam em disputa naquele momento, mas me sentindo mal por estar ali. Me sentia inadequada àquele espaço de poder, cumprindo um papel institucional como RNPI com o qual eu não concordava e nem entendia bem. Na hora da minha apresentação fiz uma fala dissonante de tudo o que tinha sido dito ali: falei sobre a Proposta de Emenda Constitucional 241, a “PEC do teto de gastos”⁵ (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016b), que reduziria drasticamente o investimento em políticas sociais, dos efeitos disso para a primeira infância, sobre a PEC 171 de 1993 sobre a redução da maioria penal. A RNPI já tinha se posicionado contra essas PECs, por isso pude falar em nome da Rede. Falei, mas me senti no lugar errado.

Em outubro, outro convite nos deixou desconcertados: o lançamento do Programa Criança Feliz (PCF). Dessa vez, no entanto, a RNPI começou a organizar

⁵ A Proposta de Emenda Constitucional 241 foi aprovada como Emenda Constitucional 95 em 15 de dezembro de 2016.

uma série apontamentos técnicos em relação ao PCF, na mesma estratégia de não emitir um posicionamento a favor ou contra, mas se dirigir especificamente a pontos em que havia discordância da Rede. Assim fomos para o lançamento, Claudius e eu, mas antes nos reunimos com membros do Grupo Gestor da RNPI para produzir um primeiro documento da Rede em relação ao Programa. No lançamento, nos mantivemos “longe dos holofotes”, para não sermos vistos e nem fotografados pelos órgãos de comunicação que estavam presentes. Foi possível ver o presidente, a primeira-dama, e toda a cúpula do seu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, que no ano seguinte virou Movimento Democrático Brasileiro - MDB) e sentir mais uma vez uma inadequação. A notícia produzida pela jornalista da equipe da secretaria executiva e publicada no site da RNPI não fazia crítica direta ao programa, mas trazia alguns pedidos de esclarecimento:

A Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância, atendendo ao convite do Ministro de Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, se fez representar por Maria Mostafa e Claudius Ceccon na cerimônia de lançamento do programa Criança Feliz, realizada no Palácio do Planalto na quarta-feira 5 de outubro.

Ante um público numeroso, foi apresentado um vídeo sobre o programa, seguido pela palavra do Senador José Medeiros, Presidente da Frente Parlamentar pela Primeira Infância, que mencionou o processo pela aprovação do Marco Legal da Primeira Infância e citou a RNPI entre as entidades que lutaram para que esse objetivo fosse alcançado. (...)

Os integrantes da RNPI receberam, na véspera da cerimônia, um resumo do programa, e um comitê de especialistas membros da RNPI, que instituímos com a finalidade de examiná-lo, deve emitir um parecer assim que tiver acesso a informações detalhadas sobre o “Criança Feliz”.

Considerando o que nos foi dado a conhecer até agora, há pontos estruturais que é necessário definir para a implementação do Programa Criança Feliz:

1. Como será realizado o processo de pactuação do Governo federal com Estados e Municípios?
2. Qual é a fonte de financiamento do Programa e qual é sua relação com o modelo de gestão do SUAS? Será Fundo a Fundo?
3. Qual é a proposta de capacitação do Agente Multiplicador e quem fará essa capacitação? Ela será feita no momento inicial ou deverá ocorrer ao longo de todo o processo?
4. Quem será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do Programa?
5. Qual a relação entre esse Programa e o que se prevê como consequência das limitações impostas pela PEC 241? (CECCON, 2016c).

Após o lançamento do PCF, o debate interno na RNPI continuou, e foi na Assembleia Geral de 2016, realizada em novembro daquele ano, que um posicionamento pôde ser elaborado. Todo ano a RNPI realizava uma assembleia para que a secretaria executiva apresentasse um relatório de atividades e um planejamento para o próximo ano, e também para aprovar posicionamentos e diretrizes diversas. Cabia à secretaria executiva produzir e conduzir as assembleias, e por isso coube à nossa equipe a condução de todo o debate que culminou num posicionamento de 18 pontos da RNPI frente ao PCF. Como já era esperado, o debate foi tenso, principalmente pela presença da assessora do Osmar Terra, que algumas vezes se ofendeu com as críticas ao governo e ao programa. Me lembro de coordenar a mesa nesse momento, fazendo inscrições e mediando o debate, com bastante atenção e cuidado para manter o tom mais amigável e ao mesmo tempo não impedir que as tensões fossem colocadas. A partir do que foi debatido nesse momento, um posicionamento foi aprovado no segundo dia de assembleia.

O posicionamento traz pontos específicos sobre a estratégia da visitação domiciliar, que era um ponto de disputa dentro da RNPI mesmo antes do Programa Criança Feliz. Historicamente, a visitação domiciliar enquanto estratégia da assistência social se relaciona com o higienismo do século XIX, quando os saberes médicos passaram a incidir sobre as formas de vida dentro dos lares. No Brasil, a institucionalização da assistência social na década de 1930 fortalece essas práticas normativas com o objetivo de orientar as famílias de trabalhadores. (VIEIRA, 2013).

Muitas organizações da RNPI trabalham com visitação domiciliar, como é o caso de alguns programas estaduais e municipais já citados, e também de organizações antigas e com forte atuação na Rede como a Pastoral da Criança. Por outro lado, organizações mais ligadas ao campo da educação infantil faziam críticas ao caráter intersetorial dos programas de visitação domiciliar com foco na primeira infância, entendendo a visitação domiciliar como uma ameaça à forma como o Brasil organizou as políticas públicas da educação infantil: a intersetorialidade não deveria ser confundida com a educação infantil, a visitação domiciliar não deveria substituir as creches e pré-escolas e não deveriam contar como matrícula da educação. Essa disputa está presente em diversos pontos do posicionamento da RNPI:

4º – As visitas domiciliares são estratégias para garantir a inclusão das famílias nas diferentes políticas, programas ou serviços sociais no território – e nunca uma ação isolada, que se completaria em si mesma;

(...)

7º – O Programa será mais coerente e responderá mais adequadamente às concepções e estratégias de atenção integral e integrada da criança se contiver duas dimensões complementares: (a) o apoio e fortalecimento das famílias enquanto instâncias de cuidado e educação de seus filhos e (b) busca ativa das crianças visando sua inclusão na rede de serviços sociais públicos;

8º – Nesse sentido, a estratégia da visita domiciliar não substituiu nem é alternativa à educação infantil (creche), à atenção básica de saúde (Centro de Saúde, CAPS), ao atendimento em centros especializados de assistência social (CREAS, CRAS), Conselhos de Direitos (CMDCA, Conselho Tutelar), centros de cultura etc.;" (RNPI, 2016).

Nesses pontos parece que era uma grande preocupação da RNPI a possibilidade de que o Programa Criança Feliz pudesse esvaziar e até substituir a rede de serviços e políticas de atendimento às crianças. Não há no documento, entretanto, alguma discussão sobre essas próprias políticas, para as quais o Criança Feliz seria uma espécie de concorrente. Essas políticas e os serviços citados nos pontos do posicionamento são colocados sem qualquer problematização ou questionamento. Claro que a intenção era colocar em debate naquele momento o Programa Criança Feliz, mas se formos colocar em análise as próprias políticas que o posicionamento reforça e de certa forma protege, podemos trazer muitas discussões sobre as práticas de responsabilizar, cobrar e policiar as famílias que esses serviços também produzem. A concepção da criança como sujeito de direitos e objeto das políticas públicas produz efeitos biopolíticos de controle e disciplinarização que, via de regra, não são abordados no campo da garantia dos direitos da criança:

É dado um estado, uma natureza e uma essência à infância, favorecendo uma concepção sobre a criança segundo a qual ela não é vista como alguém que é, mas como "algo" sobre cujo corpo todos têm direito e até o dever de dispor. A criança, como sujeito de direito, converte-se em um objeto romantizado e idealizado em torno do conceito de infância, submetida a práticas educacionais de homogeneização, moralizantes, normatizadas. (SCHEINVAR, D'ALMEIDA, 2010, p. 7)

O Criança Feliz é um dos exemplos em que essas práticas de controle e poder se exercem, mas isso não quer dizer que sem o programa a lógica das políticas e serviços de atendimento às crianças e suas famílias seja diferente. Na RNPI, naquele momento, a oportunidade era falar do Criança Feliz em oposição a políticas e

programas outros direcionados às crianças e suas famílias, mas não entendemos esse programa como um vilão por meio do qual se exerce a responsabilização e o controle das famílias. Esse é um mecanismo que atravessa diferentes políticas e serviços de atendimento às crianças, inclusive a educação:

Perante a falta de condições para se constituir o modelo de família considerado “certo”, o seqüestro do direito à família vem ocorrendo, historicamente, pela intervenção na relação com os filhos, sendo esta uma das funções de certos equipamentos sociais, dentre os que se destacam, hoje em dia, a escola, em suas diversas formas (externato ou internato em distintos sistemas), os consultórios médicos e psicológicos, o judiciário, os abrigos, o cárcere, os conselhos tutelares etc. Abstraindo-se a análise das condições necessárias para aderir ao modelo hegemônico, tais equipamentos sociais diagnosticam a incapacidade de a família ser família. (SCHEINVAR, 2006, p.50).

Outras recomendações do posicionamento da RNPI sobre o Programa Criança Feliz concernem à: formação dos visitantes, participação social na elaboração do programa, lugar do homem no cuidado das crianças, diversidade das infâncias brasileiras, concepção de criança como sujeitos de direitos, materiais metodológicos, pacto Inter federativo de cooperação entre união, estados e municípios e à PEC do teto de gastos, como uma ameaça ao próprio programa.

O posicionamento foi entregue ao Ministro Osmar Terra em reunião com Vital Didonet e Claudius, em 22 de novembro de 2016 (REDE, 2016). Foi um encontro amigável, que resultou em uma tentativa de colaboração da RNPI ao PCF. Em março de 2017 Halim Girade, que na época tinha acabado de ser nomeado Secretário Nacional de Desenvolvimento Humano (secretaria do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, criada na mesma época do PCF, na qual o programa era gerido) esteve no CECIP para uma reunião com o grupo gestor da RNPI e a secretaria executiva. O posicionamento da RNPI foi apresentado ao Secretário, e como encaminhamento foi proposto por ele que a Rede integrasse um comitê consultivo do programa, assim como a realização de reuniões periódicas de acompanhamento da Rede com os gestores do programa.

Seguindo essa tentativa de diálogo e colaboração, em maio de 2017 dois técnicos da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do mesmo Ministério (SAGI/MDSA) também estiveram no CECIP para escutarem as ressalvas que a RNPI tinha sobre os instrumentos de avaliação que estavam sendo escolhidos para o PCF.

Apesar das reuniões, a RNPI não foi convidada para compor o comitê consultivo, e a articulação com o programa acabou ficando mais centrada na figura do Vital Didonet. No CECIP fomos nos distanciando do programa e focando nos trâmites internos da Rede para a eleição e transição da secretaria executiva para uma outra organização, já que 2017 era nosso último ano de mandato. No final do ano a secretaria executiva seguiu para a ANDI - Comunicação e Direitos, eleita para o triênio 2018-2020, a nossa equipe foi desfeita, e eu fui aos poucos deixando de acompanhar as discussões e me desligando da RNPI.

1.4 Uma pesquisadora idiota

Durante os dois anos em que estive na coordenação da secretaria executiva da RNPI me incomodou estar num lugar de representação do campo da primeira infância, sem ser “especialista” em primeira infância. Esse é um incômodo com o que eu lido há bastante tempo, pois não me considero especialista em alguma área. Sou bacharel e licenciada em história, mas nunca me senti de fato uma historiadora. Dei aula por alguns anos, nunca gostei de pesquisar em arquivos, fiz monografia de conclusão de curso sobre o lugar das mulheres nos livros didáticos de história e, seguindo essa linha, escolhi fazer o mestrado em Saúde Coletiva, no Instituto de Medicina Social na UERJ. Pesquisei um curso de formação de professores com foco nas relações de gênero. O mestrado acabou, e eu era uma pessoa formada em história, mestre em Saúde Coletiva, sem me sentir historiadora e muito menos uma profissional ligada à saúde. Eu dava aulas, fazia produção editorial aqui e acolá e me sentia muito perdida profissionalmente. Fiz vestibular de novo para Direito, pois pensava que já que não me encontrei em nada, poderia fazer um concurso para ao menos ter uma vida mais estável financeiramente. Cursei um ano e meio de Direito na mesma universidade da minha graduação (Universidade Federal Fluminense) e nesse tempo acabei sendo selecionada para trabalhar como facilitadora num projeto do CECIP. Nessa instituição fui construindo vínculos de pertencimento e de trabalho que me deixaram mais satisfeita: era um trabalho que eu gostava mais do que ser professora, e eu não precisava ser especialista para estar ali. O curso de Direito começou a ficar chato com

disciplinas que em nada me interessavam, como Direito Bancário, e requisitando uma dedicação incompatível com o trabalho. Tranquei a faculdade e mergulhei no trabalho.

O CECIP é uma organização não governamental (ONG) que foi criada principalmente a partir de um projeto de comunicação popular chamado “TV Maxambomba”, em 1986, em Nova Iguaçu. De lá para cá a organização desenvolveu muitos projetos de comunicação e educação, muitas vezes produzindo materiais de divulgação e campanhas de interesse público. O CECIP não é uma ONG que faz pesquisas, em geral seu trabalho se baseia em pesquisas feitas por outras instituições para desenvolver algum material ou intervenção.

Meu lugar de não especialista ficou em paz no CECIP, mas veio acompanhado de uma grande instabilidade financeira: como em muitas outras ONGs os projetos são financiados por outras organizações, e quando os projetos acabam as equipes são dispensadas. Passei por momentos muito duros de indefinição e desemprego aguardando projetos serem aprovados. Quando fui convidada pela direção do CECIP para assumir a coordenação da secretaria executiva da RNPI, passei uns meses em pânico. Aceitei, pois, precisava do trabalho e gostava muito de trabalhar no CECIP, mas tratava-se de uma Rede Nacional, e eu nem sabia o que primeira infância significava! A pessoa que tinha ocupado esse lugar antes de mim era uma psicóloga doutora que saiu do CECIP para ser professora acadêmica, o que me fazia vê-la como uma especialista. E eu? Especialista em coisa nenhuma. Esse era um sentimento compartilhado com a equipe, já que o perfil das cinco pessoas que compunham a secretaria executiva naquele momento era semelhante ao meu. Na RNPI tem especialistas de todas as áreas e a secretaria executiva podia sempre recorrer aos grupos de trabalho e ao grupo gestor para esclarecer o que fosse preciso. Mas, por não termos esse perfil de especialistas, nos sentíamos ingênuos para compreender as tensões do campo.

Esse meu sentimento de falta, de exclusão, de não saber, é expressão da divisão social do trabalho e da produção das subjetividades hegemônicas no capitalismo. A crença nas essências produziu uma oposição: de um lado o saber, o conhecimento, a verdade; do outro o não saber, o desqualificado, que deve ser segregado e excluído (COIMBRA e LEITÃO, 2003). Os especialistas são os donos do saber, e por ele exercem um poder. O contexto neoliberal no qual vivemos institui a

figura do especialista como resultante do mérito próprio e individual. Por conta do seu próprio esforço e dedicação, o especialista é alçado ao lócus da sabedoria que lhes confere legitimidade total para produzir conhecimento. Aos não-especialistas, a ilegitimidade.

Fomos resolvendo essa “ausência da especialidade” nos aliando a “especialistas”, que dominavam mais os temas e as questões em pauta, em quem confiávamos, que compartilhavam uma visão de mundo próxima à da nossa equipe. Desconfiávamos de concepções de primeira infância que nos pareciam mais alinhadas a uma visão de mundo neoliberal, mas não tínhamos argumentos contrários. A estratégia de visita domiciliar era uma dessas questões. Quando o Programa Criança Feliz foi criado, em meio ao golpe que tirou a presidenta da República, me senti na obrigação de entender mais sobre a unanimidade da primeira infância e sobre a estratégia de visita domiciliar para o desenvolvimento infantil. Mesmo tendo sido um encontro circunstancial com a primeira infância, a força dessa experiência e esse desejo de sair do lugar da ingenuidade, e poder, enfim, me vincular com mais profundidade à área, resultou na minha volta à academia e na presente pesquisa. Aos poucos fui compreendendo que mais do que ser especialista em alguma coisa, tive vontade de voltar à academia para colocar em análise os efeitos da defesa política da pauta da primeira infância, e para conseguir traduzir com mais coerência as concepções de mundo com as quais me identifico em práticas de trabalho e militância.

Ainda que o doutorado e a academia, de uma forma geral, sejam lugares de referência na produção de especialistas, minha opção primeiro por um mestrado e depois por um doutorado interdisciplinar me colocam de novo num lugar que não consigo nomear, certamente um lugar não especialista. A interdisciplinaridade também é uma forma de apagamento das fronteiras dos “especialismos”. Afinal, em que área eu me localizo no doutorado? Estou me especializando em que? Onde me encaixo? História da infância? Sociologia da infância? Não exatamente. Estou na fronteira de diversas áreas, e é justamente esse lugar que me permite fazer perguntas que questionam o sentido daquilo que fazemos como defensores dos direitos das crianças na primeira infância. É o lugar do idiota, que Isabelle Stengers na sua proposição cosmopolítica discute a partir da leitura de Deleuze sobre o personagem conceitual de

Descartes. O idiota desacelera as urgências e deixa a dúvida aparecer: “Mas o idiota de Deleuze, que ele tomou de empréstimo de Dostoïevski para dele fazer uma personagem conceitual, é aquele que sempre desacelera os outros, aquele que resiste à maneira como a situação é apresentada, cujas urgências mobilizam o pensamento ou a ação.” (STENGERS, 2018, p. 444). Para além de produzir e reproduzir verdades, o idiota permite a criação de um espaço de hesitação. “Nós sabemos, existem saberes, mas o idiota pede que não nos precipitemos, que não nos sintamos autorizados detentores do significado daquilo que sabemos” (STENGERS, 2018, p.444).

A cosmopolítica de Stengers propõe que o sussurro do idiota faça parte da construção do pensamento coletivo. Não como uma resposta às questões que o idiota coloca, porque muitas vezes não há respostas. O idiota não se propõe a respondê-las. Mas provoca um pensamento coletivo que se faz em presença desse sussurro. A autora, filósofa e química, traz exemplos de como a cosmovisão se propõe como uma responsabilização aos que produzem ciência. Por esse caminho quero olhar para os saberes de especialistas que vêm produzindo a emergência da primeira infância. Não necessariamente para questioná-los, mas para adicionar um componente de hesitação no discurso da urgência da primeira infância, da prioridade que embasa as intervenções nas famílias com crianças. “É o modo como esse sussurro modificará eventualmente (na forma de um acontecimento) não as razões, mas a maneira como as razões daqueles que discutem se apresentam, que pode resultar nessa significação” (STENGERS, 2018, p.450): muito prazer, me chamo Maria, sou uma pesquisadora idiota da primeira infância.

1.5 Tese-flor

Durante o doutorado tive a oportunidade de realizar um estágio sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. A leitura e as discussões produziram como efeito um novo olhar para minha própria pesquisa. Antes do período do sanduíche pensava que estava investigando temas acerca da primeira infância para poder enfim chegar ao objeto central da pesquisa: o Programa Criança Feliz, uma política pública direcionada à primeira infância no Brasil. Ao mesmo tempo, muitas vezes me questioneei se deveria mesmo investigar o Programa, já que estava a tratar de

tantas outras questões sobre a primeira infância e ainda não havia chegado a essa análise. Com as discussões do Seminário conduzido pelo professor Jorge Ramos do Ó fui formulando outra ideia, de que a tese é a reunião dessas análises, das quais o Programa Criança Feliz faz parte, sem ser o destinatário de toda a argumentação que vem sendo construída. Como uma pesquisadora idiota que me intitulo, me reservo a posição de não saber uma resposta objetiva para as questões que levanto, mas traço caminhos, costuro autores, numa escrita em movimento, sem um destino certo, que no seu conjunto configura um corpo que permite abrir um espaço de dúvida nas certezas da primeira infância.

Nesse processo de repensar o lugar da minha investigação, pensei numa flor, e desenhei uma begônia como expressão do que venho fazendo: agrego pétalas em torno do problema, sem ter uma resposta objetiva. O Programa Criança Feliz é mais uma das pétalas dessa tese-flor, que não me tem como autora, mas como coautora, junto com todos os autores que me ajudam a construir essa análise. Como o professor Jorge Ramos do Ó colocou num dos encontros, a partir da leitura de Roland Barthes e Deleuze, somos uma multidão, temporariamente agenciados. E juntos escrevemos essa flor, que não é original, mas que é única, afinal não existe uma begônia idêntica à outra.

Fotografia 3: Begônia.



Legenda: Begônia desenhada com giz sobre quadro negro. Fonte: A autora, 2022.

Ela é o instrumento ativo da mistura: todo encontro e toda união com outros indivíduos se fazem por meio dela. Mas uma flor não é, propriamente falando, um órgão: ela é um agregado de diferentes órgãos modificados para tornar possível a reprodução. Há um vínculo profundo entre o aspecto efêmero e instável dessa formação e o da superação do horizonte propriamente “orgânico”. Enquanto espaço de elaboração, de produção e de engendramento de novas identidades individuais e específicas, a flor é um dispositivo que inverte a lógica do organismo individual: ela é o último limiar em que o indivíduo e a espécie se abrem aos possíveis da mutação, da transformação, da morte. No seio da flor, a totalidade do organismo e a totalidade da espécie são a um só tempo decompostas e recompostas através do processo meiótico. As flores são por isso um lugar fora da totalidade, para além do todos por um (COCCIA, 2019).

2. O GOVERNO DA PRIMEIRA INFÂNCIA.

Como chegamos às concepções de infância que tornaram possível a segmentação da primeira infância dentro do campo maior da criança e do adolescente? Quais são os mecanismos que colocaram a primeira infância em evidência e quais saberes sustentam esse discurso? Compreendemos a segmentação etária, que nessa análise é a própria constituição da área da primeira infância, como um meio para o exercício do poder.

Nos alinhamos conceitualmente com a perspectiva desenvolvida por Foucault sobre o exercício do poder, entendendo o poder como a ação sobre a ação dos outros. Para além da coação ou de um poder que se exerce unicamente pelo Estado, Foucault define que “O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados” (FOUCAULT, 2009, p. 247). Nesse sentido buscaremos debater como os modos de governo da infância foram organizados, como as relações de poder são constituintes dessa trama e como vêm se atualizando com o nome de “primeira infância” e principalmente, de “desenvolvimento da primeira infância”.

Com esse objetivo trabalharemos neste capítulo alguns autores que nos trazem uma perspectiva histórica sobre a infância como parte de um sistema de diferenciação que ajuda a caracterizar criança. A criança em relação ao adulto, em relação à família, o que nos trará elementos para pensar a diferenciação da criança na primeira infância. “Toda relação de poder opera diferenciações, que são, para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos” (FOUCAULT, 2009, p. 246).

A idiota da primeira infância vai se munir dos conceitos de governamentalidade e biopolítica, a partir de Foucault, para poder olhar com calma para pistas que minha experiência nesse campo construiu, particularmente em um evento de lançamento de uma série sobre primeira infância da revista *The Lancet* no qual estive presente. Discutiremos as concepções de primeira infância com base nos discursos médicos e econômicos que foram ali apresentados. Para isso, relacionaremos a ideia da intervenção precoce para prevenir adultos problemáticos com a valorização da fase da primeira infância como etapa fundamental da formação humana. Em seguida

discutiremos o liberalismo, o neoliberalismo e a infância como uma estratégia da governamentalidade neoliberal, enfocando a teoria do capital humano e a configuração de um discurso em que a valorização da primeira infância se encaixa perfeitamente como um capital que agrega valor para o “sujeito empresa de si próprio”. O debate sobre os modos de governo da infância é uma forma de compreender o exercício do poder e o modo como se constituem certas redes de controle das quais as políticas públicas são parte.

2.1 Primeira infância: uma produção discursiva

Nosso viés metodológico, o olhar sobre as inquietações provocadas pela experiência na Rede Nacional Primeira Infância está repousado principalmente na análise do discurso sobre infância e, especificamente, a primeira infância. Escrevo misturando as pessoas verbais: uso a primeira no singular e a primeira pessoa no plural ao longo do meu discurso. Essa mistura foi acontecendo no próprio processo de escrita. Até começar a cursar o doutorado, não me havia sido autorizado o uso da primeira pessoa no singular em produções acadêmicas. Esse uso me causa um pouco de estranhamento, mas percebi que me senti à vontade para usar a primeira pessoa no singular quando menciono e narro a minha experiência. Quando faço reflexões a partir dessa experiência, parto para o plural. Uso o “nós” também porque no olhar analítico já não me sinto sozinha: sou eu, com os autores e leituras que me habitam, sou eu com meu grupo de pesquisa que me baliza, e enfim sou eu me sentindo mais confortável na linguagem que por mais tempo me foi apresentada como “científica”.

Para essa discussão metodológica, gostaríamos de trazer alguns entendimentos construídos por Foucault na aula de abertura do Collège de France de 2 de dezembro de 1970, intitulada “A Ordem do Discurso” (FOUCAULT, 1999). O autor expõe uma série de procedimentos, de princípios, que operam controle, seleção e organização dos discursos. Todas essas formas de controle expressam uma relação do discurso com o desejo e o poder. O discurso manifesta um desejo e, ao mesmo tempo, é objeto do desejo: o discurso não apenas traduz as lutas e disputas como também é em si mesmo o que está em disputa. Foucault agrupa os procedimentos de controle do discurso em

externos, internos e de restrição. Os procedimentos externos são três: interdição, que diz respeito ao que não se pode dizer, à palavra proibida; separação e rejeição, como a oposição razão/loucura que permitiu por exemplo que a palavra do louco não fosse ouvida, ou fosse tida como uma palavra de verdade, quase que de forma transcendente, e a separação entre verdadeiro e falso. É sobre esse último procedimento que temos mais interesse quando olhamos para a primeira infância nesta pesquisa.

A separação entre verdadeiro e falso deu forma à nossa vontade de saber e se configurou como uma vontade de verdade. Essa vontade de verdade tem um suporte institucional: livros, bibliotecas, laboratórios, reforçam esse conjunto de práticas por um lado e, por outro, a aplicação e distribuição, do saber também é um mecanismo que a reforça. Assim, a vontade de verdade tem um suporte e uma distribuição institucional que a constituem como um poder. A vontade de verdade atravessa os outros dois princípios externos de exclusão do discurso, pautando o que será interditado ou não, e sobre o que se separa/rejeita. É precisamente a análise da vontade de verdade que atravessa o campo da primeira infância que nos interessa nesta pesquisa, pois me incomodou o discurso sobre a importância e decorrente prioridade da primeira infância como verdade inquestionável: “O discurso verdadeiro (...) não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la” (FOUCAULT, 1999, p.20).

Ao se aprofundar na metodologia da análise do discurso, Foucault separa as análises a que se propõe em dois conjuntos. O conjunto crítico se preocupa mais com a identificação dos sistemas de exclusão, limitação e apropriação, colocando em análise a forma como se formaram, se modificaram e se deslocaram. E o conjunto genealógico, que se dedica a analisar como se formaram as séries de discursos, apesar ou por conta dos sistemas de coerção, identificando as condições de aparição, de crescimento e variação dessas séries. O aspecto genealógico se concentra nas condições de formação dos discursos. Esses dois conjuntos, crítico e genealógico, apresentam diferentes perspectivas, mas são relacionados. Como nossa preocupação é a produção do discurso sobre a importância da primeira infância e não, por exemplo, a

interdição dos discursos sobre o aborto, nos situamos mais no conjunto da genealogia do que da crítica.

Fazendo uma analogia com o exemplo apresentado por Foucault sobre a separação entre a razão e a loucura, nos interessariam os discursos que positivam a razão, mais do que os discursos que interditam a loucura, apesar de entendermos que são lados da mesma questão.

A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas (FOUCAULT, 1999, p. 69-70).

Pretendemos fazer nessa pesquisa uma análise dos discursos que fazem emergir genealógicamente a primeira infância como a fase mais importante do desenvolvimento humano. Queremos evidenciar as estratégias institucionais da vontade de verdade, por meio da análise dos discursos que articulam os saberes biomédicos com a eficiência do investimento econômico, pois eles se baseiam na primeira infância como uma fase extremamente potente em termos de desenvolvimento biológico, estabelecendo uma relação custo-benefício do investimento da primeira infância tal qual uma operação comercial com uma taxa de retorno altíssima para os governos. Da mesma forma, queremos colocar em análise a distribuição institucional desses discursos ao olharmos o Programa Criança Feliz para entender como esses discursos estão produzindo políticas públicas no Brasil. Queremos colocar em análise como a vontade de verdade dos discursos sobre a primeira infância se constitui como um poder.

2.2 Governamentalização da infância.

O debate da divisão etária e da conformação da infância como modo de exercício do poder vem sendo produzida historicamente, fundamentalmente a partir do século XVIII. Essas concepções estão diretamente ligadas aos saberes médicos articulados com uma preocupação com a constituição do trabalhador para a manutenção da engrenagem econômica. Essa mesma articulação segue atualizando as

concepções de infância que produzem a emergência da primeira infância como categoria de investimento social. Para Foucault, o poder é mais produtivo que repressivo. É no encontro desse exercício do poder, dessa ação sobre a ação dos outro, com as resistências que a ele se opõem, que se produzem novas subjetividades, com vocação de escapar do controle, da força impositiva. Por isso, esse poder impositivo precisa sempre se atualizar, incorporando as novas subjetividades, as novas formas de ser: “As formas, técnicas e mecanismos de aplicação do poder vão variando na história em função de novas subjetividades que as resistências vão criando ao longo do tempo” (MORAES e NASCIMENTO, 2002, p. 92).

A infância como uma categoria de pesquisa vem se tornando cada vez mais presente em diferentes áreas do conhecimento, sendo abordada por variados referenciais metodológicos. Nas ciências sociais de forma ampla, diversos autores vêm realizando um questionamento da infância como uma categoria dada, universal, ao pesquisarem as diferentes formas como as sociedades se relacionam com essa etapa da vida, no passado e no presente. É esse mesmo questionamento que nos faz investigar a categoria primeira infância.

Dentre os historiadores que se dedicaram ao tema, o estudo de Phillippe Ariès publicado em 1960 na França e no Brasil pela primeira vez em 1978, se tornou uma importante referência do campo da história da infância: “A partir daí e apesar das críticas que se levantaram às suas conclusões, o que importa é que o tema passou a integrar as preocupações dos historiadores” (SCOTT, 2020, p.19). Entre outras coisas, o autor analisa as representações de criança na iconografia europeia durante a modernidade e localiza a emergência do que chama de “sentimento” de infância. Esse sentimento nos interessa pois se relaciona com as concepções de infância que estão presentes hoje em dia e que orientam a elaboração de políticas públicas.

Ariès chama de “sentimento da infância” a consciência de que a criança apresenta uma particularidade que a distingue do adulto. Essa consciência não era presente na sociedade medieval: as crianças eram rapidamente incluídas no universo adulto, sem essa ideia de infância que foi sendo construída e que hoje é naturalizada. Ainda que estudos posteriores discordem sobre essa ausência da particularidade relacionada às crianças na sociedade medieval, muitos concordam que houve uma

mudança na concepção de infância na modernidade (PINHEIRO e FROTA, 2009). Ariès descreve dois sentimentos específicos em relação à infância, que teriam surgido na modernidade. O primeiro seria a paparicação: surgida no meio familiar, a partir da concepção das crianças como um divertimento para os adultos, uma distração engraçadinha. O segundo sentimento seria uma preocupação com a moral das crianças, um interesse psicológico surgido dos eclesiásticos e dos homens da lei e que depois passa para a vida familiar e se relaciona com a disciplina. No século XVIII somam-se à paparicação e à preocupação moral, uma preocupação com o corpo e a higiene. “A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos.” (ARIÈS, 1981, p.277).

O conceito de governamentalidade, conforme elaborado por Foucault, é um dos conceitos que nos ajuda a olhar para a primeira infância, pois entendemos a infância como uma mecânica de poder, e a governamentalização da primeira infância uma estratégia de governo que põe em marcha essas mecânicas. O próprio conceito “infância” é parte da governamentalização da vida que vem sendo articulada a partir do século XVIII na Europa, e no Brasil fundamentalmente a partir do século XIX.

Sobre o conceito de governamentalidade, Foucault (1993), recuperando as teorias sobre a arte de governar formuladas no século XVI em relação ao poder soberano, principalmente em diálogo com “O Príncipe” de Maquiável, aborda uma literatura que ele chama de anti-Maquiável, pois enquanto em Maquiável a questão era sobre como o Príncipe deveria governar para manter a posse do seu principado, sendo esse o principal objetivo do exercício do poder, essa outra literatura ampliou a concepção de governo, entendendo o governo da casa, das crianças, das almas, como formas de governo, para além do governo que era exercido pelo Príncipe. Quando colocamos em análise as políticas para a primeira infância, estamos problematizando o modo como o governo da infância vem sendo atualizado para as formas que estão destacando a primeira infância como uma fase específica sobre a qual incidem diferentes tecnologias de regulação da vida.

Ao estudar as formas de governo e nelas o governo da família e, portanto, da infância, Foucault (1993) diferencia três tipos de governo: o governo de si mesmo (que seria a moral), o governo da família (economia) e o governo do Estado (política). Essas

teorias da arte de governar postulam que há uma continuidade das três formas de governos, de forma ascendente e descendente. Na forma ascendente temos o governo de si como etapa para o governo da família e por sua vez o governo do Estado. Um bom governante do Estado deveria dominar as outras formas de governo para exercer essa função. Na forma descendente a continuidade dessas formas de governo faz incidir na conduta dos indivíduos o governo do Estado, o que começou a se chamar de polícia. A visitação domiciliar de um agente do Estado para o controle da primeira infância pode ser compreendida como uma mecânica de polícia das famílias, na medida em que faz incidir o governo do Estado na conduta dos indivíduos. A invenção da primeira infância já é, por si só, parte dessa mecânica.

A literatura anti-Maquível define o governo como uma condução de coisas para um determinado objetivo, diferentemente da soberania em que a finalidade é a própria soberania, por meio da imposição de leis para esse fim. No século XVIII a família passa a ser um instrumento para o governo da população, e a população o objetivo final do governo. A arte de governar passa a constituir uma ciência, a economia política, organizada em torno da intervenção na economia e na população. Essas táticas de governo, a governamentalidade, está para além do Estado. Não é o Estado que governamentaliza, é o Estado que foi governamentalizado:

São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, do que é ou não estatal, etc; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 1993, p.172).

Nos interessa aqui compreender as formas como a governamentalização da vida em todos os campos, para além e para além do Estado, se expressam na importância que a primeira infância vem recebendo como alvo de uma mecânica de governo da infância. A governamentalização da primeira infância pode ser compreendida como um refinamento dessa mecânica que no Brasil já existe desde o século XIX.

Donzelot em “A Polícia das Famílias” (1980) analisa a literatura sobre o cuidado à infância que emergiu em meados do século XVIII na França. Enfocando as crianças abandonadas, as amas de leite e a educação das crianças ricas pelos serviços essa

literatura denunciava a ausência de uma economia social e de uma economia do corpo na forma como os cuidados com as crianças eram realizados.

A preocupação com as crianças abandonadas era pela alta taxa de mortalidade, impedindo que essas crianças, quando virassem adultos, se tornassem úteis à nação, já que por não terem família seriam mais aptas a assumirem ocupações arriscadas em prol da nação. As altas taxas de mortalidade entre as crianças abandonadas seriam por conta da incompetência dos administradores dos “hospícios” de menores (nome dado na época às instituições que recebiam as crianças abandonadas) para driblar as dificuldades em torno do agenciamento do serviço de nutriz. Essa literatura fazia uma denúncia da ausência do que Donzelot chama de uma “economia social” (DONZELOT, 1980, p.18), como se ao morrer, o investimento na saúde das crianças abandonadas não pudesse ser retornado ao Estado na forma de adultos desempenhando essas funções úteis à nação. Em relação à educação das crianças ricas, essa literatura denunciava que uma vez relegada aos serviços, resultava num aprendizado corporal não desejado para aquelas crianças, portanto seria a denúncia da ausência de uma “economia do corpo”.

Donzelot explica que: “A força desses discursos que incitam à conservação das crianças provém, sem dúvida, da conexão que estabelecem entre o registro médico e o registro social, entre a teoria dos fluidos sobre a qual repousa a medicina do século XVIII, e a teoria econômica dos fisiocratas” (DONZELOT, 1980, p.18). A fisiocracia altera a relação entre a riqueza e o Estado, que passa a ser o meio da produção, e não a finalidade da produção. Com essa mudança passa a ser função do Estado a regulação das relações sociais para que essa produção seja maximizada.

Ainda sobre as mudanças nas famílias produzidas pela medicina e a economia no século XVIII, Donzelot segue:

Exalta-se o século XVIII por sua revalorização das tarefas educativas, diz-se que a imagem da infância mudou. Sem dúvida. Mas, o que se instala nessa época é uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois polos bem distintos, cada qual com uma estratégia bem diferente. O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviços e colocar esses serviços sob a vigilância dos pais. O segundo poderia agrupar, sob a etiqueta da “economia social” todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número

desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma, o que se convencionou chamar de filantropia (DONZELOT, 1980, pp. 21-22).

Até essa época, a medicina não se dirigia especificamente às mulheres e crianças. É a partir da metade do século XVIII que os médicos entram nas famílias, escrevem livros sobre a conservação das crianças na primeira infância, e se aliam às mães, como forma de dominar os saberes médicos, afastando das famílias as outras formas de cuidados, que eram entendidas como uma medicina popular. Essa aliança entre os médicos e as mães também é proveitosa às mulheres, pois concede à mulher, burguesa principalmente, um novo poder atrelado às funções maternas, mudando o jogo de poder dentro das famílias. Nas famílias populares, no entanto, apesar da preocupação com a conservação das crianças e dos preceitos higiênicos serem os mesmos, predominou o viés da economia social, produzindo efeitos muito diferentes do que os da medicina doméstica.

O saber médico em conexão com a teoria econômica do século XVIII articulou a governamentalização da vida por meio do cuidado das crianças. Essa é sentida no Brasil a partir do século XIX, uma vez que no Brasil colonial, principalmente até a expulsão dos jesuítas em 1759 no período pombalino, o governo da infância estava relacionado às ações de caridade, benesse, com práticas ligadas ao pensamento cristão. A atenção era dirigida às crianças abandonadas: “Enjeitados’, ‘deserdados da sorte ou fortuna’, ‘criança infeliz’ foram denominações comuns, referindo-se a estas crianças. Para elas destinaram-se as Casas da Roda ou Casa dos Expostos.” (ARANTES, 2004, p.162). É curioso notar que as crianças abandonadas no período colonial eram chamadas de “criança infeliz” e o programa do Governo Federal para a primeira infância lançado em 2016, que se localiza na pasta da assistência social, se chame “Criança Feliz”. Parece haver uma correlação entre criança e felicidade, e entre felicidade e uma certa forma de família. Por que a felicidade é um parâmetro? Por que infelizes no século XIX e felizes no século XXI?

No século XIX, o saber médico passa a se dirigir às crianças e suas famílias, com foco na prevenção da mortalidade infantil, em grande parte por influência dessa medicina europeia estudada por Donzelot. “Com a investida médico-higienista a partir de meados do século XIX, com a extinção das Rodas e o início de uma legislação

específica sobre a criança nas primeiras décadas do século XX, a criança pobre deixa de ser objeto apenas da caridade e passa a ser objeto de políticas públicas.” (ARANTES, 1995, p.180). Médicos como Afrânio Peixoto e Moncorvo Filho, no final do século XIX e começo do século XX, abordam questões de infância e saúde de forma a influenciar não só a forma como as famílias cuidam das crianças, mas também como as escolas e outras instituições dedicadas às crianças eram constituídas. Moncorvo Filho se dedica à infância pobre, funda o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (ARANTES, 1995), defendendo que as crianças cujas famílias não fossem educadas para proporcionarem um ambiente sadio, deveriam ser retiradas das suas famílias. (GONDRA, 2010).

Essa ameaça ao chefe de família que atravessa as políticas públicas direcionadas às crianças no Brasil pode ser compreendida como efeito do deslocamento da relação entre família e governo na economia liberal. A família entendida como menor organização política possível, sujeito e objeto de governo. Na França de antes do século XVIII, ao chefe de família competia responder pelos seus familiares, e representar a família mediante as obrigações com o Estado, com o pagamento dos impostos. Em contrapartida lhe era conferido um grande poder sobre os membros familiares. Com a governamentalização da vida familiar essa relação entre o poder conferido ao chefe de família e a adequação às obrigações estatais se enfraquece, por duas razões: o aumento do número de pobres que requer assistência direta do Estado e o questionamento da autoridade, por vezes desmedida, do chefe de família por seus familiares. Com a revolução francesa a soberania familiar passa por mudanças, o governo das famílias de outrora é desconstruído, emergindo uma concepção diferente da relação entre poder e família. (DONZELOT, 1980). Numa compreensão de Estado que gere o social, o chefe familiar deixa de ser totalmente responsável pelos seus familiares, mas a família se constitui como um agente de incidência da política social, e um agente social: “A família, que é um âmbito privado, é esquadrinhada pelo social, em nome da ordem pública.” (SCHEINVAR, 2006, p.51).

Por um lado, a família se tornou um modo de proteger o Estado liberal dos perigos de uma revolta dos pobres. Por outro lado, a manutenção do poder familiar, ainda que o chefe familiar tenha tido esse poder modificado, impediria o exercício de

um Estado totalitário. A filantropia é a forma de fazer funcionar essa dinâmica entre família e definição liberal do Estado e afastar essas ameaças é “(...) uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado.” (DONZELOT, 1980, pp.55-56).

A estratégia filantrópica apoia-se em dois polos: o assistencial e o médico-higienista. O polo assistencial seria uma forma de voltar para a família, ainda que não oficialmente, a responsabilidade pelo trabalho e assistência, que escaparia ao Estado liberal. O Estado passa a incidir sobre alguns comportamentos de direito privado, como por exemplo, a necessidade de as famílias terem uma poupança para recorrer menos à assistência, e assim uma questão de direito público recebe um rótulo de moralidade econômica. O outro polo, médico-higienista, utiliza o Estado como instrumento direto para arrefecer os riscos de conflitos representados pelo enfraquecimento físico e moral da população, e pelo livre agenciamento das relações sociais. Esse polo pode ser entendido como um controle positivo, que produz a vida, e por isso pode conviver com a definição liberal do Estado, mesmo levando a um fortalecimento dos equipamentos públicos.

A família passa a ser um ponto de apoio para o Estado por um lado, pois é responsabilizada pelos indivíduos que necessitam de assistência financeira, e por outro a família é alvo das normas médicas-higienistas. “De modo que se poderá tentar compreender a liberalização e a revalorização da família, que irão se desenvolver no final do século XIX, (...) como resultado estratégico da acoplagem dessas duas táticas filantrópicas” (p.58).

No Brasil, o polo médico-higienista da filantropia, representado por médicos como Moncorvo Filho, autorizou a entrada do Estado nas casas das famílias pobres, sob a justificativa de serem ignorantes ou incapazes para cuidarem das crianças da forma considerada por esse saber médico como saudável. O higienismo reforça, por meio do saber médico, a responsabilização das famílias que o polo assistencial da filantropia faz incidir.

O higienismo, enquanto dispositivo, intervém em toda a organização social, seja no âmbito arquitetônico, biológico, afetivo, etc., sobretudo por meio dos lares, produzindo subjetividades individualizantes que têm efeitos concretos, tais

como a potencialização da família nuclear burguesa, redundando na sua culpabilização como forma de transferir-lhe a responsabilidade pelos problemas sociais. (SCHEINVAR, 2006, p.53).

A governamentalização da infância pobre por meio desse saber-poder médico teve como estratégia e efeito a desqualificação e a desautorização das famílias para conduzir as crianças (GONDRA, 2010). Da mesma forma, o governo da criança pobre articula novos saberes, novos profissionais e serviços de atenção à infância. “Os discursos sobre a pobreza e as reconfigurações no mundo do trabalho e da casa serão responsáveis por deslocamentos na ordem do discurso que passarão a admitir e defender o trabalho regular junto à criança pequena desde ‘a mais tenra idade’ (...)” (GONDRA, 2010, p. 206).

2.3 Infância e biopolítica

A governamentalização da infância e a incidência do higienismo na forma como as famílias conduzem o cuidado com as crianças acontece no bojo da emergência do poder disciplinar, principalmente nos séculos XVII e XVIII. A infância passa a ser alvo desse controle, desse poder produtivo, que inscreve uma norma, um modelo de como se deve ser. O poder disciplinar é discutido por Michel Foucault a partir da análise das transformações e permanências do poder soberano, especificamente, do direito deste sobre a morte. Uma das formas de poder soberano foi, por muito tempo, o direito sobre a vida e a morte de seus súditos. Mas, para demarcar esse direito sobre a vida, o soberano tinha, de fato, o poder sobre a morte, pois ele podia fazer o súdito morrer, ou deixar viver. O soberano tinha o direito de matar e por isso ele podia exercer seu direito sobre a vida.

A partir da época clássica ocorreu uma mudança nos mecanismos de poder do Ocidente. Esses mecanismos, que eram baseados na apreensão e no confisco (de coisas, tempo, corpos e vida), passaram a atuar sobre a produção de forças, seu crescimento e sua ordenação, mudança que acabou por deslocar o direito de morte, o fazer morrer, para um poder que conduziria a vida.

Mas esse formidável poder de morte (...) apresenta-se agora como complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que

empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto (FOUCAULT, 1988, p.129).

Dessa forma, o princípio biológico no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos de população, substituiu o princípio jurídico do poder soberano e tornou-se uma questão de estratégia entre Estados. “Pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (Idem).

Para Foucault o biopoder foi concretamente desenvolvido a partir do século XVII em duas frentes. A primeira se concentrou no controle dos corpos por meio das disciplinas, e a segunda, que surge a partir do século XVIII, se concentrou no corpo-espécie, no corpo como suporte dos processos biológicos, realizados por meio de intervenções e controles reguladores. A combinação dessas duas frentes – das disciplinas do corpo e das regulações da população – constitui uma tecnologia própria para o exercício do poder sobre a vida.

Diversas técnicas passaram então a operar a sujeição dos corpos e o controle das populações. No campo das disciplinas, instituições como a escola, o hospital e o quartel se encarregaram da acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo. No campo das regulações, os problemas de natalidade, longevidade e saúde pública, por exemplo, operaram a acomodação dos mecanismos de poder sobre os fenômenos globais, de população.

Inaugura-se assim, na articulação dessas duas séries – a série da anátomo-política: corpo, organismo, disciplina, instituições e a série da bio-política: população, processos biológicos, mecanismos regulamentadores, Estado – a era do biopoder. (FOUCAULT, 1988)

A expansão da escola é um dos indícios do biopoder no campo da infância. Na França, no século XVII, as escolas eram obrigatórias aos filhos das famílias pobres que eram beneficiárias da caridade. As escolas protestantes se colocavam como máquinas para transformar pobres em trabalhadores. Essa obrigatoriedade permitiu o exercício de mecanismos de controle das famílias, uma vez que uma pessoa da assembleia de caridade controlava a frequência dos alunos, visitava os que estavam doentes, encaminhava as crianças para o hospital se necessário fosse e assim acabava por

entrar na vida familiar e controlar o uso que estavam fazendo das esmolas recebidas (QUERIEN, 1994).

Em 1882 a escola se torna obrigatória para todas as crianças na França, e reforça a tônica da disciplinarização das crianças pobres, além disso a escola primária se constitui para reproduzir as desigualdades sociais: com a aparência de fracasso e culpabilidade, acaba por fixar a criança no contexto social em que se encontra (QUERIEN, 1994). A lógica que se constrói é a de que se todos recebem instrução, o sucesso é uma questão de competência do próprio indivíduo, e assim as crianças pobres continuam pobres por sua própria incompetência. É sobre as subjetividades em torno da meritocracia e dos efeitos individualizantes da pobreza que a primeira infância vai se edificar como um refinamento desses mecanismos biopolíticos de controle que produzem a vida. Mais do que a escola, o discurso da valorização da primeira infância foca no estímulo precoce do cérebro para que todos os indivíduos tenham sucesso e se insiram no mercado de trabalho, colocando a desigualdade social como uma questão que pode ser superada por um padrão normatizado de desenvolvimento.

2.4 Os saberes médicos e a intervenção precoce

A unanimidade da existência de uma etapa definida como primeira infância como faixa etária e mecanismo biopolítico, que foi possível perceber na votação do Marco Legal no Senado e em diversos outros momentos da minha experiência na RNPI, tem como fundamento uma linha do pensamento científico que é posta como universal, como verdade inquestionável. O discurso de que o estímulo do cérebro na primeira infância poderia compensar os efeitos da pobreza é amplamente reproduzido por diversos atores do campo da primeira infância. Mesmo organizações da sociedade civil que não têm uma perspectiva tão biologizante se alinham com esse argumento com o objetivo de captar recursos, já que é por essa via que o recurso para projetos em primeira infância parece estar disponível.

De forma complementar ao argumento do desenvolvimento do cérebro há o argumento econômico, como o do prêmio Nobel de economia James Heckman (HECKMAN, 2020) de que a cada um dólar investido em políticas de primeira infância

há uma economia de 7 dólares em outras políticas sociais. Existe uma articulação entre essas produções científicas e a constituição da militância em defesa da primeira infância da qual fiz parte, e por isso não tem muito espaço nem interesse dentro dessa militância para o questionamento desses argumentos como verdades absolutas. Seja na RNPI, seja nas frentes parlamentares que defendem a primeira infância ou nos programas de visita domiciliar, a base científica garante uma tal legitimidade para a área que há uma certa blindagem para um olhar epistemológico que analise as condições da produção dessas verdades científicas.

Nesse sentido, também tem o reforço de Harvard, a renomada universidade americana, que tem um centro sobre desenvolvimento infantil que oferece um curso chamado “programa de liderança executiva para o desenvolvimento na primeira infância” (HARVARD UNIVERSITY, 2020, tradução nossa)⁶ exclusivamente para gestores públicos e pessoas engajadas com a infância no Brasil. Desse curso participaram diversos parlamentares que estiveram envolvidos com a aprovação do MLPI e gestores que criaram programas nos seus territórios como um trabalho de conclusão do curso de Harvard. O objetivo desse centro de Harvard, segundo eles mesmos, é influenciar políticas públicas com inovações a partir de evidências científicas. Vários integrantes da RNPI também já participaram do curso. A lista de financiadores desse centro inclui alguns financiadores da RNPI e de outras iniciativas de primeira infância no Brasil, como a Fundação Bernard van Leer, uma fundação holandesa que também investiu recursos no Programa Criança Feliz (BERNARD VAN LEER FOUNDATION, 2018). Os financiadores dessas iniciativas de primeira infância em diversos países, como o curso de Harvard e o Criança Feliz, são os mesmos.

Um dos eventos em que estive presente como representante da RNPI foi o lançamento, em 2016, de uma série de artigos da revista científica *The Lancet* sobre primeira infância. O evento aconteceu na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em Brasília, que atuava como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (UNICEF BRASIL, 2016). O então Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, não só estava presente como teve uma fala na abertura do evento, assim como o representante do Unicef Brasil (entidade das Nações Unidas

⁶ Nome original em língua inglesa: Executive Leadership Program in Early Childhood Development (HARVARD UNIVERSITY, 2020).

direcionada às crianças), além de diretores de fundações privadas do campo da primeira infância, e a Dra. Mary Young, que na época trabalhava no governo chinês.

Precisamos fazer uma breve explicação sobre a Dra. Mary Young, com quem dividi mesa no Seminário do Marco Legal relatado no Capítulo 1 desse texto. Mary Young é reconhecida no campo da primeira infância como uma grande especialista em saúde pública e desenvolvimento infantil que esteve por 30 anos à frente da área no Banco Mundial (PENN, 2002). Mary Young foi consultora do Programa Criança Feliz e sempre teve uma relação muito próxima com o Osmar Terra. Nas palavras do então Ministro, em discurso registrado durante seção da comissão geral sobre políticas de primeira infância na Câmara dos Deputados:

Dentro dessa Comitativa, temos uma pessoa que ajuda muito o Lu Mai lá e nos ajuda aqui, a Mary Young, que nos inspira. (*Palmas.*) A Mary é uma figura única. Ela foi do Banco Mundial. Nós nos conhecemos há 18 anos quando ela veio a Brasília participar de um debate sobre primeira infância em Brasília, época em que eu era Coordenador e Secretário Nacional do Comunidade Solidária. E a Mary muito empolgada com o trabalho da primeira infância, trabalho este que teve início obviamente antes de 2000, trouxe-nos uma experiência riquíssima e nos inspirou a criar os primeiros programas aqui no Brasil. Agora, ela está lá na China ajudando a montar os programas daquele país. Que trabalho da Mary, não é? Ela mora nos Estados Unidos. Então, ela passa 3 semanas na China, 1 semana nos Estados Unidos, mas estamos convidando-a a ser nossa *adviser* no Brasil. Ela virá ao Brasil nos ajudar também. Ela tem sido muito útil. Se existe alguém a que as crianças do mundo todo devem esta pessoa é a Mary Young. (BRASIL, 2017a, pp.25-26).

À frente da área da primeira no Banco Mundial Young defendia que havia um hiato entre as evidências e as políticas que os países desenvolviam para a idade. Para Young (2007) as evidências mostrariam que programas que promovem o desenvolvimento de crianças na primeira infância seriam a fundação do capital humano, apresentariam a maior taxa de retorno econômico e o melhor custo-benefício para reduzir a pobreza e fomentar o crescimento econômico. Para diminuir esse hiato, o Banco Mundial apoiava programas focados no desenvolvimento infantil em diversos países em desenvolvimento, financiando parte dos programas e sistematizando o conhecimento produzido na área da primeira infância. Para Young o investimento no capital humano por meio do cuidado adequado na primeira infância seria a chave para a resolução de muitas questões, inclusive para se alcançar a estabilidade social (FONSECA, 2022).

Como destaca a notícia no próprio site do Ministério, o fato do lançamento ter acontecido no Brasil se deve à articulação entre esses atores para o então recém criado Programa Criança Feliz:

Segundo o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, a pesquisa reforça a importância do trabalho do Criança Feliz. 'O Lancet é uma das revistas científicas mais respeitadas em todo mundo. Isso serve para que a sociedade tenha conhecimento do que estamos fazendo aqui', afirmou. (VIEIRA, 2016).

Era evidente que a publicação estava sendo vista como uma forma de legitimar o Programa Criança Feliz. Mas por que a *The Lancet*? De acordo com uma matéria publicada no *Jornal da Universidade de São Paulo (USP)* (REVISTA, 2019), a revista é a mais importante na área das ciências médicas. No site da publicação (THE LANCET, 2020), que foi lançada na Inglaterra em 1823, está claro que um dos objetivos da revista é influenciar tomadores de decisão em todo o mundo. Na matéria da USP, essa seria a diferença da *The Lancet* em relação às outras revistas científicas da área, para além de divulgar os resultados das pesquisas, a revista teria nascido com o objetivo de influenciar mudanças com base nas evidências científicas: “Tal postura se acentuou muito recentemente, como informa o texto, quando a *The Lancet* começou a organizar comissões para produzir grandes relatórios, o que lhe permite influenciar, intervir e convencer a área política, mas sempre baseada em resultados científicos.” (REVISTA, 2019). A prestigiada revista já publicou três dessas grandes séries sobre primeira infância, a primeira em 2007, a segunda em 2011, e a terceira foi essa em que estive presente no lançamento em 2016.

As duas primeiras séries se chamam “Desenvolvimento da Primeira Infância em Países em Desenvolvimento” (THE LANCET, 2007 e THE LANCET, 2011, tradução nossa)⁷ e a terceira “Avançando no Desenvolvimento da Primeira Infância: da ciência para a escala” (THE LANCET, 2016, tradução nossa)⁸.

O que dizem as publicações dessa revista tão famosa na área médica? Vamos olhar os sumários das três séries: o breve sumário executivo da série de 2007 diz que muitas crianças abaixo dos 5 anos em países em desenvolvimento são expostas a

⁷ Título original em língua inglesa: “Early Child Development in Developing Countries” (THE LANCET, 2007 e 2011)

⁸ Título original em língua inglesa: “Advancing Early Childhood Development: from Science to Scale” (THE LANCET, 2016)

múltiplos riscos, incluindo pobreza, desnutrição, problemas de saúde e ambientes domésticos pouco estimulantes que afetam de forma negativa seu desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional. (THE LANCET, 2007).

O sumário executivo da série de 2011 diz que a publicação teve como objetivo identificar os problemas de implementação e cobertura das intervenções nessa área, assim como o cálculo econômico da falta de investimento nos programas de primeira infância, apresentando novas evidências nas causas e efeitos das desigualdades de desenvolvimento na primeira infância. De acordo com o sumário, os autores dos artigos publicados nessa série concluem que a primeira infância é o período mais efetivo para se prevenir inequidades, particularmente para crianças mais pobres. O investimento na primeira infância teria consequências para toda a vida não só para os indivíduos, mas para o bem estar da sociedade. E termina com “Ação rápida deve vir em seguida para assegurar que intervenções efetivas sejam financiadas e integradas em programas direcionados à melhoria da saúde materno-infantil” (THE LANCET, 2011, tradução nossa)⁹.

Já nesses sumários aparecem duas ideias que parecem fundamentar a emergência de muitas ações e programas de primeira infância: a ideia do custo econômico da “falta de investimento” e a ideia da prevenção, de como o investimento na primeira infância é importante para prevenir problemas de desenvolvimento que produziram desigualdades.

Na terceira série foi publicado um sumário executivo estendido, um documento de 8 páginas com quadros, fotografias e infográficos. Na última página, no rodapé, encontramos algumas logomarcas, entre elas a logomarca do Banco Mundial e do Unicef. Também na última página há uma lista de organizações que contribuíram para as atividades de comunicação e *advocacy* da publicação, entre elas a Fundação Bernard van Leer, a mesma que investe recursos no centro de desenvolvimento infantil de Harvard e no Programa Criança Feliz (THE LANCET, 2016). Com isso percebemos que há uma estreita relação, ou uma articulação, entre essa produção científica da área médica, as organizações multilaterais, algumas fundações privadas internacionais que

⁹ Trecho no original em língua inglesa: “Rapid action must now follow to ensure that effective interventions are financed and integrated into programmes that aim to improve maternal and child health outcomes”. (THE LANCET, 2001).

têm dirigido atenção para a primeira infância e as esferas governamentais, que são um dos alvos dessa incidência médico-política.

O sumário traz muitas informações numa linguagem bastante acessível e pouco uso do vocabulário mais especializado da área médica. Reconhece que desde o ano 2000 as publicações sobre o desenvolvimento na primeira infância vêm crescendo rapidamente, mas somente algumas com o foco nas intervenções. Há também alguns números sobre o investimento nessa área, atestando seu crescimento como um todo. Ainda que os números sejam de 2016 e que nas páginas eletrônicas das agências multilaterais não constem novos dados, são válidos para a nossa análise:

- O número de países com políticas nacionais intersetoriais para a primeira infância cresceu de 7 no ano 2000 para 68 em 2014. Desses 68 países 45% tem renda baixa ou média.

- Desde o ano 2000 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investiu mais de 1.7 bilhões de dólares em projetos de desenvolvimento da primeira infância e de 2000 a 2013 o Banco Mundial investiu 3.3 bilhões de dólares na mesma área, principalmente em programas de saúde, nutrição e população (THE LANCET, 2016).

O sumário baseia toda a sua argumentação na área biomédica, com frases do tipo: "O cuidado integral reduz os efeitos negativos da desvantagem no funcionamento e na estrutura cerebral, o que por sua vez melhora a saúde das crianças, o crescimento e desenvolvimento" (THE LANCET, 2016, p.3, tradução nossa).¹⁰ O que é essa desvantagem que o cuidado integral na primeira infância combate? Seria a pobreza? A desigualdade social? Apesar de ser uma publicação da área médica, inclusive uma das mais respeitadas do mundo, e dos argumentos serem todos com base em evidências desse campo do saber, há uma forte defesa de ações e programas intersetoriais: "Intervenções setoriais combinadas com elementos do cuidado e proteção integral podem intensificar o efeito nos resultados da criança. Essa abordagem encoraja

¹⁰ Trecho no original em língua inglesa: "Nurturing care reduces the detrimental effects of disadvantage on brain structure and function which, in turn, improves children's health, growth, and development". (THE LANCET, 2016, p.3)

intervenções direcionadas à família como uma unidade ao invés da criança sozinha” (THE LANCET, 2016, p. 5, tradução nossa)¹¹.

A tônica na questão da intersectorialidade e toda a linguagem menos biologizante que se usa, (possivelmente por ser um sumário executivo destinado a influenciar os tomadores de decisão que não são, via de regra, pesquisadores dessa área), nos passam a impressão de ser uma publicação que expressa um consenso do universo científico em relação à primeira infância. É uma publicação da área médica que veste uma roupagem de universal, como se a mensagem que se passasse fosse: a medicina diz e comprova por meio das suas evidências, que são indiscutíveis, que o certo para promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância em todo o seu potencial é a intervenção intersectorial, nos termos da medicina. A vontade de verdade (FOUCAULT, 1999) é escamoteada, dissolvida nas boas intenções e evidências científicas de quem produz conhecimento para salvar as crianças dos efeitos negativos da pobreza.

Além da tônica na intersectorialidade, também há uma defesa dos programas de suporte parental:

Programas de suporte parental que promovem o cuidado integral, particularmente aqueles empregando diversas técnicas de mudança comportamental, podem aumentar substancialmente os efeitos positivos nos resultados de desenvolvimento infantil em relação à saúde básica e nutrição, educação e intervenções de proteção. Em contraste, maus-tratos durante a infância é associado com a redução de volume em regiões do cérebro envolvidas na memória e aprendizagem. (THE LANCET, 2016. p. 4, tradução nossa)¹²

O Programa Criança Feliz é um desses programas de suporte parental defendidos pela publicação. O discurso biomédico de estímulo e desenvolvimento do cérebro na primeira infância colabora para a atualização das concepções de infância e dos tipos de intervenção que vão sendo elaborados nos âmbitos públicos e privados. As

¹¹ Trecho no original em língua inglesa: “Sectoral interventions combined with elements of nurturing care and protection, can boost the effect on child outcomes. This approach encourages interventions directed at the family as a unit rather than the child alone.” (THE LANCET, 2016, p. 5)

¹² Trecho no original em língua inglesa: Parent support programmes that promote nurturing care, particularly those employing several behavior-change techniques, can substantially augment the positive effects on early childhood development outcomes of basic health and nutrition, education, and protection interventions. In contrast, maltreatment during childhood is associated with reduced volume in brain regions involved in learning and memory. (THE LANCET, 2016. p. 4)

neurociências são citadas por diferentes atores do campo da primeira infância como justificativa para o investimento nessa área. Numa perspectiva histórica, a relação entre infância e neurociência tem como base a discussão sobre intervenção precoce, que foi um dos movimentos da higiene mental para prevenir transtornos mentais (DEL RÍO, 2014). Esse movimento teria começado a se articular nos anos 1920 nos Estados Unidos, e desde o início relacionou-se com as famílias e as escolas. A intervenção precoce para a prevenção de transtornos mentais futuros tem um viés de eliminação da diversidade: se intervém o mais cedo possível nas crianças de forma a fixar um modelo único de desenvolvimento e prevenir “atrasos” ou qualquer outro “comportamento indesejável”. Nesse sentido, essa corrente de pensamento produziu escalas de desenvolvimento para a detecção precoce dos “atrasos”, com indicadores fixos e universais, que são utilizados até hoje.

A importância da experiência da infância para o desenvolvimento de “problemas” de comportamento e desenvolvimento futuros está relacionada à noção de trauma elaborada pela psicanálise. A partir desse conceito, o que se vive na infância passa a ter grandes consequências na vida adulta: “Quebra-se a noção histórica de infância associada com inocência, ignorância, inconsciência” (DEL RÍO, 2014, p.4, tradução nossa).¹³

No Brasil, o diálogo entre a psicanálise e a pedagogia no governo da infância foi bastante desenvolvido na obra do médico e antropólogo Arthur Ramos (1903-1949). Esse diálogo tornou possível a substituição da ideia de criança anormal pela ideia de criança difícil, ou problema (Ó e CARVALHO, 2009). Uma questão que seria até então, para as ciências da educação, de determinação genética, passou a ser entendida como uma questão da ordem emocional.

Nas suas interpretações relativas às tipologias adoptadas na Criança problema, devemos notar que a explicitação dos vários casos decorria de deficiências estruturais do sistema e que, portanto, a estratégia terapêutica -correctiva a que deitava mãos era quase sempre acompanhada uma crítica aberta às concepções e soluções educativas adoptadas pelas duas instituições sociais responsáveis pela socialização da criança, a família e a escola. Como se, mesmo no terreno e no interior de instituições públicas, a assunção da herança e dos instrumentos psi transportassem imediatamente consigo a possibilidade

¹³ Trecho no original em língua espanhola: “Se rompe la noción histórica de infancia asociada con inocencia, ignorancia, inconciencia” (DEL RÍO, 2014, p.4).

real de transformar inteiramente as ideias e processos utilizados no governo da criança. (Ó e CARVALHO, 2009, p.99)

A partir desse olhar para a influência que o ambiente exercia no desenvolvimento das crianças, foram propostos, principalmente na primeira metade do século XX, modelos de observação e intervenção precoce com crianças de famílias indigentes e em orfanatos que estabeleceram efeitos permanentes da privação de vínculo da criança com o cuidador. Esses modelos experimentais foram implementados com a lógica de que os eventos do ambiente em fases específicas seriam organizadores da experiência da infância. Essas fases seriam os períodos críticos do desenvolvimento, as chamadas “janelas de oportunidades”, que se abrem e se fecham e determinam se a trajetória de desenvolvimento será a desejada.

É curioso observar que a expressão “janela de oportunidades” é recorrente atualmente no campo da primeira infância. Uma rápida busca no google com os termos “primeira infância” e “janela de oportunidades” combinados traz resultados de diferentes instituições, como Unicef, Rede Nacional Primeira Infância, Governo Federal, Jornal O Globo, uma escola de enfermagem, entre outros. No site do Unicef, o texto que abre a seção sobre o programa de desenvolvimento infantil no Brasil diz que:

Os primeiros 1.000 dias de vida representam uma oportunidade única e decisiva para o desenvolvimento de todo ser humano.

Durante essa janela crucial de oportunidades, as células cerebrais podem fazer até 1.000 novas conexões neuronais a cada segundo – uma velocidade única na vida. Essas conexões formam a base das estruturas cerebrais e contribuem para o funcionamento do cérebro e a aprendizagem das crianças e criam as condições para a saúde e a felicidade delas no presente e no futuro. A falta de atenção integral – que inclui acesso à saúde, nutrição adequada, estímulos, amor e proteção contra o estresse e a violência – pode impedir o desenvolvimento das estruturas cerebrais dessas conexões fundamentais.

Avanços na neurociência provaram que quando as crianças passam seus primeiros anos – particularmente os primeiros 1.000 dias desde a concepção até os 2 anos de idade – em um ambiente estimulante e acolhedor, novas conexões neuronais se formam na velocidade ideal. Essas conexões neurais ajudam a determinar a capacidade cognitiva de uma criança, como elas aprendem e pensam, sua capacidade de lidar com o estresse, e podem até influenciar o quanto elas ganharão quando adultas. (UNICEF BRASIL, s.d.).

Neste texto do Unicef a janela de oportunidades da primeira infância é ainda mais enfatizada, pois é uma janela “crucial” de oportunidades. O sussurro da idiota da primeira infância quer questionar, por que essa janela é tão crucial? É uma janela

crucial para a intervenção, um período em que o estímulo “correto” do cérebro, uma provocação externa funcione como um aditivo para a performance da natureza na constituição dessas conexões neuronais. No texto do Unicef, há uma ênfase no físico e o apagamento do contexto sócio-político que também nos constitui: a provocação externa, feita por um ambiente estimulante, vai determinar no cérebro a capacidade cognitiva das crianças e resultar na sua renda futura.

De acordo com Del Río (2014), os modelos de intervenção precoce são sustentados por conceitos biológicos que analisam o comportamento animal. Esses modelos são transferidos para explicar o fracasso escolar de crianças pobres e oferecer medidas educativas que compensem e nivelem as habilidades dessas crianças com as da classe média. Os eventos ambientais e sociais passaram a ser concebidos como responsáveis pela possibilidade de gerar “atrasos” e “desvios” no desenvolvimento humano, como o texto do Unicef coloca, mas na forma positiva: de como o estímulo gera um ganho de desenvolvimento. A dimensão social é abordada pelo efeito físico individual, não se problematiza a produção da pobreza e seus efeitos coletivos. Essa correlação entre o ambiente e o desenvolvimento das crianças articula os problemas sociais como problemas de saúde, sendo possíveis de serem medicalizados. “Opera-se um deslocamento conceitual para substituir o conceito de inferioridade genética da tradição eugênica psiquiátrica para o de inferioridade ambiental.” (DEL RÍO, 2014, p. 5, tradução nossa)¹⁴.

As séries de primeira infância da *The Lancet* parecem se localizar exatamente nesse discurso: a medicina produzindo conhecimento para influenciar os tomadores de decisão de que os eventos ambientais e sociais geram disfunções cerebrais, que por sua vez, perpetuam as desigualdades sociais. Portanto, a medicina está atestando que é preciso que os políticos usem como estratégia a intervenção no ambiente em que as crianças crescem para que todas as crianças tenham cérebros potencialmente iguais. A intervenção nesse ambiente pode adquirir diversas formas, no limite, a intervenção maior que é a própria retirada das crianças pobres de suas famílias:

Se, por exemplo, imaginamos que as famílias pobres produzem crianças com danos cerebrais, é preciso uma política rápida e radical para prevenir nesses

¹⁴. Trecho original em língua espanhola: “Se da un desplazamiento conceptual para sustituir el concepto de inferioridad genética de la tradición eugénica psiquiátrica por el de inferioridad ambiental” (DEL RÍO, 2014, p. 5)

jovens estragos neurológicos irreversíveis. A solução “óbvia” do problema seria a agilização da adoção de crianças pobres - em particular bebês -- por famílias das classes medias e altas. (FONSECA, 2019, p.7).

Essa é a lógica dos argumentos dos programas de primeira infância como o Criança Feliz e dos sumários da The Lancet (2007, 2011 e 2016) aqui analisados: a ideia de que é possível, por meio de uma intervenção, que no caso é feita por treinamento das famílias, nivelar o “ponto zero” do desenvolvimento das crianças para que todas tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e possam concorrer em “pé de igualdade”. O treinamento das famílias opera como a medicalização contra a pobreza. Isso nos indica que os estudos da intervenção precoce tiveram grande papel na forma como a neurociência vem sendo aplicada ao campo de primeira infância, atuando na segmentação do campo da infância e consolidando um campo de saber com projeção internacional.

2.5 Liberalismo, neoliberalismo e capital humano.

De forma articulada com os argumentos das neurociências e do desenvolvimento do cérebro, muitos dos discursos a que tive acesso sobre a importância da primeira infância relacionam o investimento nas políticas públicas para essa faixa etária com o mercado. Seja por meio de políticas com atuação direta com as crianças, como as de educação infantil, ou de políticas de treinamento das famílias como os programas de visita domiciliar, há uma preocupação com o futuro produtivo das crianças e a inserção no mercado de trabalho. No mesmo lançamento da série da revista The Lancet em que estive presente houve uma fala polêmica de um economista do Banco Mundial defendendo a visita domiciliar como estratégia de substituição das creches em países que não conseguem alcançar uma educação de qualidade para as crianças de até 3 anos (UNICEF BRASIL, 2016)¹⁵. Os argumentos do economista eram:

1. A população brasileira estaria envelhecendo de forma rápida, e em 2040 teríamos um aposentado para cada trabalhador contribuinte.

¹⁵ A fala do então coordenador setorial para desenvolvimento humano e pobreza do Banco Mundial, Pedro Olinto, representando o diretor do Banco Mundial para o Brasil está disponível dos 20:00 minutos aos 24:30 do vídeo publicado pelo UNICEF que está nas referências (UNICEF BRASIL, 2016).

2. Na época, o Brasil era o segundo dentre os BRICS¹⁶ em que a produtividade havia crescido menos: o trabalhador precisaria ter um maior desenvolvimento cognitivo para ser mais produtivo, e o caminho para alcançar esse maior desenvolvimento cognitivo seria intervenção na primeira infância.

3. É papel do Estado promover o desenvolvimento na primeira infância. Deveríamos estar investindo em creches ou visitações domiciliares. No entanto, com a queda da população de 0 a 3 anos, montar creches com funcionários públicos e estruturas duráveis seria arriscado e muito custoso, por isso seria necessário pensar numa fórmula mais flexível e menos onerosa para o Estado, como visitas domiciliares ou creches em parcerias público-privadas.

Essa fala causou um desconforto notório entre meus colegas de RNPI que estavam no evento. Ela associa a importância do investimento na primeira infância com uma suposta necessidade de o Brasil ter trabalhadores com maior produtividade para compensar o decréscimo populacional, e ainda defende a visitação domiciliar como um possível substituto às creches. O desconforto sentido por nós naquele momento é o mesmo que me trouxe a esta pesquisa, pois ali ficou muito claro que a emergência da primeira infância e a conformação desse campo estavam vinculados ao cenário mais amplo do neoliberalismo. O representante do Banco Mundial, sem nenhum pudor, expôs a face que não queríamos olhar da crescente popularidade do assunto do qual nós éramos os "embaixadores".

Na fala do economista do Banco Mundial o mercado opera como um lugar de verdade sobre a primeira infância e as políticas públicas: é preciso que se invista na primeira infância para aumentar a produtividade do trabalhador, e a forma como isso deve ser feito também atenderá aos princípios da eficiência econômica. A cientista política Pilar Calveiro (2019) sistematizou um mapa da governamentalidade neoliberal que nos ajuda a entender como no neoliberalismo há uma redução do social ao econômico, o que pode ser percebido no caso da primeira infância. A autora elenca nove elementos que compõem a governamentalidade neoliberal. Dentre eles, conseguimos relacionar dois diretamente relacionados com a fala do economista do

¹⁶ BRICS é um mecanismo que reúne informalmente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul para articulação econômica.

Banco Mundial. O primeiro elemento é a fragmentação do Estado-Nação e a perda da centralidade que teve como instituição do século XX: as atribuições da soberania são assumidas por instâncias internacionais, e os governos se tornam uma espécie de executivos das políticas econômicas, sociais e jurídicas que são elaboradas por essas instâncias, tal qual o Banco Mundial ao elaborar compêndios sobre o investimento na primeira infância, que são seguidos por diversos países, como o Brasil (PENN, 2002). Outro elemento da governamentalidade neoliberal perfeitamente aplicável ao caso em questão é a subordinação do social e do político aos dispositivos econômicos, em termos da relação de custo-benefício: o investimento em primeira infância se justificaria pelo alto retorno econômico em termos de políticas sociais, sendo a visitação domiciliar uma opção com uma taxa de retorno financeiro ainda maior, por ser mais barato do que o investimento em creches e, por isso, nos argumentos do economista do Banco Mundial, esse deveria ser o caminho adotado pelo governo brasileiro.

A discussão sobre o neoliberalismo nos parece fundamental para compreender a emergência dos discursos sobre a importância da primeira infância e o contexto geral em que as políticas sociais estão inseridas. Quais são os fundamentos dessa governamentalidade que constituiu o mercado como um lugar de verdade, e como um argumento para a emergência dos discursos sobre a importância da primeira infância?

Foucault, nas aulas reunidas no livro *Nascimento da Biopolítica* (2008), faz uma análise sobre a constituição do neoliberalismo a partir da emergência do liberalismo e da primazia do mercado em meados do século XVIII. O autor explica que houve uma mudança na razão de Estado, entendida como a racionalização da prática governamental, para que o Estado desenvolva todo seu potencial: "E a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar" (FOUCAULT, 2008, p.6).

No mercantilismo essa razão funcionava com a lógica de que o Estado deveria enriquecer pela acumulação monetária, deveria se fortalecer pelo crescimento da população, se mantendo sempre num estado de concorrência com outros países, a chamada "balança europeia". Esse estado de concorrência impediria o domínio de um sobre o outro: "Em outras palavras para os mercantilistas – é esse, ao meu ver, um

ponto importante – o jogo econômico é um jogo de resultado nulo” (FOUCAULT, 2008, p.72). Para manter esse equilíbrio externo o Estado precisava intervir.

No século XVIII há uma mudança nessa concepção de enriquecimento e equilíbrio. Nessa outra lógica, o enriquecimento de um país ou de um indivíduo se daria pelo enriquecimento recíproco de todas as partes envolvidas. E essa harmonia das relações econômicas que produziria um enriquecimento mútuo aconteceria naturalmente, sem a intervenção do Estado. Para tanto, é instaurado um limite interno na arte de governar, intrínseco, para que o Estado não atrapalhe esse jogo em que todos ganham. Essa limitação, regulação interna da racionalidade governamental, vai caracterizar a razão governamental moderna. "Toda a questão da razão governamental crítica vai girar em torno de como não governar demais. Não é ao abuso da soberania que se vai objetar, é ao excesso de governo. E é comparativamente ao excesso de governo que vai medir a racionalidade da prática governamental" (FOUCAULT, 2008, p.18). Essa autolimitação da razão governamental é para Foucault o que caracteriza o liberalismo.

Sobre a mudança no lugar que o mercado ocupa nessas diferentes concepções da razão de Estado, Foucault esclarece que na idade média, nos séculos XVI e XVII o mercado era um lugar de justiça: fortemente regulamentado, com preços considerados justos ao custo da produção e às necessidades do consumidor, com alguma preocupação distributiva, para que os produtos chegassem a quem necessitasse, e um lugar sem fraude. “O mercado era um lugar de jurisdição” (FOUCAULT, 2008, p.43). A mudança ocorreu no sentido de transformar o mercado de um lugar de justiça, para um lugar de verdade, que tem mecanismos naturais, espontâneos, que devem ser respeitados. É esse lugar de verdade que coloca o mercado como uma instância de verificação das práticas de governo.

Assim, nessa nova arte de governar que surge em meados do século XVIII e que tem como característica a instauração de mecanismos que limitam o próprio exercício do poder de governar: “(...) arte de governar o menos possível (...)” (FOUCAULT, 2008, p.40), o mercado se torna um mecanismo que regula o governo e um lugar da verdade. O governo deve intervir o mínimo possível para que essa verdade possa aparecer, e por sua vez, ser aplicada como norma à prática governamental.

O mercado é construído como um ser com uma natureza própria, que não se deve perturbar para que seu funcionamento seja perfeito. Precisamente o contrário do que se propõe no campo da primeira infância: nesse caso a natureza precisa ser perturbada pelo ambiente, pelos estímulos, para que seu funcionamento seja perfeito. Na fala do economista do Banco Mundial, a intervenção na primeira infância seria feita em nome do bom funcionamento do mercado.

Essa ideia da não intervenção do Estado foi recuperada no pós-guerra, na América do Norte e na Europa como uma reação teórica ao papel que o Estado estava desempenhando no contexto de reconstrução dos países envolvidos na II Guerra Mundial. Alguns opositores do Estado do bem-estar social e do New Deal¹⁷ se organizam num grupo chamado Sociedade de Mont Pelérin, com o objetivo de combater "(...) o Keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (ANDERSON, 1995, p.1).

Em 1973, com a crise do modelo econômico que se instalou desde o fim da Guerra, as ideais neoliberais começaram a ganhar mais adeptos. Para um dos formuladores do pensamento neoliberal, Friedrich Hayek, a crise seria por conta do movimento operário, que teria inviabilizado a acumulação necessária para o crescimento do capitalismo, já que pressionavam por um lado os empregadores - por salários mais altos, diminuindo o lucro dos patrões, e por outro o Estado - por políticas sociais que aumentavam o gasto público: "Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado". (ANDERSON, 1995, p.2) A solução seria manter um Estado forte para impedir a ação dos sindicatos e ao mesmo tempo pequeno, pouco interventor na economia e com baixo gasto social. Dessa forma uma "desigualdade saudável" voltaria a dinamizar as relações econômicas.

O neoliberalismo dos Estados Unidos traz elementos que se relacionam diretamente com a emergência do campo da primeira infância. Nos Estados Unidos, diferentemente da Europa, o liberalismo foi fundamental na própria constituição do Estado, e por isso "O liberalismo nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e

¹⁷ O New Deal é o nome dado a uma série de programas para a recuperação da economia dos Estados Unidos após a Grande Depressão entre 1933 e 1937.

pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008, p.301). Não por acaso foi nos Estados Unidos que a teoria do Capital Humano foi formulada. Essa teoria coloca a análise econômica num lugar em que a economia clássica ainda não havia explorado: o trabalho. Teóricos neoliberais como Theodore Schultz, Gary Becker, entre outros, publicam a partir dos 1950, mas de formas mais organizada nos anos 1970, livros e artigos em que inserem o trabalho como campo da análise econômica. Para esses autores, a questão a ser analisada pela economia será muito mais os recursos que o trabalhador utiliza do que a questão do valor da venda da força de trabalho.

O olhar da teoria do Capital Humano desloca a análise econômica para o sujeito que trabalha. Não é sobre o que o trabalho produz. É sim o trabalho em si como conduta econômica. Consequentemente, o trabalhador passa a ser visto como um sujeito econômico. O trabalho é decomposto em capital e renda, e a aptidão para o trabalhar não se descola da pessoa do trabalhador: “Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa de si mesmo”. (FOUCAULT, 2008, p. 310).

O capital humano é formado por elementos inatos, como a herança genética de cada um, e elementos que agregam competência para o trabalho, para a empresa de si próprio ser mais competitiva, como a educação nessa roupagem neoliberal. Foucault então traz um exemplo em que discute justamente a infância na perspectiva do capital humano.

Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente seus pais ou sua mãe lhe consagraram tantas horas do que lhe consagraram muito menos horas. Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano. (FOUCAULT, 2008, p. 315)

Esse trecho nos parece muito relevante para a discussão que pretendemos fazer sobre primeira infância: a teoria do Capital Humano opera uma espécie de monetização

do afeto e do cuidado na primeira infância. Essa teoria articula elementos como o afeto e o vínculo como ativos, no sentido econômico, da empresa de si próprio. O sucesso ou o fracasso desse universo empresarial seriam determinados pelo sujeito empresa de si. Um programa como o Criança Feliz estaria agregando capital humano às crianças, para que no futuro elas possam ter alguma inserção na concorrência do mercado. O cuidado de uma mãe com seu filho constitui um investimento que gera o capital humano da criança, que gera renda: “Essa renda será o que? O salário da criança quando ela se tornar adulta” (FOUCAULT, 2008, pp. 334-335).

Nessa lógica, o sujeito, que é o centro da desigualdade social, e a falta de investimento no capital humano explicariam as desigualdades, inclusive a diferença entre países ricos e pobres. Essa perspectiva está bastante presente nos sumários da *The Lancet*, e de forma ainda mais aprofundada, pois a falta de investimento no capital humano geraria um menor desenvolvimento no cérebro da criança. A localização da desigualdade social no cérebro é de tal forma definitiva que seria extremamente determinante para o sucesso dos indivíduos. E são as famílias as responsáveis por prevenir esse “dano cerebral”.

Gerar capital humano é um dos argumentos para a intervenção nas crianças na primeira infância. É como se, para se respeitar as leis desse mercado, lugar de verdade com natureza própria que precisa ser respeitada, a intervenção recaísse sobre as pessoas, que apresentam em si um potencial de desenvolvimento praticamente sobre-humano que lhes permitirá operar com sucesso no mercado. E o tempo mais adequado para aproveitar esse potencial, que é contido no humano, é a primeira infância, de preferência os primeiros mil dias de vida, “janela crucial de oportunidades” de acesso a esse pote de ouro que permitirá gerar renda no futuro. Como? Por meio da intervenção no mercado, na natureza, nas pessoas, principalmente as pobres, na superação da natureza, em cérebros super estimulados e poderosos.

Dentro dessa racionalidade neoliberal, o investimento na primeira infância se torna o “ponto zero” para equalizar a concorrência: todos partindo de um mesmo ponto do desenvolvimento cerebral poderiam chegar aos mesmos resultados, para além das diferenças nas condições sociais. Com a remoção do impedimento neuronal para o exercício pleno da meritocracia, o sujeito pode assumir a responsabilidade pelo seu

sucesso. O investimento na primeira infância retira um obstáculo do corpo para o desempenho do sujeito neoliberal. Nessa lógica, a partir dessa correção de percurso nos primeiros mil dias de vida, o sujeito empresarial (DARDOT e LAVAL, 2016) pode seguir seu caminho de concorrência, está liberado para competir e vai depender só de seu próprio desempenho para superar as duras condições do mercado.

O evento de lançamento da The Lancet trouxe essas articulações entre os saberes e as práticas que conformam os discursos sobre a importância da primeira infância no Brasil: a produção científica da área médica influenciando e influenciada pelo olhar da eficiência econômica representado pelo Banco Mundial, com o aval das organizações multilaterais em associação com fundações privadas nacionais e internacionais que investem na área social, como a Fundação Bernard van Leer e a presença da sociedade civil, que não participa mas é convidada para assistir, como nós fomos representando a Rede Nacional Primeira Infância. Toda essa rede articulada na elaboração das políticas públicas num país como o Brasil, e nesse caso em especial, produzindo condições de apoio e reforço ao Programa Criança Feliz.

O Programa Criança Feliz parece ter emergido da nuvem de articulações político-econômicas e médico-científica que pude perceber durante minha atuação na RNPI. Nessa nuvem vejo nomes de instituições e de pessoas que se combinam, por vezes se aproximam, por vezes se distanciam, mas estão sempre de alguma forma compondo esse todo um pouco nebuloso que vai produzindo um discurso comum sobre a primeira infância no Brasil.

Percebemos que grande parte do discurso sobre a importância do investimento em primeira infância está embebido em elementos da subjetividade neoliberal a partir de uma perspectiva científica que vem se articulando desde o movimento higienista da intervenção precoce.

A idiota da primeira infância não quer julgar a importância do investimento na primeira infância, não quer dizer se os programas com foco no desenvolvimento infantil são bons ou ruins. A idiota quer fazer uma pausa, uma fissura na urgência dos argumentos que vêm sendo usados como embasamento para o governo desta etapa da vida.

É preciso ousar dizer que o murmúrio do idiota cósmico é indiferente ao argumento da urgência como a qualquer outro. Ele não o nega, apenas coloca em suspense os “e portanto...” dos quais nós, tão plenos de boa vontade, tão empreendedores, sempre prontos a falar por todos, somos os mestres (STENGERS, 2018, p.464).

3. Segmentações e a priorização da primeira infância

Então, eis os três movimentos de Foucault: ir de estrato em estrato por durações bem atribuídas, delimitadas; mergulhar eventualmente na fissura entre os estratos, à procura de uma câmara central, com tudo o que isso traz de desespero: nada há na sala central; sair dos estratos para atingir o elemento propriamente oceânico, não terrestre, o elemento não estratificado, estratégico (DELEUZE, 2020, p.26).

A divisão etária e a conformação da infância como modo de exercício do poder vem sendo produzida fundamentalmente a partir do século XVIII. Essas concepções estão diretamente ligadas aos saberes médicos articulados com uma preocupação com a constituição do trabalhador para a manutenção da engrenagem econômica. Essa mesma articulação segue atualizando as concepções de infância que produzem a emergência da primeira infância como categoria de investimento social e de mercado.

A máxima “primeira infância é prioridade” é usada por diversas organizações e campanhas do campo da primeira infância como uma afirmação dos direitos das crianças de até seis anos¹⁸. A afirmação é usada como uma referência ao artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que afirma que os direitos das crianças são absoluta prioridade. No entanto, o texto constitucional não menciona a primeira infância, que não tinha sido produzida, em 1988, como segmento. Os jovens foram incluídos em 2010 por meio de Emenda Constitucional decorrente do Estatuto da Juventude, compartilhando da mesma prioridade das crianças. O caput do artigo 227 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Há um esforço por parte dos atores do campo da primeira infância em separar a prioridade das crianças na primeira infância dos outros segmentos citados na Constituição: “Primeira Infância Primeiro” como diz o nome de um projeto de uma

¹⁸ São exemplos a campanha “Criança é Prioridade” organizada pela Rede Nacional Primeira Infância nas campanhas eleitorais desde 2017 disponível em <http://primeirainfancia.org.br/campanha-eleicoes-2020/> acesso em 19 set. 2021, a publicação do Instituto Alana “Primeira Infância é prioridade Absoluta” (disponível em: https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2017/11/cartilha_primeira-infancia.pdf. Acesso em 31 ago. 2021) entre outros.

grande fundação brasileira desse campo¹⁹. “Primeira infância é prioridade” se tornou uma campanha difusa de comunicação que leva a um entendimento um pouco diferente do próprio texto que é usado como fonte do enunciado, dando um destaque para a primeira infância que não existe no texto constitucional, de forma a atender uma demanda de segmentação do campo maior da criança e do adolescente.

Interessa colocar em análise essa relação de forças que tensiona o campo “infância e adolescência” para a fragmentação em segmentos menores que delimitam o campo da primeira infância. A “idiota da primeira infância” se inspira na obra de Deleuze sobre Foucault para mergulhar na fissura das segmentações, entre os estratos do campo da infância, em busca do elemento não estratificado, do diagrama que há entre os estratos (DELEUZE, 2020, p.33). A idiota quer colocar em análise o poder que atravessa o campo da infância a partir da relação de forças que reconfigura a produção discursiva que emergiu na Constituição de 1988 e quer instituir a segmentação das diferentes etapas da infância.

¹⁹ Projeto da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal com informações e ferramentas para os gestores municipais priorizarem a primeira infância nos municípios (disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>. Acesso em 19 de set. 2021).

Fotografia 4: Primeira Infância é Prioridade



Legenda: Projeção realizada pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância em agosto de 2021 por ocasião do mês nacional da primeira infância.

Fonte: FRENTE DA PRIMEIRA INFÂNCIA, 2021.

A priorização da primeira infância está inserida nas formas de funcionamento do biopoder, produzindo uma preocupação com a maximização da vida que incide sobre as famílias e sobre os corpos das crianças, especialmente o cérebro.

Foi fundamentalmente no século XIX, a partir da teoria da evolução das espécies, que o interesse sobre o desenvolvimento humano e sobre a infância foi associado à biologia (LIMA, 2020). Dentre alguns autores que se dedicaram ao tema nessa época figura o filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903), que sistematizou diversos argumentos que colocavam o desenvolvimento das crianças como um saber

científico, cujas mecânicas de funcionamento deveriam ser ensinadas aos pais para que esses, por sua vez, pudessem educar seus filhos da forma “correta”. A obra de Spencer teve como cerne a crença de que todos os fenômenos seriam governados por uma mesma lógica de evolução, e que, portanto, todo conhecimento científico derivaria de uma lei universal.

A educação teve um papel central na teoria de Spencer, que escreveu um livro totalmente dedicado ao assunto: “Education: Intellectual, Moral and Physical” (1861). De acordo com o autor, a educação seria a forma de potencializar a lei do desenvolvimento universal nos indivíduos e na sociedade. Se apoiando em conhecimentos pedagógicos anteriores, como os formulados por Johann Pestalozzi e por seu próprio pai, que fora seu professor de ciências, Spencer adotou uma justificativa psicológica para os objetivos e métodos da educação, contribuindo para que os conhecimentos educacionais da época constituíssem uma “ciência da educação” (TOMLINSON, 1996). Na sua argumentação, da mesma forma que a sociedade teria avançado seguindo os princípios da economia política, a educação deveria avançar seguindo os princípios das ciências biológicas sobre o desenvolvimento humano. Nessa concepção, os estímulos corretos desde o nascimento da criança, aliado a um ambiente amável, seriam essenciais para o desenvolvimento saudável do corpo, dos sentimentos morais e experiências intelectuais. Assim, o papel dos pais seria mais de facilitadores do desenvolvimento, centrando na criança a capacidade de se desenvolver. Os pais forneceriam o estímulo alinhado com as leis universais do desenvolvimento que estão potencialmente contidas na criança.

Na teoria formulada por Spencer, a criança detém o seu potencial de desenvolvimento que seria desenvolvido por meio da descoberta e da curiosidade. O filósofo “inverteu a perspectiva de determinação biológica tradicional, entendendo que o tamanho do cérebro seria função do desenvolvimento social. Para ele, a evolução social não seria função da evolução biológica, mas sua determinante” (GOUVÊA e GERKEN, 2010, p.67). De forma que esse processo não deveria ser suprimido por uma educação baseada na memorização e na apresentação de conceitos prontos por pais e professores (TOMLINSON, 1996). Em diversos trechos do livro já aqui citado, Spencer faz duras críticas aos pais por ignorarem a forma com que funcionaria o corpo e o

processo de aprendizagem das crianças e assim atrapalhariam o seu desenvolvimento: “A educação física, moral e intelectual da mocidade é espantosamente deficiente. A maior parte da culpa pertence aos pais pela sua ignorância dos conhecimentos por meio dos que a educação pode ser dirigida com verdade.” (SPENCER, 1861). Para alcançarem os bons resultados os pais deveriam aprender alguns princípios científicos: “Para a boa educação da mocidade são indispensáveis alguns conhecimentos dos primeiros princípios de fisiologia e das verdades elementares da psicologia.” (SPENCER, 1861)

A divulgação de trabalhos baseados na teoria evolucionista, como os de Spencer, influenciaram diversos campos do saber, inclusive o campo que se dedicava a compreender o desenvolvimento humano: a psicologia do desenvolvimento. A partir do conceito de evolução, a divisão da vida em etapas foi equiparada às etapas de evolução da humanidade, e essa aproximação com o conceito de evolução conferiu à psicologia do desenvolvimento um caráter de cientificidade, e de uma conseqüente maior legitimidade (LIMA, 2020).

Seguindo essa linha mais alinhada ao que era visto como pesquisa científica na época, ao final do século XIX proliferaram estudos sobre o desenvolvimento humano a partir da observação de crianças. Quando essas práticas de observação puderam ser realizadas em clínicas e escolas, e, portanto, com grupos grandes de crianças, a psicologia do desenvolvimento estabeleceu etapas de vida mais definidas e fechadas, construindo uma ideia de normalidade mais rígida para cada etapa:

Os psicólogos passaram a identificar padrões de comportamento para cada idade, alinhados em um eixo temporal dividido em etapas. Esse modo de sistematização das observações tornou possível a comparação entre as capacidades de qualquer indivíduo e a norma para a sua faixa etária. (LIMA, p.824, 2020).

As concepções de normalidade, portanto, não foram resultado de um acumulado da experiência social com as crianças, e sim elaborada por especialistas que desejavam construir e validar um saber científico sobre a infância (ROSE, 1999). Além disso, as definições de normalidade com frequência foram forjadas a partir da observação das crianças que não apresentavam o comportamento desejado, muitas vezes patologizadas e de alguma forma classificadas como anormais. Assim, as concepções de normalidade se estabeleceram não a partir da observação da

normalidade, e sim da ideia do que seria um desenvolvimento desejável a partir da observação da diferença: “Normalidade não é uma observação, mas uma aviação. Contém não somente um julgamento sobre o que é desejável, como uma prescrição de um objetivo a ser alcançado” (ROSE, 1999, p.133, tradução nossa).

3.1 Médicos brasileiros na produção da primeira infância

A definição da primeira infância como uma etapa crucial para o desenvolvimento humano se fez como uma continuidade dos mesmos mecanismos da produção da normalidade, principalmente no que diz respeito ao olhar do especialista e na observação da infância “problemática”.

Aqui traremos dois casos com especialistas que ajudaram a conformar o campo da primeira infância no Brasil, na medida em que trazem em si esses mecanismos de produção da normalidade: a trajetória político-científica do propositor do Programa Criança Feliz, Osmar Terra, e os achados do médico brasileiro César Victora, reconhecido internacionalmente por modificar a “curva normal” do desenvolvimento infantil.

Osmar Terra começou sua vida política no movimento estudantil, se filiou ao Partido Comunista do Brasil na juventude, foi exilado durante a ditadura militar, e depois filiou-se ao então PMDB (atual MDB) em 1986. Em 1993 foi prefeito de Santa Rosa, município do Rio Grande do Sul e depois se tornou deputado federal, cargo que já ocupou seis vezes entre idas e vindas, sendo a mais recente a legislatura 2019-2023. De 2003 a 2010 foi secretário de saúde do Rio Grande do Sul. Foi nomeado ministro do Desenvolvimento Social no governo de Michel Temer de 2016 a 2018. Também foi ministro da mesma pasta, cujo nome foi alterado para Ministério da Cidadania, no governo de Jair Bolsonaro, tendo ficado nesse cargo no primeiro ano do governo, de 2019 a 2020 (FARAH, 2021).

Do lado científico, Osmar Terra é médico e tem mestrado em neurociência pela PUC do Rio Grande do Sul, com a dissertação: “Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática”, defendida em 2009, época em que ocupava a secretaria de saúde do Rio Grande do Sul.

O grupo de pesquisa ao qual o Terra estava vinculado pretendia comparar imagens cerebrais de jovens em cumprimento de medida socioeducativa com imagens de jovens que não cumpriam medida socioeducativa. Em notícia intitulada “Estudo vai mapear cérebro de homicidas”, de novembro de 2007, publicada na Folha de São Paulo informa-se o teor da pesquisa, que seria iniciada no ano seguinte (2008):

Cientistas da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e da UFRGS (Universidade Federal do RS) querem saber se o que determina o comportamento de um menor infrator é sua história de vida e se há algo físico no cérebro levando-o à agressividade. "Algo que sempre foi negligenciado foi o entendimento da violência como aspecto de saúde pública", diz Jaderson da Costa, neurocientista da PUC-RS que coordenará os trabalhos de mapeamento cerebral. A idéia é entender quais pontos são mais relevantes dentro da realidade brasileira na hora de determinar como se produz uma mente criminoso. Para isso serão avaliados também aspectos genéticos, neurológicos, psicológicos e sociais de cada pesquisado. Serão examinados dois grupos: um de internos da Fase e outro de meninos sem passado de crime, para efeito de comparação. O projeto vai olhar para questões sociais, mas o foco é mesmo o fundo biológico da questão. "Estamos nos baseando em trabalhos que já existem mostrando que há um período crítico no início da vida e que se uma criança é maltratada entre o 8º e o 18º mês ela adquire comportamento alterado na idade adulta", diz um dos mentores do projeto, o secretário de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, aluno de mestrado de Costa. "Decidi no ano passado retomar a neurociência como uma opção de vida; minha opção não é fazer política até morrer", diz. (GARCIA, 2007).

A partir desta notícia, a pesquisa foi alvo de denúncias e reações por parte de psicólogos e outros profissionais da área social, que produziram uma nota de repúdio (RODRIGUES, 2008) e um movimento público que promoveu debates e interferiu na análise do Comitê de Ética da UFRGS sobre o projeto. A própria Folha de São Paulo noticiou a repercussão do caso com matéria intitulada: "Psicólogos tentam impedir pesquisa com homicidas" (GARCIA, 2008), mas também publicou, em janeiro de 2008 um editorial contrário à nota de repúdio, considerando-a enviesada e precipitada (RAZÃO, 2008).

O debate seguiu com outros artigos, como o publicado também na Folha de São Paulo, de autoria de Esther Arantes e Suyanna Barker, intitulado “Por que assinamos a nota de repúdio”, em fevereiro de 2008, e mais à frente com um artigo acadêmico de Rodrigues (2008), que apresenta uma compreensão sobre o ocorrido, com a qual nos identificamos: o caso é um exemplo das interdições que se colocam a qualquer contestação das verdades científicas que amparam o governo da vida.

Na conflitiva ligada à "pesquisa dos cérebros", a defesa pretendida não é tanto, pois, a dos direitos do "homem" – o que seria esse "curioso objeto... o homem" [...], fora do que dele fazem discursos (hoje predominantemente científicos) e práticas correlatas? –, mas a dos direitos dos governados – melhor dizendo, dos direitos de não sermos governados, se não em absoluto, ao menos de não o sermos por princípios, agentes e instâncias que nos pretendem conduzir, sem contestação possível, mediante o poder da verdade (científica, biológica... neurocientífica, cerebral?). (RODRIGUES, 2008).

A pesquisa com os adolescentes, que foram categorizados pela Folha de São Paulo como detentores de “cérebros homicidas” não foi adiante e parece que a solução para a dissertação de Terra foi fazer uma revisão sistemática de estudos já realizados fora do Brasil sobre o assunto.

Na introdução da dissertação, Terra discorre:

Quem teve a oportunidade de conhecer mais de perto os meninos em privação de liberdade da FASE (Fundação de Atendimento Sócio-educativo) no Rio Grande do Sul, pode ter tido sua atenção despertada pelos visíveis problemas psiquiátricos e neurológicos, que importante parcela deles apresenta, muitas vezes sem diagnóstico ou tratamento adequado. São, com grande probabilidade, portadores de transtornos que certamente antecedem, em muito tempo, as ações agressivas que cometeram. Tais comportamentos alterados precocemente poderiam ter servido de alerta para o risco e prevenida a ação violenta, mas não o foram. Tal constatação pode levar ao entendimento de que o senso comum existente, sobre a violência e o comportamento agressivo serem frutos única e exclusivamente da miséria e das desigualdades sociais, fornece apenas uma parte da explicação. Informações que se acumulam, com enorme rapidez, mostram empiricamente que outros fatores, não só os sociais contribuem e muito, para a transgressão violenta. O mau funcionamento do cérebro e da mente, provocado por determinadas patologias com origem em danos específicos, traumas físicos e emocionais, e mesmo em alterações genéticas, são mais freqüentes do que pensávamos e podem predispor uma parcela da população às alterações comportamentais maiores. Isso leva à manifestação de condutas anti-sociais com mais freqüência, abrindo caminho para a violência física extrema. (TERRA, 2009, p.1)

Mesmo com a pesquisa com os cérebros não autorizada, pelo trecho acima citado e pela fala de Terra na primeira notícia da Folha de São Paulo, em que dizia "Estamos nos baseando em trabalhos que já existem mostrando que há um período crítico no início da vida e que se uma criança é maltratada entre o 8º e o 18º mês ela adquire comportamento alterado na idade adulta" (GARCIA, 2007), fica clara a visão de Terra sobre a correlação entre primeira infância e prevenção: se a criança for maltratada na primeira infância será produzido um dano no cérebro, e é esse dano, e não as desigualdades sociais, que levam as crianças e adolescentes a cometerem atos violentos. Portanto, para que o “problema” dos adolescentes em conflito com a lei seja

resolvido, é preciso que se previna o suposto dano cerebral. Ao localizar a violência no cérebro e relacioná-la a um dano, Osmar Terra reforça o discurso de que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são pessoas “danificadas”, se aproximando de uma abordagem eugênica. Como evitar esse dano? Investindo na primeira infância, como por exemplo, segundo o próprio Terra, com os programas de visita domiciliar como o Primeira Infância Melhor do Rio Grande do Sul e o Criança Feliz, ambos elencados no rol das realizações políticas do médico. A pobreza e a questão racial no sistema prisional não são questões que merecem a atenção de Terra, a não ser pela produção do dano cerebral na primeira infância. Desviando do dano, o problema estaria resolvido.

A pesquisa de Terra parte da observação de adolescentes que apresentaram um comportamento indesejado para a produção de uma normalidade cerebral. Rose (2013) afirma que essa argumentação dos efeitos dos primeiros anos de vida nas condutas problemáticas (que é a base da pesquisa que seria feita pelo grupo de Terra), não difere muito dos argumentos formulados desde o século XIX, passando pelo movimento higienista dos anos 1930 e dos programas de primeira infância como o programa norte-americano “Head Start”²⁰ criado em 1965, hoje apoiado principalmente nos estudos sobre o cérebro.

Em 2017, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus Tratos, no Senado Federal, Osmar Terra, então Ministro de Estado, foi convidado para participar de uma audiência pública para falar sobre os maus tratos na infância e sobre o Programa Criança Feliz. Na sua apresentação Terra discorreu sobre como o PCF atua na prevenção do dano cerebral, por um lado ensinando às famílias a estimular os cérebros das crianças de forma que produza as ligações desejadas, e por outro lado, a prevenção se dá com uma vigilância para que as crianças não sofram maus tratos, como afirma matéria publicada pela assessoria de comunicação do então Ministério do Desenvolvimento Social:

Os maus-tratos são um fator desagregador e devastador. Podem produzir uma quantidade muito maior de pessoas com traumas e até pessoas violentas. O

²⁰ Programa iniciado em 1965 nos Estados Unidos, de acordo com as informações no site “começou como um projeto de demonstração de oito semanas desenhado para ajudar a quebrar o ciclo da pobreza” (tradução nossa). O programa foi ampliado e modificado e existe até hoje, e afirma já ter atendido mais de 36 milhões de crianças. <https://www.acf.hhs.gov/ohs/about/history-head-start>

Criança Feliz ajuda a prevenir isso (...) O programa vai colocar na casa das pessoas toda semana um visitador para orientar a família. Ele vai passar informações e dar o apoio necessário para aquela família superar episódios de violência doméstica que podem causar danos definitivos na criança. (CRIANÇA, 2017).

Da mesma forma, o então Ministro fez a seguinte declaração sobre os visitadores durante um evento para a adesão de Sergipe ao PCF:

Eles vão avaliar o ambiente familiar e identificar fatores capazes de comprometer o desenvolvimento integral da criança, vão orientar sobre cuidados essenciais nos primeiros anos de vida e vão estabelecer vínculos entre as famílias e promover serviços de diferentes áreas, a exemplo da saúde e assistência social. Os visitadores serão como anjos da guarda. (JACKSON, 2017).

No discurso a possibilidade de sofrer um dano cerebral parece ser a linha que separa a primeira infância das outras etapas da infância. De acordo com essa ideia, até os seis anos de idade, as crianças precisam ser protegidas, com visitadores-anjos-da-guarda, para não sofrerem um trauma que danifique seus cérebros de forma definitiva, o que comprometeria o desenvolvimento das crianças e produziria “até pessoas violentas”. Seguindo a mesma concepção das primeiras políticas de visita domiciliar ligadas ao movimento higienista do século XIX, há uma desconfiança das famílias sobre as quais incide um saber médico normalizador (VIEIRA, 2013). A primeira infância é colocada por um lado, como uma fase de um potencial quase mágico de desenvolvimento cerebral, e por outro lado como uma fase extremamente vulnerável, e por isso segmentada das outras infâncias, para que possa ser muito bem protegida e corretamente estimulada.

Em outro contexto, em audiência pública da Comissão Parlamento de Inquérito destinada a combater os maus tratos a crianças e adolescentes em 2017 (CPI dos Maus Tratos), Terra falou sobre como os primeiros mil dias são importantes para que as crianças superem a pobreza, e que o dano, quanto mais cedo acontecer, mais tempo irá durar na vida daquela criança (6ª REUNIÃO DA CPIMT, 2017). Na minha experiência na RNPI eu ouvia falar nesses “mil dias”, que seria o período da gestação e dos dois primeiros anos de vida, assim como na “primeiríssima infância”, que seria a etapa dos três primeiros anos de vida, mas não eram nomenclaturas que apareciam com frequência. Tenho a impressão de que a RNPI tenha feito uma opção política por fortalecer o nome “primeira infância”, e não se deixou permear por essas outras

subdivisões da infância. Além disso, a definição de primeira infância no Brasil exclui a gestação (aqui considera-se primeira infância a fase que vai de zero a seis anos de vida, isto é, a partir do nascimento) justamente para escapar das polêmicas em torno do aborto. A questão do aborto era um grande dissenso na RNPI: algumas organizações religiosas mencionavam a questão, o que era imediatamente arrefecido pelo reforço do intervalo etário de zero a seis anos. Além das organizações religiosas, vez ou outra alguma organização que tinha como campo de atuação o período da gestação tentava pautar esse debate na RNPI, o que era igualmente refutado pelas outras organizações. Havia uma consciência coletiva de que entrar no debate da gestação representava um grande risco de desagregação da Rede.

A referência dos mil dias está bastante relacionada com um outro médico que ajudou a construir, junto com Osmar Terra, essa cena de valorização da primeira infância brasileira: Cesar Victora, epidemiologista atuante na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), cidade também do estado do Rio Grande do Sul. Victora e Terra apresentam algumas proximidades, pois ambos são médicos, são do Rio Grande do Sul e atuantes na primeira infância, mas enquanto Terra seguiu carreira na política, Victora é um renomado pesquisador. Em diversas ocasiões Terra convidou Victora para referendar, com os argumentos e a legitimidade da ciência, as discussões políticas sobre primeira infância. Inclusive, a equipe de Victora foi responsável por desenvolver a metodologia de avaliação do Programa Criança Feliz (SEMINÁRIO, 2020).

De acordo com a página do PCF na internet, numa seção de “saiba mais” sobre a primeira infância, é da autoria de Victora:

- Primeiro estudo a detectar a relação direta entre amamentação exclusiva e prevenção da mortalidade infantil;
- Estudo que deu origem às curvas de crescimento infantil para crianças de 0 a 5 anos utilizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotadas em mais de 140 países;
- Primeiro estudo a fornecer evidências da associação entre amamentação prolongada na infância e níveis de QI, escolaridade e renda aos 30 anos. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA s.d.a.)

O epidemiologista conduziu uma grande pesquisa acompanhando todas as crianças de Pelotas nascidas num determinado ano, por 30 anos, e os achados dessa pesquisa serviram de base para mudanças nos parâmetros internacionais de saúde para as crianças. Ao associar o aleitamento exclusivo à redução da mortalidade infantil,

não só foi ampliado o tempo indicado para o aleitamento exclusivo, como verificou-se que os bebês que recebiam aleitamento exclusivo tinham um tamanho menor do que a curva até então utilizada como parâmetro internacional de crescimento. Em 2006 a Organização Mundial de Saúde alterou a curva de crescimento com base nessa e em outras pesquisas semelhantes. Por esse feito, Victora é um pesquisador muito premiado, reconhecido internacionalmente, e uma grande referência para o campo da primeira infância brasileira.

Quando o Marco Legal da Primeira Infância estava tramitando na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, na época com o Projeto de Lei 6998-13, Osmar Terra, relator do PL, presidiu uma audiência pública em maio de 2014 sobre primeira infância. Cesar Victora foi um dos palestrantes convidados. Nessa audiência pública Victora apresentou suas pesquisas, com muitos dados para convencer os parlamentares sobre a importância da primeira infância para o desenvolvimento humano. A fala do epidemiologista na audiência pública é bastante esclarecedora sobre os impactos que sua pesquisa teve na área da saúde da criança e sobre a influência do saber médico sobre o Marco Legal da Primeira Infância:

Então, eu vou falar sobre algumas pesquisas que a gente tem feito aqui e vou também tentar mudar um pouquinho a percepção que talvez vocês, nossos colegas da Câmara, tenham sobre a importância das diferentes fases da infância. Essas são pesquisas que nós realizamos aqui nos últimos anos e que, de alguma maneira, têm influenciado as políticas no mundo. Eu vou falar sobre aleitamento, sobre as curvas que o Osmar mencionou rapidamente, sobre os mil primeiros dias - uma questão muito importante - e sobre os objetivos do milênio e o que nos espera no futuro.

O próximo eslaide vai mostrar a questão do aleitamento materno. Então, eu vou falar muito rapidamente como era a situação até, mais ou menos, os anos 80 e o que eu fazia com os meus filhos e com os meus pacientes naquela época. A gente recomendava que, logo a partir dos 2 ou 3 meses de idade, a criança começasse a receber chás, água, suquinhos, além do leite materno. Era essa a recomendação naquela época.

(...)

O próximo eslaide mostra o que foi mais surpreendente naquela época: cada mamadeira que a criança recebia de água ou chá, que nós considerávamos algo inócuo, que não fazia mal nenhum dar um chazinho para a criança, aumentava em 1,7 vez o risco de morte por diarreia, ou seja, aumentava em 70% o risco de ela morrer. Por quê? Porque, muitas vezes, a mamadeira estava contaminada, não era bem esterilizada, e foi a primeira vez que isso foi descoberto. Esse foi o primeiro artigo no mundo que relatou esse efeito.

(...)

Então, nós passamos a definir a amamentação como o normal do ser humano e passamos a julgar o crescimento de outras crianças com base no crescimento das crianças amamentadas. É o contrário do anterior, porque, até então, o

normal era aquela criança norte-americana obesa, que recebia mamadeira. Nós redefinimos o normal. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Nesse trecho Victora apresenta as pesquisas que relacionaram o aleitamento exclusivo do bebê com a redução da mortalidade infantil, e a partir dessa constatação uma mudança no que era até então o “normal”. A curva de crescimento recomendada pela OMS foi adequada ao crescimento dos bebês que recebiam aleitamento materno de forma exclusiva. O normal foi atualizado com os achados da sua pesquisa: aleitamento materno exclusivo e bebês com um peso menor do que o peso dos bebês do normal vigente até então.

A pesquisa de Victora atuou sobre o que Rose chamou de “matematização da diferença” (1999, p.141), algo que emergiu a partir dos testes de inteligência desenvolvidos pelo psicólogo francês Alfred Binet e outros pesquisadores do século XIX. O teste previu uma variação de inteligência a partir da pesquisa com grande número de crianças em escolas. Com o estabelecimento dessa média de variação para cada idade, conseguiu tornar visível a diferença possível pela comparação entre pessoas, numa curva normal, localizando nesse desenho, de forma individualizada, a medida de cada criança testada. Com iniciativas como essa, a psicometria traduziu as capacidades mentais em números, estatísticas, gráficos e curvas, dando uma visibilidade concreta ao que antes era impalpável. Esse processo abriu caminho para o desejo de que as capacidades mentais se tornassem governáveis.

Tag (2012) afirma que o desenvolvimento de indicadores internacionais, como os desenvolvido por Victora, se baseiam na ideia de que todas as infâncias são comparáveis e estabelecem medidas globais de uma infância universal: “a criança é posicionada como uma criança universal que, independentemente dos contextos sociais específicos, tem necessidades e direitos que podem ser alcançados com o mesmo tipo de intervenções, programas e políticas no mundo todo” (TAG, 2012, p.48). Como efeito desses indicadores que universalizam as concepções de infância, o papel do Estado frente à infância também é universalizado e internacionalmente verificável, já que os indicadores são os mesmos em todos os países. O monitoramento dos Estados pelas organizações internacionais se torna mais possível e adquire mais legitimidade, porque passa a ser baseado em dados científicos e em números. “Nesse sentido, a quantificação é talvez um dos mecanismos de universalização mais fortes, que

posiciona metas internacionais como universalmente apropriadas e significativas” (TAG, 2012, p. 49).

O governo das capacidades mentais foi ampliado pelas neurociências, com trabalhos como a dissertação de Osmar Terra, que fez uma revisão sistemática das pesquisas de neuroimagem com indivíduos considerados violentos. Embora a pesquisa tenha concluído que a violência é um fator de “anormalidades cerebrais” não conseguiu relacionar as anormalidades com o abuso na infância, que seria um dos objetivos iniciais da pesquisa de Terra. O pesquisador não concluiu que não há relação entre abuso na infância e alterações cerebrais que levam ao comportamento violento, e sim que há a necessidade de mais estudos relacionando as duas questões (2009).

“Para agir, é preciso ao menos localizar”: é a primeira frase do clássico de Canguilhem “O Normal e o Patológico” (2002) publicado a primeira vez em 1954, trazendo a ideia de que visualizar a doença é o primeiro passo para se agir sobre ela. Erica Burman (2017) faz um paralelo entre os modelos de criança e as tendências científico-tecnológicas do século XIX para cá. Da influência do evolucionismo que comparava as crianças aos animais, passou-se para o behaviorismo, por volta do período entre as décadas de 1920 e 1960. Nessa concepção, o ambiente e a experiência teriam muito mais peso no desenvolvimento do que características da própria criança, que por si só seria incompetente. Na década de 1970 essa concepção foi alterada graças às novas tecnologias que permitiram visualizar as capacidades dos recém-nascidos e também pela substituição do behaviorismo pelo cognitivismo. A descoberta do ultrassom e a visualização dos embriões ampliou essa noção da criança competente para as crianças que ainda não tinham nascido.

Nos anos 1980 as pesquisas se diversificaram e a maior parte das produções em psicologia do desenvolvimento passaram a afirmar que as capacidades das crianças são desenvolvidas em algum lugar no espaço entre a criança e o ambiente, no qual está o adulto cuidador. Com as neurociências e as imagens cerebrais a tendência nas pesquisas sobre crianças tem sido um retorno ao cognitivismo, isto é, à concepção de que a criança tem tudo o que é preciso para se desenvolver antes mesmo de se tornar uma criança: “Os últimos 30 anos têm testemunhado uma aceleração e intensificação da pesquisa com foco no período pré-natal e na primeiríssima infância, acarretadas

pelo desenvolvimento tecnológico que produziu as imagens cerebrais e análises neuro químicas” (BURMAN, 2017, p. 36, tradução nossa).

Na dissertação de Osmar Terra há uma coletânea de estudos de imagem do cérebro de adolescentes com comportamento violento, que seriam cérebros alterados, anormais, doentes. É uma visão que reduz a violência a uma questão biológica, como uma doença. Nesse caso, não há remédio possível, o dano é permanente para quem já tem o cérebro alterado. A única alternativa, de acordo com seus pressupostos, é a prevenção da população que ainda não teve seu cérebro comprometido: as crianças na primeira infância.

No bloco seguinte da audiência pública, Victora fala sobre a importância dos primeiros mil dias (que inclui o período da gestação e os dois primeiros anos), para o desenvolvimento infantil. Nessa fala ele defende a segmentação da própria primeira infância:

Eu gostaria de passar para a terceira, que é a questão dos mil dias, e depois falar um pouco mais sobre os objetivos do milênio. A questão dos mil dias é um conceito muito interessante. Eu acho, Deputado Osmar e colegas da Câmara, que isso tem muita relevância para a legislação brasileira. O que acontecia? Todas as crianças menores de 5 anos eram consideradas uma unidade única, um grupo homogêneo. Nós começamos a realizar uma série de pesquisas e ver que não é bem assim: os primeiros 2 anos são muito mais críticos do que o terceiro ano, o quarto ano e o quinto ano. São todos importantes, mas o começo da vida é mais crítico ainda. (...) Daí, saiu esse conceito dos mil dias, porque se vocês somarem os 270 dias da gestação, que é um período crítico, com os 365 dias do primeiro ano e os 365 do segundo ano de vida, dá exatamente mil dias. Então, criou-se esse conceito dos mil dias críticos para o desenvolvimento da criança. (Câmara dos Deputados, 2014).

Os argumentos do saber médico para a segmentação do campo da infância eram diferentes das justificativas que circulavam na RNPI, em que vez ou outra éramos questionados do porquê dessa divisão, se isso não enfraqueceria o ECA e a pauta da infância e adolescência de uma forma geral. A resposta que costumávamos dar para esses questionamentos era que as crianças pequenas ficavam invisibilizadas nos movimentos sociais em que os adolescentes estavam presentes, pois as pautas dos adolescentes eram sérias, com problemas tão graves, que impossibilitavam o debate e a articulação sobre a primeira infância. A pauta dos adolescentes era vista como mais séria pois a intervenção direta e intensa do Estado já estava consolidada, enquanto que

para as crianças na primeira infância o debate era recente, afinal a institucionalização da primeira infância como um segmento universal é mais fortemente notada a partir dos anos 2010 (TAG, 2012), sendo a RNPI um importante ator dessa institucionalização no Brasil.

Por um argumento ou por outro, a segmentação da vida em faixas etárias pode ser compreendida como um refinamento das formas de controle biopolítico, de uma segmentariedade mais flexível, mais molecular (DELEUZE e GUATTARI, 1996). A unidade de medida vai se tornando cada vez mais específica, mensurando e capturando com mais precisão cada etapa da vida, neste caso a infância, a primeira infância, a primeiríssima infância, os primeiros mil dias. A divisão da infância em primeira infância é menos uma ruptura com um sistema maior que invisibilizaria as crianças de 0 a 6 anos, e é mais uma forma refinada de ressoar as mecânicas de funcionamento do neoliberalismo que produz uma certa forma de ser criança, associando todas as etapas da vida à rentabilidade possível do capital. Seguindo o discurso de Victora, chegamos num dos argumentos centrais para a priorização da primeira infância: os efeitos dessa etapa da vida no capital humano:

Agora eu queria mostrar rapidamente a vocês, ainda dentro desse tema dos mil dias, os resultados de um consórcio que nós fizemos. Nós pegamos as cinco maiores coortes do mundo fora dos países ricos: uma no Brasil, uma na Guatemala, uma na África do Sul, uma em Nova Deli, na Índia, e outra nas Filipinas, em Cebu, e fizemos a seguinte pergunta: Como é que o ganho de peso dessa criança influencia sua saúde na vida adulta? Porque nós estamos preocupados também; nós não queremos que uma criança se torne um adulto obeso, nós queremos que ela cresça bem, mas ela não pode crescer demais, vamos dizer assim. E mais: Quais os riscos associados ao ganho de peso. E nós estudamos, então, não só doenças, nós estudamos muito o capital humano. O **capital humano** é a criança atingir a sua altura para o qual ela tem o potencial genético, é ela atingir o seu nível de inteligência, é ela avançar na escola, é ela ser economicamente produtiva como adulto, e ela ter filhos saudáveis também. Que seus filhos nasçam em boas condições. Esse é o conceito que nós chamamos de capital humano. E o que ficou muito claro, nós fizemos uma série de artigos científicos sobre isso, mostrando que os primeiros mil dias, até os 2 anos de idade, é um período fundamental. Simplificando muito esses resultados da pesquisa, a linha azul, aqui nesse gráfico, mostra o capital humano e a própria sobrevivência da criança. O índice de morte de crianças que não crescem, de crianças subnutridas, é maior.

Nós vimos que crescer, veja em baixo nesses eslaide - falamos do nascimento, primeiro ano, segundo ano, e assim por diante -, **crescer bem, ganhar peso, até os 2 anos de vida, aumenta o capital humano. Além de estar desenvolvendo o cérebro dessa criança. Oitenta por cento do cérebro se desenvolve até os 2 anos de idade** (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014, grifos nossos).

O capital humano também é colocado nas métricas do desenvolvimento infantil, e a importância dos mil dias não é só para que as crianças não morram e se tornem adultos saudáveis, é também para que se tornem adultos economicamente produtivos, para que desenvolvam esse capital que vem dos corpos das crianças, mas só dos corpos que se desenvolvem de acordo com a norma que ele redefiniu.

Finalmente Victora encerra a sua fala dando conselhos aos parlamentares, isto é, usando do seu lugar de especialista das ciências biomédicas para incidir sobre a política, deixando claro que leis precisam ser aprovadas para que as normas legais se alinhem às normas dos seus achados científicos:

E foi baseado nesse tipo de evidência que se lançou a campanha mundial dos mil dias. A porta-voz dessa campanha nos Estados Unidos é uma política, Hilary Clinton, a pessoa que sempre aparece lançando essa ideia da importância dos mil primeiros dias. É uma janela de oportunidade. É essencial influir nesses mil dias. (...) Se eu tenho um conselho para dar aos nossos colegas Deputados é que a legislação reconheça a importância crucial desses primeiros 2 anos. É claro que nós temos que olhar todas as crianças, que nós temos que cuidar de todas as crianças até os 5 ou 6 anos, conforme está previsto no mapa, mas os 2 primeiros anos são muito mais importantes em termos de intervenções, de acompanhamento periódico dessas crianças, a exemplo do que está sendo feito aqui no Rio Grande do Sul. O Deputado Osmar Terra lançou o programa Primeira Infância Melhor, mas eu gostaria de me concentrar mais ainda nos 2 primeiros anos, porque essa realmente é a fase crítica (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Embora o epidemiologista defenda a importância dos primeiros mil dias com afinco, não parecia ser unânime entre os pesquisadores do desenvolvimento infantil os argumentos que produziam as segmentações da primeira infância. Em 1999, John Bruer, professor de filosofia na Universidade de Washington e então presidente da Fundação James S. McDonnell, que financiava pesquisas em neurociência e psicologia e educação, publicou o livro “O mito dos três primeiros anos”. De acordo com o próprio Bruer (2011), após ser amplamente divulgado em meados dos anos 1990, nos Estados Unidos, que novos achados da neurociência iriam revolucionar o cuidado das crianças, Bruer, que recebia muitos pedidos de financiamento de pesquisas da área, estranhou, pois não teve conhecimento desses novos achados. Ao ler os artigos e livros sobre o assunto, a maior parte de divulgação científica, percebeu se tratar de resultados de pesquisas antigas que foram cuidadosamente selecionadas, simplificadas e generalizadas para servir como apoio para a aprovação de uma lei para criar o *Early Head Start*, programa pré-escolar para crianças em situação de vulnerabilidade de 0 a 3

anos de idade. O programa *Head Start* original, em que as crianças ingressavam a partir dos 3 anos, não tinha sido bem avaliado e segundo os defensores da primeira infância isso teria acontecido porque o programa não começava cedo o suficiente, e aos três já não era mais possível alterar o desenvolvimento cerebral (BRUER, 2011).

O autor alega que a importância dos três primeiros anos ganhou credibilidade a partir de declarações que alguns cientistas fizeram na mídia, mas de fato não haviam novos resultados a serem compartilhados com o público amplo. Por isso chamou esse movimento de mito. Esse caso é relevante pois nos lembra que há debate nos meios de produção de ciência, há dissenso, inclusive na neurociência. E muitas vezes o que é divulgado nos meios de comunicação, ou usado nas argumentações das políticas e programas de primeira infância, é uma determinada corrente ou pesquisa, comunicada como se fosse um consenso geral dos cientistas. A vontade de verdade (FOUCAULT, 1999) que atravessa os discursos sobre a importância da primeira infância apaga o debate científico, que é justamente um dos pilares sobre o qual a produção científica se sustenta.

A segmentação desse campo, outrora denominado “infância e adolescência”, em partes menores, vem repleto de “boas intenções”, como uma forma de promover os direitos das crianças pequenas que ficavam invisibilizadas no campo maior. O discurso da prevenção e do capital humano estão sempre presentes. De acordo com a dissertação de Osmar Terra, é preciso segmentar a infância para prevenir que as crianças se tornem adolescentes perigosos. Na fala de Victora, é preciso ajustar as estratégias de intervenção para essa faixa etária para prevenir que as crianças se tornem adultos improdutivos: os primeiros mil dias são uma janela de oportunidades para que a criança possa desenvolver todo o seu potencial de capital humano. A força do discurso das segmentações vai produzindo uma ideia de que as crianças na primeira infância são prioridade, quanto mais novas mais importantes, e as outras etapas desprezáveis, como parte da engrenagem biopolítica que salva alguns e mata outros.

Com a segmentação da infância, a primeira infância e o restante da infância, bem como a faixa etária excedente a ela, na qual estão os adolescentes da dissertação de Osmar Terra, passam a se comportar como duas forças sobre as quais age um poder que as coloca em movimento: a valorização da primeira infância afeta as outras

fases da infância e aos adolescentes. Nessa correlação de forças a segmentação da infância forma um diagrama, como proposto por Deleuze (DELEUZE, 2020), para a maximização da vida: prevenção dos traumas, cérebros estimulados com afeto, vínculo e livre brincar para as crianças pequenas. E para as crianças fora da primeira infância a constatação de que não há o que fazer, já não podem mais ser “salvas”. O discurso sobre a prioridade das crianças pequenas e da importância do desenvolvimento na primeira infância carrega um determinismo biológico: de um lado da equação é preciso estimular as crianças na primeira infância, pois é nos primeiros anos de vida que as principais estruturas neuronais são formadas, do outro, os adolescentes que apresentarem “falhas no desenvolvimento”, como a violência, estão danificados provavelmente pela falta de cuidados certos na primeira infância, não servem mais ao sistema, por isso são elimináveis.

A segmentação que cria a concepção de primeira infância, aqui colocada em análise a partir do discurso de dois médicos, atualiza os padrões da normalidade psicométricos para uma normalidade cerebral que somente pode ser alcançada com um determinado manejo da primeira infância, ou ainda, como defende César Victora, dos dois primeiros anos de vida. Seguindo essa lógica, organizações sociais fazem campanha de incidência política para a priorização da primeira infância, produzindo como efeito uma hierarquização das etapas da infância criadas a partir da segmentação. A última etapa da infância, a adolescência, também fica por último na escala da normalidade, se localiza quase na fronteira da anormalidade, pronta para ser patologizada e criminalizada.

3.2 Um médico-político na berlinda

Durante a pandemia da COVID-19 iniciada em março de 2020, Terra, que já havia saído do Ministério, foi assunto de diversas notícias ao defender abertamente a estratégia “imunidade de rebanho” antes da vacinação, como a melhor solução para o fim da pandemia, sendo totalmente crítico à estratégia de isolamento social conhecida como *lockdown*. A estratégia imunidade de rebanho propõe que cerca de 80% da população seja exposta ao vírus para que a contaminação em massa acabe. Nessa exposição muitas vidas são perdidas. Em entrevista à revista Veja, após se recuperar

da contaminação por Covid-19 que o levou a uma internação hospitalar por 12 dias, com 80% do pulmão comprometido, o deputado declarou:

Penso exatamente como eu pensava. Não mudou nada. Eu tenho experiência. Toda epidemia tem risco de vida, morrem pessoas. Eu passei por cinco pandemias, quatro delas muito piores do que essa. Nunca subestimei a doença. O que sempre critiquei foi o “lockdown”. Defendi, e defendo, que trancar as pessoas em casa não adianta nada, como não adiantou agora. (MASCARENHAS, 2020).

Terra participou de reuniões com o presidente Bolsonaro e houve especulação de que ele seria uma espécie de mentor da forma como o governo lidou com a vacinação: criando obstáculos e atrasando a vacinação em massa da população (FARAH, 2021). Não temos nenhuma pretensão de fazer uma análise das estratégias de enfrentamento à pandemia, e entendemos que há muitas vicissitudes em qualquer trajetória na política partidária, mas não deixa de nos parecer de alguma forma surpreendente que o propositor do Programa Criança Feliz, criador da Frente Parlamentar da Primeira Infância, relator do Marco Legal da Primeira Infância, tenha se tornado aliado do presidente Bolsonaro na estratégia que colocou o Brasil como um dos países com maior número de mortos pela Covid-19, o que inclusive rendeu ao presidente uma compreensão de genocida, em contraste com lugares em que houve redução de contágio com uma política de *lockdown*. A mesma trajetória política que quer se associar à defesa da primeira infância não tem pudor algum em se colocar alinhado a uma estratégia causadora de mortes. Como se dá essa relação biopolítica entre o fazer viver, por meio da valorização da primeira infância, e o deixar morrer, nesse caso por Covid-19?

Será que o posicionamento de Osmar Terra seria o mesmo se as crianças tivessem sido o alvo principal do Coronavírus, ao invés dos idosos? Na época da deflagração do Zika Vírus, que teve consequência direta nas crianças na primeira infância, ocasionando diversos casos de microcefalia, a postura de Terra frente às ações do governo para enfrentamento desse vírus foi radicalmente diferente. Em pronunciamento durante Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados em 2016, o deputado, como coordenador da Comissão Externa para Acompanhamento das Ações Sobre o Zika Vírus, afirmou:

Eu considero este o mais grave problema de saúde pública do País nos últimos 50 anos, grave pelo dano que a epidemia causa e pela dificuldade de controle

da epidemia, uma vez que o mosquito transmissor está há décadas no Brasil, completamente fora de controle. Apesar das epidemias gigantescas de dengue —dengue tipo 1, 2, 3, 4 —, agora vem a chikungunya e se junta a este ônibus que transmite vírus, o mosquito *Aedes aegypti*, este vírus destruidor, o zika.

(...)

Na verdade, o vírus foi descoberto no mês de abril, portanto está fazendo 1 ano que a epidemia foi descoberta, mas até hoje não há um kit de diagnóstico e não se sabe a quantidade de pessoas que foram contaminadas pelo vírus. Só se viu a gravidade do problema quando começaram a nascer centenas, milhares de crianças com dano cerebral severo, a microcefalia.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016a).

Ainda que pesem as diferentes posições que Terra ocupava nesses dois momentos políticos – em 2016 cobrava ações do governo Federal e em 2020, tinha sido Ministro do governo Bolsonaro e estava politicamente alinhado com o governo - parece que enquanto um vírus que afeta o cérebro das crianças é da ordem do inadmissível, um vírus que tira a vida dos mais velhos é aceitável da forma como ele é. Também é notório que a estratégia do isolamento social, à qual Osmar Terra se opôs, agravou o cenário econômico. A resposta dada à pandemia por COVID-19, tendo em vista a recuperação da economia, seria, para o parlamentar, deixar o vírus correr pela população até infectar os 80% e deixar a natureza agir para a construção da imunidade de rebanho. O Zika Vírus antecipa para a primeira infância o dano cerebral, que Terra localiza nos adolescentes “violentos” e acaba com o capital humano contido nos corpos infantis. Não queremos diminuir a gravidade da microcefalia, mas a idiota da primeira infância precisa fazer uma pausa e perguntar: enquanto Zika Vírus é disparador do *"horror moral frente al sufrimiento infantil"* (LLOBET, 2019, p.29) os infectados por coronavírus, assim como os adolescentes detentores de “cérebros homicidas” ficam como?

3.3 A prescrição dos especialistas: o governo das famílias

Nas falas analisadas de Osmar Terra e César Victora há uma defesa dos programas de visita domiciliar como uma forma de potencializar o desenvolvimento infantil e prevenir danos futuros. Esses programas, como o Primeira Infância Melhor do Rio Grande do Sul, ou o Criança Feliz, se baseiam na mesma ideia que Spencer formulou no século XIX: de que os pais precisam ser ensinados sobre os princípios

“científicos” do desenvolvimento infantil para melhor educar as crianças principalmente na idade pré-escolar.

Mas seja como for, os fatos indiscutíveis são estes: o desenvolvimento das ciências, material e espiritualmente, opera-se segundo certas leis; se os pais não se conformam de algum modo com essas leis a morte é inevitável; se eles não se conformam absolutamente com elas devem resultar sérios defeitos físicos e mentais; e só quando eles se conformarem completamente com essas leis é que se pode esperar uma vida perfeita. (SPENCER, 1861)

A intervenção nas famílias se conformou com duas grandes vantagens para o governo das crianças: garantiria que por um lado os pais educassem seus filhos como os especialistas postulam, e por outro instalam dentro dos lares uma vigilância policialesca para coibir abusos da família para com as crianças. Como disse Osmar Terra, os visitantes do Criança Feliz seriam “anjos da guarda” das crianças, isto é, as protegeriam dos seus pais.

Já no século XIX, organizações religiosas, filantropos e estatísticos sociais começaram a associar a vida familiar com a criminalidade: a falha dos pais em inculcar os princípios morais nas crianças seria a origem do comportamento criminal. Nesse contexto, a infância passou a ser vista como um período distinto do restante da vida, no qual seriam absorvidos os maus hábitos que perdurariam por toda a vida (ROSE, 1999).

Ao longo do século XX a relação entre as famílias e o comportamento criminal adquiriu uma argumentação mais centrada nas relações psicológicas entre os membros da família: foi fortalecida a ideia de que a criança negligenciada pela família se tornaria um jovem criminoso. Uma família performando dentro da norma produziria naturalmente uma criança ajustada ao meio social, enquanto uma família problemática produziria uma criança desajustada. Essa concepção, ancorada na psicologia e nas ciências criminais, abriu caminho para que a subjetividade dos pais fosse matéria da regulação social, para que criassem “crianças normais”:

Uma nova relação entre a subjetividade e a ordem social estava se formando na matriz da família. A expertise permitiu que a obrigação social da família de regular as subjetividades de seus filhos se traduzisse no desejo pessoal por filhos normais e em um conjunto de técnicas emocionais e intersubjetivas para garantir esse objetivo (ROSE, 1999, p.160, tradução nossa).

Uma das facetas do governo das famílias, decorrente de uma certa visão da prioridade construída sobre a primeira infância, são programas de visitação domiciliar para o desenvolvimento infantil.

4. O programa Criança Feliz

O Programa Criança Feliz (PCF) foi lançado em 2016 pelo governo federal, coordenado pela pasta da Assistência Social, chamada na época de Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Em novembro de 2018, no governo de transição para a gestão do presidente Jair Bolsonaro, o MDS foi fundido com o Ministério do Esporte e o Ministério da Cultura, recebendo o nome de Ministério da Cidadania.

De acordo com o Ministério da Cidadania, em outubro de 2021, cinco anos após o lançamento, 2910 municípios aderiram ao programa, 1,1 milhão de crianças foram atendidas, 286 mil gestantes foram acompanhadas e foram feitas 52 milhões de visitas domiciliares (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, s.d.b). Por causa desses números, o Criança Feliz é considerado o maior programa de visitação domiciliar para a primeira infância do mundo. Além disso, o programa contava com 20 mil visitantes e 3,4 mil supervisores nessa data.

Em 2016, logo após a publica o do Decreto N  8.869 de 05 de outubro, que cria o PCF, alguns conselhos de classe e organiza es afins começaram a fazer questionamentos ao Programa. O movimento foi iniciado em Minas Gerais, pela Frente Mineira de Defesa do Sistema  nico da Assistência Social (SUAS) com a publica o de uma nota pública no dia 20 de outubro de 2016 com o título: “Diga não ao Programa Criança Feliz”. A Frente   formada por organiza es como: Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS, Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social de Minas Gerais, sindicatos, coletivos e universidades. O documento, entre outras questões, manifesta preocupa o com o policiamento das famílias pobres, pois o Criança Feliz seria uma sobreposi o a outros serviços já oferecidos pela Assistência Social, como o Serviço de Prote o e Atendimento Integral   Família (PAIF) e um retrocesso na própria concep o do SUAS, já que teria orçamento   parte: “Trata-se da cria o de um programa paralelo, em sobreposi o aos serviços socioassistenciais, com retorno a um passado ancorado na cultura de programas e projetos pontuais, fragmentados e segmentados, sendo especificamente voltado   primeira infância” (FRENTE MINEIRA DE DEFESA DO SUAS, 2016, p.3).

Em 24 de novembro de 2016, cerca de um mês depois do lançamento do PCF, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) publicou duas resoluções instituindo o Programa Primeira Infância no SUAS, nome que o Criança Feliz assumiu na Assistência. Essas resoluções regulamentaram a entrada do programa no SUAS e caracterizaram a Assistência Social como a área responsável pelo programa, inclusive na coordenação da articulação intersetorial (AKERMAN, 2018). Apesar da aprovação pelo CNAS, o movimento puxado pela Frente Mineira desencadeou posicionamentos em outros estados e finalmente chegou no Conselho Federal de Serviço Social, o CFESS, que em março de 2017 publicou nota pública manifestando posicionamento contrário ao programa (CFESS, 2017). Frente aos posicionamentos contrários alguns estados resistiram ao PCF por um tempo, mas somente Santa Catarina (CEAS/SC, 2016) e Minas Gerais (CEAS/MG, 2017) mantiveram a posição de não adesão. Mesmo assim, os municípios desses Estados puderam aderir ao programa sem problemas, uma vez que a aprovação já tinha sido feita pelo CNAS. Nesses estados as funções que seriam desempenhadas pela coordenação estadual foram realizadas diretamente pela coordenação federal do programa.

O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais também emitiu uma nota contrária ao PCF, pois além dos assistentes sociais, as equipes de referência do SUAS contam obrigatoriamente com psicólogos. Os argumentos eram semelhantes aos das outras notas publicadas (CRP-MG, 2017).

Osmar Terra, em entrevista à revista Exame em outubro de 2017, declarou que a resistência mineira era devido à politização do programa. Ao ser perguntado sobre os desafios do programa disse:

Um deles é o discurso político contra o governo — Minas Gerais, por exemplo, não aderiu ao programa. O outro é o viés ideológico de que o Estado não pode dizer como os pais têm de lidar com as crianças. Temos de enfrentar isso. O Brasil criou um marco legal da primeira infância. E o programa nacional que estamos tocando é descentralizado, não depende só do governo federal. Quem quiser cancelar o Criança Feliz por pretensão política vai ter de dar muita explicação (FURLAN, 2017).

Na RNPI não se comentava muito sobre a questão. Nós sabíamos que Minas Gerais estava dando trabalho ao programa, mas estávamos ocupados tentando entender como nos posicionaríamos enquanto uma rede diversa e outrora próxima do Osmar Terra. No CECIP comentávamos com admiração a força da Frente Mineira, que

expressava de forma muito objetiva algumas das nossas inquietações. A mobilização deles também mostrava como a RNPI estava distante, naquele momento, dos movimentos sociais mais combativos.

Os posicionamentos enfatizavam alguns riscos e retrocessos representados por um programa de visitação domiciliar com foco no desenvolvimento infantil a partir do comportamento dos pais, como o policiamento das famílias. Essa é uma preocupação que se relaciona com a própria história da visitação domiciliar como estratégia da assistência social. Embora em prática desde o século XIX, a visitação domiciliar ganhou força com a industrialização no Brasil, fundamentalmente na primeira metade do século XX, quando a assistência deslocou a atenção dos pobres e desvalidos para o operariado. Colaborando com o contexto do capitalismo que emergia, a assistência social passou a ser concebida como uma aliança do Estado com os representantes das indústrias para aumentar a produtividade do trabalhador. A visitação domiciliar se tornou uma técnica de controle dos trabalhadores para ampliar a produtividade, se constituindo como um dispositivo do poder disciplinar, incidindo a lógica higienista sobre a vida familiar, sobre a organização das casas e sobre os corpos (VIEIRA, 2013).

A justificativa da produtividade dos trabalhadores permanece no Criança Feliz, ainda que trajando as vestes do desenvolvimento infantil. De acordo com as publicações oficiais, os objetivos do programa são:

- Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
- Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem;
- Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. (BRASIL, 2017b, pp. 10-11)

Os municípios que aderem ao Programa contam com um recurso de R\$ 75 reais por beneficiário, que é transferido “fundo a fundo” do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social. Cada Município precisa elaborar um plano de ação, com metas de atendimento e etapas de implementação para saber qual recurso será repassado para financiamento do Programa. Os municípios também

precisam montar um comitê gestor intersetorial para acompanhar o Programa. (BRASIL, 2019).

As equipes municipais são formadas por um coordenador, que é opcional para os municípios, supervisores e visitadores. A formação das equipes é feita com material e metodologia do Ministério da Cidadania. Multiplicadores estaduais fazem a formação dos supervisores. Os supervisores capacitam os visitadores. Coordenadores e supervisores são cargos para profissionais de ensino superior enquanto aos visitadores é exigido o ensino médio. A formação desses profissionais foi um dos pontos levantados pela RNPI no posicionamento entregue ao Ministério:

A formação inicial e continuada de todos os profissionais do Programa deve ultrapassar o mero treinamento, assegurando-lhes a qualificação necessária para compreenderem a real e complexa situação das famílias alvo do Programa, respeitar suas idiossincrasias e abordar com competência os problemas que possam esgar afetando a criança (RNPI, 2016).

Havia uma preocupação por parte da RNPI de que a formação insuficiente, principalmente dos visitadores, poderia gerar efeitos indesejados nas famílias, como criar uma insegurança nos pais sobre a forma com que educavam seus filhos.

A equipe do PCF fica referenciada num Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A coordenação federal não define a área de formação para coordenador e supervisor, apenas delimita que para coordenador é necessário experiência em funções administrativas, e para supervisor a preferência é por psicólogo, assistente social, sociólogo, antropólogo, economista doméstico, terapeuta ocupacional, pedagogo e musicoterapeuta (BRASIL, 2019).

Nos interessa olhar para o programa para compreender quais efeitos o campo da primeira infância, por meio desta política pública chamada Programa Criança Feliz, está produzindo.

4.1 Risco e determinismo parental

O público prioritário do PCF é formado por gestantes e crianças de até três anos, cujas famílias estejam inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; crianças de até seis anos e suas famílias, desde que beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, e crianças de até seis anos em situação de acolhimento

institucional ou familiar. Consultamos o Manual do Visitador (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021a) para entender como funcionam as ações do programa. A publicação começa com um texto sobre a estratégia da visita domiciliar e da política de assistência social. Essa primeira parte o texto faz uma referência à metodologia “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança” como forma de promoção das “competências familiares”:

Através do Programa Criança Feliz você visitador(a) além de promover direitos, conhecer a realidade das famílias e promover o desenvolvimento infantil irá contribuir para o fortalecimento e a promoção das competências familiares. Para tanto a metodologia “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC)” irá auxiliá-lo a fortalecer os vínculos familiares garantir a promoção do desenvolvimento infantil durante as visitas domiciliares (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021a, p.11).

De acordo com o manual, o tempo médio de uma visita domiciliar deve ser de 45 minutos, divididas em três momentos: acolhida, desenvolvimento e encerramento. As metas estabelecidas para o trabalho do visitador variam um pouco de acordo com o público, sendo que para as gestantes a meta é de uma visita por mês, para famílias com crianças sem deficiência de até 3 anos, e de quatro visitas por mês e para as famílias de crianças com deficiência de até 6 anos, podendo ser, as visitas, semanais ou quinzenais. Cabe ao visitador o preenchimento de uma série de formulários, que vão desde a caracterização do território, passando pela caracterização das crianças e gestantes até a observação do desenvolvimento infantil no início e no final de cada faixa etária. Durante a visita com famílias com crianças, o visitador deve orientar o cuidador a desenvolver atividades com as crianças, atividades essas centradas no brincar que o cuidador deverá exercitar até a próxima visita.

Em seguida, o manual traz um texto sobre as “Dimensões do Desenvolvimento Infantil”, que seriam motricidade, cognição, socioafetividade e linguagem e, depois de explicar um pouco sobre cada dimensão, encerra com as atividades: são cerca de dez atividades para crianças divididas por faixa etária e para as gestantes.

A metodologia que o manual cita como sua base, o “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança” (CDC), é um material desenvolvido pelo Unicef e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990 e atualizado em 2012. No site do Unicef (UNICEF, s.d.) explica-se que o CDC é uma abordagem baseada em evidências

para promover o aprendizado infantil e o cuidado responsivo por meio da integração de serviços em diversos setores, como educação, nutrição, saúde e proteção infantil.

O CDC promove a estimulação de crianças pequenas, orientando seus pais e cuidadores sobre como se envolver em atividades lúdicas e de comunicação que promovam habilidades motoras, cognitivas de linguagem e socioemocionais. Também fortalece as habilidades de cuidado responsivo ao treinar pais e cuidadores durante uma interação lúdica com seu filho para observar, interpretar e responder adequadamente aos sinais de seu filho. (UNICEF, s.d., tradução nossa).

Em 2015, o Unicef e a OMS fizeram uma pesquisa para monitorar e avaliar a uso da metodologia e identificaram que a CDC havia sido implementada e integrada a serviços em 19 países, entre iniciativas governamentais e não governamentais. Os países identificados na pesquisa foram: Turquia, Índia, Paquistão, Tajiquistão, Cazaquistão, Quirguistão, Botsuana, Quênia, Moçambique, Mali, Quênia e Brasil. (LUCAS et al., 2017). A abordagem é repassada por meio de cursos com base nos materiais de treinamento que compõem a CDC. Há uma versão adaptada para a América Latina e o Caribe que foi feita a partir de workshops com especialistas da região, e publicada em 2017. Representando o Brasil nos workshops de adaptação estava Alessandra Schneider, então assessora técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) (WHO e UNICEF, 2017). Psicóloga, Schneider é bastante reconhecida no meio da primeira infância no Brasil, pelo seu trabalho na área e também por ser esposa do Osmar Terra. Na RNPI falava-se que a guinada de Terra para a primeira infância deu-se por influência da atuação de Schneider. Ao ler o Manual do Participante do treinamento do CDC, percebe-se que a maior parte dos seus conteúdos estão reproduzidos no Manual do Visitador do PCF, como as atividades sugeridas por faixas etárias, as dimensões do desenvolvimento infantil e o foco no brincar e na comunicação entre cuidadores e crianças, que no material brasileiro foi chamado de “cuidado responsivo”.

O CDC e o Programa Criança Feliz têm a parentalidade como alvo: é uma metodologia para regular o comportamento dos pais, pois entende que é a partir de uma certa forma de se comportar que os pais garantem o melhor desenvolvimento do cérebro de seus filhos.

O foco na parentalidade das políticas mais recentes se relaciona com uma mudança no conceito de risco e de prevenção. De acordo com Lee et al. (2014) antes

da modernidade, “risco” tinha mais a ver com uma probabilidade de um evento acontecer, com possíveis perdas e ganhos. Atualmente o conceito de risco está mais ligado à uma possibilidade futura de um resultado indesejado. Além disso, o risco é colocado na sociedade de uma forma generalizada e pouco específica, abrindo caminho para um monitoramento constante: a sociedade coloca as crianças em risco e por isso o monitoramento precisa ser constante para que o dano seja prevenido. Ainda de acordo com Lee et al. (2014) outra característica atual é que a consciência do risco passou a ser um efeito de como a sociedade lida com o desconhecido. A gestão do risco emerge como um valor primordial por causa de uma crise na atribuição de sentido do desconhecido. No caso dos pais, há um policiamento do comportamento individual como uma forma de fazer a gestão desse risco.

Essa percepção de risco aplicada às crianças também é fundamental na redefinição dos pais como determinantes do bem-estar futuro da criança; de fato, o que decorre disso é a construção do genitor como gestor do risco, que tem em seu poder a capacidade de decidir o destino do filho de acordo com o desempenho dessa tarefa (...).” (LEE et al., 2014, tradução nossa)

De acordo com Castel, a discussão sobre a gestão de riscos se relaciona com a lógica que possibilitou a emergência do Estado liberal no século XVIII, quando a propriedade privada passou a ser um condicionante para a segurança. A classe dos “não proprietários” experimentou a insegurança social, sendo furtados da capacidade de assegurarem sua independência social e estando, portanto, em risco social: “O Estado de direito deixa inalterável a condição social de uma maioria de trabalhadores atravessada por uma insegurança social permanente”. (CASTEL, 2005, p.32). Como resposta a esse quadro de insegurança, o Estado passou a desenvolver a função de redutor de riscos, regulando as relações de trabalho e desenvolvendo mecanismos de proteção social que, em tese, equivaleriam à segurança da propriedade privada. Esses direitos sociais possibilitaram aos trabalhadores uma projeção de futuro que amenizou a sensação de insegurança. Mas, mesmo com direitos sociais garantidos, as desigualdades de renda permaneceram, sem gerar grandes transformações na distribuição da propriedade privada.

Com a pressão neoliberal, a partir dos anos 1970, para tornar o capital mais rentável, estratégias como a redução do papel do Estado na regulação das relações de trabalho e o desemprego em massa resultaram na crescente desproteção dos

trabalhadores. Castel defende que foi a própria ideia do controle sobre o futuro, gerada pela proteção social, que ocasionou, por outro lado, a ideia do risco. O risco de perder o controle sobre o futuro quando as políticas sociais falham, o que vem acontecendo no neoliberalismo: “Portanto, a própria busca de proteção criaria insegurança” (2005, p.8).

O Programa Criança Feliz é uma política social afinada com a estratégia neoliberal: uma tentativa de controlar os riscos para o futuro das crianças pobres por meio de uma intervenção nas famílias, que deverão estimular as crianças para que elas próprias sejam capazes de se “proteger” no futuro, para que interrompam por conta própria o ciclo da pobreza. Para Vaz (1999) essa previsão do futuro é fruto da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do controle, mudando o lugar ocupado pelo conceito de risco e produzindo como efeito o arrefecimento das transformações:

A informação sobre o que o futuro pode ser é modo de obter um futuro que se deseja; a simulação é modo de delimitar aquilo que os homens podem fazer, pois informar sobre os riscos é dizer aquilo que pode e deve ser feito; por fim, antecipar o futuro para propor compromissos é modo de estabilizar os valores do presente na medida em que não são confrontados com um mundo onde valores totalmente outros pudessem vigorar (VAZ, 1999, p. 15).

A concepção da criança como um ser vulnerável não é nova, existe há mais de um século, no entanto a visão da criança como um ser em risco é mais recente, e vem crescendo a partir da década de 1970 junto com a emergência dos programas de parentalidade nas últimas décadas em diversos países. A cultura do risco incluiu nas categorias de abuso e negligência questões comportamentais que antes estariam dentro do espectro da família considerada normal, como por exemplo a obesidade infantil (LEE et al, 2014). Para além das práticas disciplinares, com a implementação de dispositivos de segurança o perigo foi objetivado por meio dos fatores de risco: o risco que era antes individualizado, como a delinquência e a loucura, passou a ser subjetivado “(...) como informação sobre riscos vinculados à práticas” (VAZ, 1999, p.9). O perigo passou a ser mensurado nos indivíduos por meio do cruzamento dos indicadores estatísticos que detectam o risco, por isso o risco deixou de emergir de um tipo particular de perigo, num indivíduo ou grupo específico e passou a ser efeito da combinação dos fatores de risco (CASTEL, 1999). Antecipando e prevenindo a

emergência de um evento indesejável, as políticas miram não mais nos indivíduos, mas nos fatores de risco.

A prevenção coloca a suspeição num lugar científico, resultado de cálculos de probabilidade, por isso para se tornar suspeito não é mais necessário manifestar algum sintoma, alguma “anormalidade”, basta simplesmente se encaixar nos critérios definidos como fatores de risco (CASTEL, 1999). No caso do Programa Criança Feliz são as famílias pobres que precisam da intervenção do Estado, sinal de que a pobreza é entendida como um fator de risco para o desenvolvimento. Os pais das famílias pobres são considerados pouco eficientes na tarefa de cuidado e educação das crianças, por isso há a necessidade de uma política pública que ofereça um treinamento para “enriquecer” o repertório dos pais, assim como monitorar o que ocorre dentro das casas, como forma de controlar os riscos para o desenvolvimento infantil desejado.

Em 2022 foi lançado o documentário “Criança Feliz – construindo vidas melhores a partir da primeira infância” (ONU BRASIL, 2022) realizado pelo Ministério da Cidadania e pela ONU Brasil. Segundo a descrição do vídeo na plataforma Youtube, o documentário apresenta o impacto e a metodologia do programa, que é apoiado pelo Sistema ONU, por meio do Fundo Conjunto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desde 2020. No vídeo diversas mães e de visitadoras em diferentes municípios apresentam as suas ideias.

As falas têm um tom de agradecimento ao programa e muitas mães relatam que tiveram uma desconfiança inicial, mas depois que entenderam do que se tratava aderiram e aprenderam muito com o programa. Não há identificação de quem fala no vídeo. Nos chamou a atenção, em especial, a fala de uma mãe com traços e pinturas indígenas que disse: “Eu não sabia né, como era que cuidava bem, como era que fazia as coisas. Como era a forma de educar, a forma de ensinar eles a fazerem uma atividade. As formas de brincar com eles. Eu saí grávida na minha adolescência e não imaginava que poderia ser dessa forma, né” (ONU BRASIL, 2022). Pelas imagens identificamos que é uma mãe indígena com duas crianças. Qual é a forma de “cuidar bem” que foi ensinada a essa mãe? A partir da intervenção do programa ela percebeu que não sabia, que os conhecimentos que ela trazia consigo não eram a referência do “cuidar bem” dessa política pública. De onde vem essa referência do que é considerado

um cuidado bom? O PCF ensina essa mulher que ela não sabia ser mãe, que há uma forma certa de ser mãe, produz uma determinada maternidade como efeito do poder de normalização.

Para Foucault (2001), o poder de normalização emergiu na sociedade moderna como um poder próprio, apoiado nos poderes médico e judiciário, mas com autonomia e regras próprias, se deslocando das questões do crime e da doença para focar no controle. O controle da anormalidade produz uma normalização por meio da qualificação e correção. Para além do reforço do que é hoje considerado uma criança normal, com base no discurso das evidências científicas, o Programa Criança Feliz é um dispositivo do governo das crianças pobres que ocasiona uma normalização também das práticas parentais a partir da lógica do risco, com a qualificação e correção do comportamento dos pais.

Na apresentação inicial do manual do CDC, há um texto com a argumentação do desenvolvimento do cérebro nos primeiros anos de vida como fundamentação para a metodologia:

O cérebro se desenvolve mais rapidamente antes do nascimento e durante os primeiros três anos de vida. Boa nutrição e boa saúde são especialmente importantes durante esse período. O leite materno desempenha um papel especial no desenvolvimento do cérebro. O leite materno também ajuda as crianças pequenas a ficarem livres de doenças para que sejam fortes e possam explorar e aprender. As crianças podem ver e ouvir ao nascer. Desde muito pequenas, as crianças precisam de oportunidades para usar os olhos e os ouvidos, além de uma boa alimentação. Para que seus cérebros se desenvolvam, as crianças também precisam se mover, ter coisas para tocar e explorar e brincar com os outros. Eles contam com os cuidadores para fornecer oportunidades de aprendizagem. As crianças também precisam de amor e carinho. Eles precisam que sua mãe, pai e outros cuidadores respondam a eles quando estão com fome, cansados, doentes e felizes. Todas essas experiências ajudam o cérebro a se desenvolver (WHO, 2012, p. 6 tradução nossa).

Nesse trecho do CDC, a responsabilização dos pais pelo desenvolvimento das crianças é reforçada pelo discurso que tem como base os estudos do cérebro. Essa tendência de compreender o comportamento dos pais como absolutamente impactante no desenvolvimento das crianças foi nomeada por pesquisadores de “determinismo parental” (LEE, et al., 2014). A configuração de cuidado expressa nesse trecho do CDC é o “cuidar bem”, que o Programa Criança Feliz adota como parâmetro para educar os pais para educarem seus filhos. Também é notável que o determinismo parental recaia

muito mais sobre as mulheres, que historicamente são as grandes responsáveis pelo cuidado, o que é perceptível no próprio vídeo sobre os impactos do programa (ONU BRASIL, 2022): apesar de haver muitas imagens de famílias com homens cuidadores, de fato são entrevistados apenas dois homens para cerca de quinze mães, além das visitadoras, que são dez, serem todas mulheres.

Os especialistas e defensores da primeira infância, ao advogarem por políticas de treinamento parental com foco na vulnerabilidade do cérebro das crianças, estão atualizando o papel da “boa mãe”: agora o comportamento das mães seria determinante para desenvolvimento saudável do cérebro das crianças (MACVARISH, 2014). O determinismo parental, que desde a teoria da evolução vem se colocando pelos discursos dos especialistas de diferentes formas, é confirmado com esse forte aliado biológico, o cérebro, e produz efeitos mais para o lado das mulheres cuidadoras do que para os homens. Essa exigência da performance das mães constitui o que algumas pesquisadoras chamaram de “maternidade total” (WOLF, 2007) ou “maternidade intensa” (HAYS, 1998), inclusive pela imprescindibilidade da amamentação nesses discursos (MEYER, 2000), estabelecendo um determinismo materno muito mais do que paterno.

A penetração dessas ideias chega com tanta força, que temos agora no Brasil uma política pública que ensina mães de todas as regiões do país que as boas práticas parentais são as que o Unicef sistematizou, com base na concepção contemporânea da criança, uma criança universal, que tem as mesmas necessidades e se desenvolve da mesma forma em qualquer lugar. São práticas sustentadas em saberes que os especialistas da medicina, da psicologia do desenvolvimento e das neurociências descreveram com tanta propriedade.

4.2 Para quem?

Sabemos que o PCF se destina às crianças e suas famílias e às gestantes que se enquadram nos critérios de adesão, e que essas famílias são representadas, muito provavelmente por uma maioria de mulheres.

Autoras feministas como Cooper (2017) e Fraser (2013) colocaram em análise a centralidade da família para a política social no Estado de bem-estar social e as

mudanças e permanências dessa articulação no neoliberalismo. Cooper (2017) argumenta que os neoliberais temiam que a quebra do modelo de família nuclear do Estado de bem-estar social – formada por homens com um trabalho fixo, mulheres dedicadas ao serviço doméstico e dois ou mais filhos – poderia gerar custos ao Estado, por exemplo com mulheres que tivessem filhos fora de um casamento e necessitassem da assistência social. Esse modelo de família, definido nos Estados Unidos do pós-guerra e chamado de fordista, coloca as mulheres numa relação de dependência aos homens e, ao se tornar condição para o acesso à segurança social, exclui homens negros e mulheres negras, por se inserirem em outras configurações de trabalho que não eram reconhecidas pelo Estado do bem-estar social.

Esse arranjo entre família fordista e segurança social, que produziu o salário familiar nos EUA, funcionou como um mecanismo de normalização das relações de gênero e também foi um grande organizador das categorias raça e classe: “O salário familiar, portanto, foi um veículo para elaborar significados de dependência e independência que foram profundamente flexionados por gênero, raça e classe” (FRASER, 2013, p.94, tradução nossa). Diante dessa ameaça, a racionalidade neoliberal reestabelece a família privada como a fonte primária de segurança econômica e uma alternativa ao Estado de bem-estar social.

Para reestabelecer a responsabilidade familiar, em resposta aos movimentos dos anos 1970 que questionaram a normatividade sexual e o caráter excludente do salário familiar, neoliberais, focados nos gastos do Estado, e neoconservadores, focados na manutenção da família fordista, formaram uma aliança. Mas não foram só os neoliberais que se preocuparam com a quebra desse modelo: Cooper (2017) elenca diversos autores do campo da esquerda que também reagiram mal à quebra da família fordista e equipararam a flexibilização das relações trabalhistas com a flexibilização familiar. Por isso a autora afirma que é imprescindível que se pense de forma conjunta o neoliberalismo e o neoconservadorismo, para que a análise econômica não deixe de fora as categorias de gênero e raça, não seja de esquerda e conservadora ao mesmo tempo. Aqui reconheço bastante do campo da primeira infância e das tantas vezes que fiquei confusa com os discursos que escutei por conta da experiência da RNPI: um misto de reivindicações por direitos e ampliação de políticas públicas com um

conservadorismo nas concepções de família, muitas vezes de origem religiosa, justificado pelo “melhor interesse da criança” na primeira infância.

A aliança entre neoliberais e neoconservadores reestabeleceu a responsabilidade familiar, que antes era centrada no homem branco trabalhador a partir do “salário família” fordista. No entanto, a segurança social passou “(...) de um programa redistributivo para um imenso aparato federal, para policiar a responsabilidade familiar privada dos pobres, enquanto os gastos deficitários foram transferidos do Estado para a família” (COOPER, 2017, p.21, tradução nossa). Se os homens negros e mulheres negras eram excluídos da proteção social no pós-guerra, no neoliberalismo são incluídos em políticas feitas para desonerar o Estado e manter a desigualdade social.

Fizemos um levantamento de dados junto ao Ministério da Cidadania²¹ para saber para quem de fato chega o programa, e conseguimos obter alguns dados sobre raça e cor dos beneficiários. Em 2021, foram visitadas 515801 crianças pretas e pardas, 149988 crianças brancas, 4350 indígenas e 3610 amarelas. Em relação às gestantes, em 2021 foram visitadas 102281 mulheres pretas e pardas, 21890 mulheres brancas, 1119 mulheres indígenas e 660 amarelas.

A partir desses dados podemos constatar que os beneficiários do PCF são, em sua grande maioria, famílias pretas e pardas, beneficiárias do Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada. É curioso que os dados do programa sejam organizados por criança, pois apesar das crianças serem a razão pela qual o programa existe, é nos adultos que a intervenção é feita. Apesar de não termos o dado preciso de qual membro da família recebe as instruções dos visitantes, sabemos que historicamente são as mulheres que se responsabilizam pelo cuidado no Brasil, o que nos habilita dizer que o Programa Criança Feliz chega muito mais para as mulheres do que para os homens, e muito mais para as mulheres negras do que para as mulheres brancas e de outras etnias.

O Programa Criança Feliz se encaixa perfeitamente nessa descrição da segurança social neoliberal e neoconservadora: um programa que tem como público

²¹ Os dados do Cadastro Único, apesar de sigilosos, são disponibilizados para pesquisa, especialmente de forma desidentificada e agregada, conforme o artigo 13 do Decreto Decreto Nº 11016 de 29/03/2022.

principal mulheres negras e pobres, recebendo um visitador em sua casa para garantir que sua “responsabilidade” no desenvolvimento dos seus filhos seja cumprida da forma que o Estado determina, e que a criança seja então, a única responsável por se manter ou se retirar da pobreza quando adulta.

Ainda assim, a mulher negra não aparece como sujeito do programa, não há informações de fácil acesso que a identifique. Há informações sobre o número de visitas e sobre as crianças, universais e desracializadas. Sabe-se que são famílias pobres, por estarem incluídas nos programas de transferência de renda, mas há um apagamento da questão racial, no PCF e, arrisco dizer, na área da primeira infância de uma forma geral. Como se a questão racial estivesse diluída na de classe. Apesar do foco dessa pesquisa ser muito mais a relação entre uma certa produção científica e a área da primeira infância do que o debate sobre o racismo no Brasil – inclusive porque também faço parte dessa branquitude que invisibiliza as questões raciais – é inegável que a articulação que produz a primeira infância também produz efeitos nas relações raciais, especialmente para as mulheres negras. Afinal, como afirma Cida Bento: “A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso” (BENTO, 2002, p.3).

4.3 Checklist do desenvolvimento

O Manual do Visitador tem uma parte chamada “dimensões do desenvolvimento infantil”. O texto começa falando sobre a visita: “Ao planejar a visita domiciliar, é importante destacar que todas as atividades escolhidas devem contemplar a faixa etária da criança e as 4 dimensões do desenvolvimento infantil” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021, p.36). Depois disso, são apresentadas as dimensões: motricidade, cognição, socioafetividade e linguagem. Apesar do texto não relacionar essas afirmações a nenhuma fonte diretamente, a forma como essas dimensões estão organizadas é muito semelhante ao material do Unicef que é a base da metodologia do PCF, o CDC. Numa rápida busca pela internet é possível achar muitas outras formas de

sistematizar as ditas “dimensões”: tem autores que as dividem em cinco, outros em seis, em sete, em nove, e por aí vai. De nenhuma forma o texto considera essas outras formas, pelo contrário, afirma sem qualquer ponderação que aquelas são as 4 dimensões do desenvolvimento infantil.

No site do Criança Feliz há um outro material só sobre essas dimensões, chamado de “Manual de Apoio às Visitas Domiciliares: um olhar sobre as dimensões do desenvolvimento da criança de 0 a 36 meses”. Publicado em 2021, o Manual de Apoio aprofunda as dimensões e depois separa as habilidades que as crianças precisam alcançar por faixa etária em cada uma das dimensões, e o que o visitador precisa observar em cada caso.

Diferentemente do Manual do Visitador, no Manual de Apoio (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021b) há referências em cada parte do texto. Nessa parte das dimensões por idade estão elencadas quatro referências: a caderneta de saúde da criança do Ministério da Saúde, um livro voltado para professores chamado “Estimulação Precoce Inteligência Emocional e Cognitiva” e dois materiais em inglês: “*Partners for a healthy baby, a research-based home visiting curriculum: toddler’s second and third year*” que é um currículo de visitas domiciliares desenvolvido por pesquisadores do Centro de Prevenção e Intervenção Precoce da Universidade do Estado da Flórida, nos Estados Unidos²² e “*Developmental Milestone Resources for Early Head Start and Head Start Programs*”. Esse último é um material desenvolvido pelo programa “Aprenda os sinais. Aja cedo” (tradução nossa) do Centro para Prevenção e Controle de Doenças dos Estados Unidos²³. O programa financiou a Academia Americana de Pediatras para revisar os marcos do desenvolvimento infantil que a própria Academia havia desenvolvido. O grupo que fez a revisão publicou um artigo sobre o trabalho afirmando que:

Os objetivos do grupo eram identificar marcos informados por evidências para incluir nas listas de verificação do Centro de Prevenção e Controle de Doenças, esclarecer quando se espera que a maioria das crianças atinja um marco (para desencorajar uma abordagem de esperar para ver) e apoiar o julgamento clínico em relação ao rastreamento no espaço entre as idades em que já são recomendado rastreamento (ZUBLER, et al., 2022, tradução nossa).

²² Website do Centro de Prevenção e Intervenção Precoce da Universidade da Flórida: <https://cpeip.fsu.edu/phb/>

²³ Website do Programa *Act Early*: <https://www.cdc.gov/ncbddd/actearly/>

Depois da revisão dos pediatras, o programa “Aprenda os sinais. Aja cedo” produziu uma série de materiais com *checklists* dos marcos para diferentes públicos: famílias, profissionais de saúde, visitantes domiciliares e educadores. O material usado como referência no Programa Criança Feliz é direcionado ao programa *Head Start*, que tem como objetivo deixar bebês e crianças de famílias com baixa renda prontas para a escola, combinando ações educativas, com ações de saúde e apoio às famílias²⁴.

Esses *checklists* e marcos padronizam o desenvolvimento das crianças norte-americanas em etapas, fixando um modelo de desenvolvimento ideal para as crianças dos Estados Unidos, que também apresentam diversidades e desigualdades. O Programa Criança Feliz, ao se basear nesses materiais, traz esse padrão para o Brasil.

Castel (1991), ao analisar a passagem do perigo para o risco e as implicações práticas da dissolução da ideia de sujeito frente à emergência dos fatores de risco, explica que os componentes de intervenção passaram de uma abordagem mais face a face para o estabelecimento de fluxos populacionais que se baseiam no agrupamento de fatores abstratos capazes de produzir o risco. Esse deslocamento perturba o equilíbrio entre o profissional especialista, como os médicos, e os responsáveis pela gestão pública. O especialista, nessa nova política sanitária, fica submetido à gerência da política que se desenvolve de forma autônoma para além da vigilância disciplinar do especialista. Nesse contexto, a medicina moderna foi aos poucos migrando para mecanismos de checagens de saúde, como o *checklist* do *Head Start*, que tornam quase dispensáveis o momento confessional entre médico e paciente durante a consulta. Essas checagens detectam o risco a partir de uma abordagem biopolítica, do manejo da população.

Nos chamou a atenção a propaganda sobre os materiais no website do “Aprenda os Sinais. Aja Cedo” para o *Head Start*. De acordo com eles, com o uso do material:

- Melhore o rastreio de desenvolvimento acompanhando rotineiramente o desenvolvimento de cada criança;
- Capacite os pais a observar e acompanhar o desenvolvimento de seus filhos;
- Aumente seu conhecimento sobre sinais de possível atraso e o que fazer quando houver uma preocupação (LEARN THE SIGNS, ACT EARLY, s.d.).

²⁴ Website do programa *Head Start*: <https://www.acf.hhs.gov/ohs/about/head-start>

As promessas sobre o uso material falam de uma preocupação grande com o “atraso” do desenvolvimento das crianças, e coloca os trabalhadores do *Head Start* como educadores dos pais para que avaliem o desenvolvimento dos filhos e detectem esse atraso de forma autônoma. Se o atraso for detectado, há um outro material chamado “Como conseguir ajuda para sua criança?”²⁵ que orienta os pais a marcarem uma consulta com um médico para mostrar o resultado do *checklist*.

Com esses materiais, a vigilância sobre as crianças ganha uma ferramenta de grande precisão e que pode ser aplicada por qualquer pessoa que compreenda as instruções. Com o argumento do desenvolvimento, especialistas incumbem aos pais a função de uma vigilância permanente e rotineira sobre os filhos, para medir o “desenvolvimento” das crianças. No PCF embora o *checklist* não tenha esse formato, no Manual de Apoio o conteúdo está todo lá, com os marcos que se espera da criança em cada idade. Como exemplo seguem duas das quatro dimensões para a faixa do primeiro mês do bebê:

SOCIOAFETIVO:

- O estabelecimento dos vínculos do bebê com seus pais e cuidadores primários durante o período neonatal são formados através dos seus sentidos, em especial o tato, a audição e a visão;
- Começa a reconhecer a mãe e suas figuras de referência através do toque (contato pele a pele), do olhar e da voz com o passar dos dias;
- O sorriso nos primeiros dias é um movimento reflexo. O sorriso social surge a partir do próximo mês quando o bebê sorri ao olhar a sua mãe figura materna.

OBSERVE

Como acontece a interação mãe-bebê? Como os cuidadores falam sobre a relação com a criança? Como você percebe as relações de vínculo e apego no contexto desta família?

LINGUAGEM

- Comunicação e expressão de desejos e necessidades por meio do choro, do olhar, movimentando as pernas e emitindo sons;
- Emite sons com a boca ao agarrar o seio da mãe;
- Quando escuta diferentes sons e ruídos pode reagir movimentando seu corpo;
- A partir das duas semanas pode imitar gestos faciais dos adultos de referência.

OBSERVE

Como os pais/cuidadores estão direcionando a fala e o olhar ao bebê? Estão atentos aos seus sinais? Como você percebe a comunicação entre os membros da família desde a última visita? (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021b, p.22).

²⁵ Material disponível em: https://www.cdc.gov/ncbddd/actearly/pdf/help_pdfs/How-to-Get-Help-for-Your-Child_CombinedPDF_EngSpn-2-15-20_508.pdf Acesso em 25 de setembro de 2022.

Além da vigilância das famílias sobre as crianças, há a vigilância do visitador sobre os pais. Na seção “observe” de cada dimensão do desenvolvimento o visitador é instruído a observar em detalhes com os pais se comportam: como olham para as crianças, se estão atentos aos sinais que as crianças dão, como falam com e sobre a criança, se há uma relação de vínculo e apego.

Os padrões que são internacionalmente definidos para o desenvolvimento infantil e que o visitador do PCF leva para dentro dos domicílios brasileiros, produzem uma infância com um mesmo corpo, um mesmo comportamento, admitindo uma pequena faixa de variação. Na análise dos manuais, o PCF segue a mesma linha das concepções de infância que essa pesquisa vem questionando: normalizadora e universal.

4.4 Acompanhamento de gestantes e a teoria do apego

O manual do visitador traz orientações para a realização de atividades para os diferentes públicos do PCF. Em relação às gestantes, as orientações são divididas em duas categorias: “aspectos físicos” e “socioafetividade”. Na parte dos aspectos físicos as recomendações são direcionadas à alimentação, à manutenção do acompanhamento com profissionais de saúde, amamentação e outros assuntos mais claramente identificados no campo da saúde. Na parte da socioafetividade, as recomendações são as seguintes:

- Apoiar a preparação para o nascimento da criança;
- Conversar sobre as expectativas relacionadas a gestação;
- Promover estimulação intrauterina, afeto, apoio, para o bem-estar da criança durante a gestação;
- Fortalecer vínculos afetivos na família. Conversar sobre a importância do apego quando o bebê nasce;
- Falar com o bebê, cantar para ele, escutar música;
- Acariciar e fazer massagem na barriga;
- Brincar com objetos que brilham e que tenham sons suaves. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021a, p.38).

Com base nos documentos analisados até agora podemos entender que mais de 286 mil gestantes (os dados são de 2021) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, s.d.b), identificadas pelo Estado como mulheres em situação de vulnerabilidade, receberam orientações sobre estímulo intrauterino, apego e vínculos para seus futuros bebês.

Burman (2017) identifica como os primeiros teóricos do apego John Bowlby e Donald Winnicott. Na minha experiência na Rede Nacional Primeira Infância eu vi muitas apresentações que citavam Winnicott como a teoria que dava suporte para os programas de educação parental com foco na primeira infância. Eu não sabia do que se tratava, e as pessoas que o citavam também não pareciam conhecer muito do assunto. Era uma referência rápida com o objetivo de dar um tom de verdade científica para o que iria ser dito em seguida. O autor também aparece nas referências bibliográficas do Manual do Visitador. Winnicott e Bowlby desenvolveram pesquisas no pós-guerra sobre a dependência maternal dos bebês.

Bowlby desenvolveu pesquisas nos anos 1950 e 1960 sobre os efeitos da separação da criança da mãe, e argumentava que essa separação era uma experiência traumática para as crianças ao ponto de que se a criança não estabelecesse uma relação de apego com a mãe até os três anos de idade teria problemas psicológicos severos por toda a sua vida. Com base nessa argumentação, Bowlby defendia os programas de prevenção e tratamento precoce para famílias com crianças de até três anos. A “separação” das teorias de Bowlby não diferenciava períodos longos ou curtos, por isso a boa mãe deveria ficar totalmente disponível para o cuidado dos filhos. As mães trabalhadoras, que se ausentavam do cuidado por determinado período, foram responsabilizadas pelos distúrbios emocionais das crianças, que resultariam em aumento da criminalidade e de patologias, colocando as mães no ponto máximo da pressão gerada pela redução do social ao interpessoal. Pela teoria do apego, para o bem da sociedade as mães devem ficar em casa se dedicando ao cuidado dos filhos de forma exclusiva (BURMAN, 2017).

Com a emergência dos estudos genéticos a psicanálise sofreu muitas críticas pela falta de “cientificidade”. Nesse contexto a teoria do apego e a psicologia do desenvolvimento foram agregadas à psicanálise como uma forma de conferir legitimidade de evidência científica. Essa mescla não foi muito bem aceita no mundo científico, pois os estudos de Bowlby, apesar de terem produzido efeitos nas práticas parentais e nas políticas públicas, se mostraram fracos em relação ao material empírico das pesquisas. De acordo com Burman (2017) os estudiosos do apego migraram então para um modelo sociobiológico, engajando as teorias do apego na genética: seria a

experiência da criança a responsável por desencadear no cérebro a expressão de determinado gene, e não o ambiente físico e observável. O foco nas mães, compreendidas como parte determinante da experiência da criança, continuou. E a intervenção para a prevenção de riscos nesse desenvolvimento genético passa a mirar nas mães de ambientes que não são tidos como ideais para o desenvolvimento infantil, as mães de ambientes pobres, e não o ambiente em si. O apego à mãe e o vínculo entre as mães e as crianças passa a ser responsável pelo desenvolvimento mental das crianças, podendo ser localizado e mensurável no cérebro pelas neurociências.

A psicologia do desenvolvimento, aliada à um discurso sobre o cérebro, confere à experiência na primeira infância e ao apego das crianças às suas mães, principalmente, um lugar de evidência científica, que vem servindo como justificativa aos defensores da primeira infância e às políticas públicas como o Programa Criança Feliz, que por sua vez vem reforçando o lugar das mulheres na responsabilidade do cuidado. Nesse sentido, Klein e Meyer (2018) analisaram as pedagogias da maternidade do Primeira Infância Melhor, programa do Rio Grande do Sul que inspirou o Criança Feliz e concluíram que:

As estratégias educativas preconizadas e desenvolvidas no âmbito do PIM produziam um “currículo” específico, voltado para a produção de uma determinada forma de exercer a maternidade e realizar as ações voltadas para o desenvolvimento infantil, posicionando as mulheres pobres no centro de políticas de gestão da vida. Dessa maneira, a formulação de inúmeros programas e políticas públicas de inclusão social, campanhas, manuais, cartilhas, guias, cadernetas, folders, revistas, jornais, anúncios e outras formas de comunicação, vêm incorporando e difundindo prescrições e ensinamentos que deverão constituir determinadas formas de viver a maternidade e, posicionar a mulher como um sujeito mãe capaz de agir na organização doméstica e familiar, na promoção de educação e saúde como principal agente para alcançar as metas em torno da diminuição da mortalidade infantil e da ampliação da inclusão social, por exemplo, necessitando ser problematizadas. (KLEIN e MEYER, 2018).

As críticas feministas às teorias do apego que condenam as mães que trabalham fora de casa e as creches, não são novas, mesmo assim o campo da primeira infância opta por seguir promovendo essa compreensão da centralidade da relação dos filhos com suas mães para o ideal desenvolvimento das crianças, e programas como PCF ainda vão além, argumentando que as mães de uma certa classe e uma certa cor não sabem como serem mães, precisam ser ensinadas: “Devemos então entender que a

maioria das mães brasileiras (e especialmente as de meios modestos) são tão ineptas, que seus filhos crescem em um ambiente tão carente de estímulos, que o cérebro dos jovens foi atrofiado?” (FONSECA, 2022, p 12, tradução nossa).

4.5 Atividades para as crianças: o brincar

Na parte das atividades para as crianças que devem ser ensinadas aos cuidadores, o Manual do Visitador (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021a) traz atividades separadas por faixas etárias, dos 0 aos 3 meses, 3 aos 6 meses, 6 aos 9 meses, 9 aos 12 meses, 1 a 2 anos, 2 a 3 anos e 3 a 6 anos. As atividades são bastante focadas no brincar como estratégia para estimular as crianças, como podemos perceber nas atividades que figuram na faixa dos 6 a 9 meses:

- Ofereça objetos de diferentes cores, tamanhos e formas (seguros e limpos) para que o bebê explore e exerça sua curiosidade;
- Oferte uma caixa (fácil de abrir) com objetos/brinquedos dentro para que o bebê abra e retire os objetos; estimule para que ele os coloque dentro da caixa e retire novamente, permitindo a repetição da brincadeira;
- Ele já atende pelo seu nome, chame-o pelo nome;
- Conte histórias simples e o estimule a repetir sons como “au-au”, “miau”, “có-có”, “mama”, “papa”, entre outros;
- Cubra objetos e/ou brinquedos com um pano e pergunte “onde está?”. Estimule-o a procurar;
- Estimule que ele pegue objetos (seguros e de tamanho proporcional) com o dedo polegar e indicador (movimento de pinça);
- Coloque brinquedos/objetos no chão em frente ao bebê e o incentive a alcança-los, assim ele poderá iniciar as tentativas para engatinhar. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021a, p.40).

A adequação das atividades e brincadeiras às faixas de idade vem sendo produzida desde o começo da psicologia do desenvolvimento, quando os especialistas, por meio da observação de crianças, construíram etapas bem definidas do desenvolvimento. Especialistas como Arnold Gesell, autor de manuais que foram amplamente adotados pelas famílias no século XX, transformaram os dados da sua pesquisa em normas do desenvolvimento de crianças. (ROSE, 1999). O etapismo, o fatiamento minucioso da vida em segmentos, moldou a forma como o desenvolvimento das crianças é entendido no campo da primeira infância e no PCF.

O Manual do Visitador (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021a) também traz um capítulo inteiro, dentre os quatro capítulos da publicação, sobre “a importância do brincar”. Nesse capítulo há orientações para os visitantes e algumas advertências

sobre o que o visitador não deve fazer, como brincar diretamente com as crianças (os visitadores devem somente orientar os cuidadores), associar o brincar com o brinquedo e se distanciar da cultura e brincadeiras de cada família. O texto traz explicações sobre como o brincar atua no desenvolvimento das crianças:

As estimulações realizadas por meio do brincar nas visitas domiciliares ajudam a melhorar a responsividade dos pais nas brincadeiras e o desenvolvimento das crianças. Essa responsividade dos cuidadores da criança pode acontecer por meio do tom de voz tranquilo, um sorriso, um acompanhamento visual de estímulos, uma regulação do choro de forma tranquila, atender a necessidade de sono entre outros.

Durante o brincar, a criança adquire habilidades para se tornar capaz de aprender a aprender, assim ela é ativa em seu desenvolvimento. Você visitador(a) deve orientar os(as) cuidadores(as) a estimular a criança a brincar livremente através da imaginação, do “faz de conta”. O mais importante é a criança perceber que tem atenção do(a) cuidador(a). Saiba que o brincar envolve a capacidade criativa, de exploração do meio, a capacidade de cooperação, de autocontrole, de autoconfiança. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021a, p.34).

Na RNPI o brincar era uma unanimidade, todos defendiam o brincar como um valor elevado, uma coisa bonita, que trazia a ideia de uma infância romântica, como um ideal a ser perseguido. A rede tinha um grupo de trabalho exclusivamente dedicado ao brincar, e também era comum a referência ao brincar como um direito da criança. Quando eu era chamada para falar sobre o Marco Legal da Primeira Infância esse era sempre um dos pontos que eu destacava, sobre como a lei reconhece o brincar como um direito da criança e também responsabiliza o Estado para a construção de espaços públicos de brincar. A ideia da primeira infância não questionar a importância do brincar para as crianças, não é esse nosso lugar nesta pesquisa, mas sim de nos perguntar o que levou o brincar a se constituir como uma das áreas centrais da primeira infância a ponto de se tornar objeto de uma política pública nacional e de ser naturalizada pelos adultos como a principal atividade das crianças? O que esse esforço para naturalizar um certo brincar produz como efeito?

Almeida (2018) discorreu sobre a genealogia do brincar e recuperando Ariès (1988) nos lembra que foi a partir do sentimento de infância no início do século XVII que os utensílios com que as crianças brincavam se tornaram uma categoria especializada para o brincar: os brinquedos. A invenção dos brinquedos como um produto nos moldes do liberalismo, industrializado e massificado “(...) contribuiu para invadir, de forma abundante, o tempo da criança aristocrata e burguesa, numa primeira fase e, mais

tarde, da infância em geral” (ALMEIDA, 2018). O brincar emergiu como uma atividade das crianças ajudando a configurar a infantilidade, isto é, o que os adultos entendem como próprio da infância. Além de ser uma atividade das crianças, o brincar aparece em diversos autores como uma atividade que contribui para o desenvolvimento infantil, identificando a criança como sujeito e o brincar como uma atividade da natureza desse sujeito. O brincar passou a ser protegido, e os cuidadores instruídos a estimularem a expressão dessa natureza, para que o desenvolvimento infantil ocorra da forma desejada, da mesma forma que o Manual do Visitador coloca para os cuidadores.

Esta ideia de uma essencialidade infantil expressa na sua ação "natural" de brincar atravessa as várias infâncias. Com isto quero dizer que esta ação se constituiu ligada ao "estar-a-ser-criança", ou seja, formou, definitivamente, o par criança-brincar que ainda hoje nos acompanha de forma transversal e inquestionável. Seja na distinção de trabalho e lúdico, seja na forma como se pensa o brincar e o jogo, o que está em causa é um agenciamento que torna o brincar uma "inevitabilidade" do "ser-criança" para aí residir o trabalho de subjetivação da sua alma. (ALMEIDA, 2018).

De uma atividade recreativa que constitui o ser criança, a constituição do brincar como o caminho do desenvolvimento infantil coloca-o como objeto do saber/poder científico. Esse saber identifica determinadas características que definem o que é considerado brincar. Não é nosso foco nessa pesquisa adentrar os debates sobre o brincar em si, sobre como as crianças brincam, o tempo livre das crianças, e a didatização ou não do brincar. Nos interessa mais os mecanismos de captura do brincar pelo campo da primeira infância que produzem normas específicas sobre o brincar, justificam a vigilância das famílias de programas como o Criança Feliz. O brincar é uma técnica de governo das crianças, sistematizada pelos adultos. Além do Marco Legal da Primeira Infância, o direito de brincar já figurava no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, entre os aspectos do direito à liberdade. O poder de normatização circula pelo brincar como um direito à liberdade. O poder, da forma como é compreendido por Foucault, que não é caracterizado pela coerção e pela falta de autonomia, muito pelo contrário: “O poder liga-se antes aos modos como, numa dinâmica onde a autonomia e liberdade estão cada vez mais presentes, se produzem cidadãos.” (Ó, 2009, p.100).

4.6 Avaliação do Programa

Em 2017, em meio à conversa truncada entre RNPI e a gestão do Criança Feliz, o assunto sobre o monitoramento e avaliação do programa foi pauta de duas reuniões entre a rede e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A avaliação seria conduzida pelo professor César Victora e sua equipe da Universidade Federal de Pelotas para responder fundamentalmente três perguntas e seus desdobramentos:

- O Programa Criança Feliz muda a forma com que pais interagem com filhos?
 - Violência domiciliar, frequência de interações positivas entre pais e filhos, comunicação, vocabulário
- O Programa Criança Feliz aumenta o investimento dos pais na criança?
 - Gasto com criança, brinquedos, nutrição, tempo dedicado a interagir com a criança
- O programa criança feliz causa uma melhora dos indicadores de desenvolvimento infantil entre crianças atendidas?
 - Saúde infantil, antropometria, estado nutricional – Desenvolvimento cognitivo, capacidade motora fina e grossa, de resolução de problemas, desenvolvimento da linguagem – Desenvolvimento sócio- emocional, interpessoal, autoregulação, autonomia. (BRASIL, 2017c).

O ponto de conflito com a RNPI era o instrumento que iria ser usado para avaliar o desenvolvimento infantil: o ASQ-3. O *Agess and Stages Questionnaire-3* (podemos traduzir por questionário idades e etapas) já havia sido muito debatido na RNPI e nos movimentos da educação infantil por ter sido usado pela Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro em 2011 e 2012 e ter sido cogitado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para ser usado em escala nacional como um instrumento para avaliação da educação infantil (D'ALMEIDA 2014). A questão em pauta era que o ASQ-3 avaliava as crianças diretamente, desconsiderava o contexto desigual da educação infantil no Brasil, e poderia gerar escalonamentos e prejudicar as crianças que não fossem bem avaliadas. O debate na RNPI gerou uma carta assinada pela então Secretaria Executiva da Rede que foi enviada ao então Ministro da Educação, Fernando Haddad, em 2012, em que argumentava, entre outras coisas, que:

O desenvolvimento infantil, por sua vez, é compreendido como um processo de variabilidade especialmente acentuada para as crianças abaixo de 3 anos. Há, de fato, marcos do desenvolvimento que são próprios da infância, mas há particularidades tanto individuais quanto sociais que dão a cada criança, singularidades que precisam ser consideradas e procedimentos de avaliação para essa fase, quando aplicados em larga escala, não consideram esta variabilidade. Por estas razões, os estudos de Psicologia do Desenvolvimento sugerem que as avaliações sejam contextuais e

acompanhadas por profissionais qualificados, a fim de evitar que os instrumentos e procedimentos de avaliação produzam processos de classificação e exclusão (RNPI, 2012).

Diante das muitas críticas que a proposta da avaliação das crianças recebeu, a Secretaria de Assuntos Estratégicos acabou por não dar seguimento à iniciativa.

Quando recebemos o coordenador do PCF, em 2017, o ASQ-3 veio à tona mais uma vez. O nosso descontentamento foi evidente na reunião, falou-se muito sobre os riscos da avaliação com testagem de crianças e sobre a avaliação de contexto, mas não houve mudança na estratégia da avaliação do PCF.

Em 2020 a equipe de Victora publicou os resultados da primeira fase da avaliação (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020) chamada de linha de base da avaliação de impacto, realizada em 2018. A pesquisa da linha de base foi feita com crianças e mães de trinta municípios de todas as regiões do país, excetuando-se a região sul. Nesses municípios foram pesquisadas mães e crianças elegíveis para o PCF que ainda não participavam do programa em setores que iriam o Criança Feliz, e em setores que não iriam receber o programa para serem o grupo controle do estudo. As mães foram entrevistadas e testadas com a Escala de Depressão de Edimburgo (EPDS) e as crianças testadas com o ASQ3.

O estudo da linha de base foi bastante divulgado, os resultados foram apresentados num seminário em Brasília, está disponível numa publicação do Ministério da Cidadania, no site de uma das Fundações que financia o programa, e também há um artigo com uma análise transversal dos dados publicado numa revista acadêmica (MUNHOZ, et al. 2022). As fases seguintes da avaliação: implementação e impacto, estão disponíveis somente no site do Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas²⁶ Inclusive, nos surpreendemos ao encontrar os relatórios das fases seguintes da avaliação, por não termos esbarrado com qualquer notícia sobre o assunto mesmo estando a pesquisar o programa e a área da primeira infância há algum tempo. Depois das polêmicas e conflitos envolvendo Osmar Terra durante a pandemia, relatadas no capítulo 3 desta tese, chegamos a ter dúvidas de como a avaliação prosseguiria.

²⁶ As etapas da avaliação estão disponíveis em <<https://www.epidemioufpel.org.br/site/content/pesquisas/index.php?estudo=5>> Acesso em 25 de set. de 2022.

Publicado em abril de 2022²⁷, o relatório da avaliação de impacto explica a metodologia desta última fase da avaliação:

Neste acompanhamento, foram buscadas as 3.242 crianças arroladas no estudo de linha de base (T0), quando 1.623 crianças foram aleatoriamente sorteadas para o grupo intervenção (PCF) e 1.619 para o grupo controle. Durante os anos de 2020 e 2021, as famílias haviam sido contactadas por telefonistas treinadas, visando avaliar a frequência de visitas e contatos virtuais com o programa, e atualizar endereços e telefones de contato. Os instrumentos utilizados na visita T3 foram aplicados às mães ou cuidadores, e incluíram um questionário geral, o Ages & Stages Questionnaire (ASQ versão 3), o instrumento Strengths and Difficulties Questionnaire para avaliar saúde mental da criança, e a Escala de Depressão de Edimburgo para as mães. (UFPEL, 2022, p.5)

Sobre os resultados, o relatório afirma que não houve impacto nas crianças de famílias que aderiram ao PCF:

Para o teste ASQ3 observado, as médias no grupo intervenção e no grupo controle foram, respectivamente, 203,3 (DP= 57,1) e 201,3 (DP= 58,2) pontos em uma escala com valor máximo de 300 pontos ($p= 0,427$). As análises para os cinco domínios do teste tampouco evidenciaram diferenças significativas, sendo os escores mais altos observados para coordenação motora ampla e para o domínio pessoal-social, e os menores escores para coordenação fina e resolução de problemas, em ambos os grupos estudados. Tampouco foram evidenciados impactos sobre a saúde mental ou interações responsivas. Análises complementares utilizando o método de variáveis instrumentais (LATE) e emparelhamento por escores de propensão tampouco revelaram um impacto do programa sobre os desfechos estudados. Não houve associação entre o número de visitas ou contatos efetivamente recebidos e o escore do teste ASQ3. O estudo de avaliação da implementação do PCF em 2021 identificou problemas de gestão e coordenação, como ausência de supervisão do trabalho dos visitantes e falta de interação entre os CRAS e o programa; trocas frequentes de coordenadores municipais e alta rotatividade de visitantes; carência de transporte para realização das visitas, baixos salários e falta de treinamento dos visitantes; e visitas sem roteiro predefinido e sem levar em conta a idade da criança (UFPEL, 2022, p.5-6).

A falta de impacto que a avaliação apontou talvez seja um dos motivos do documento ter sido pouco divulgado. O relatório segue, sugerindo alguns motivos para a ausência do impacto, mas reafirmando o investimento na primeira infância:

A ausência de impacto pode ser atribuída em parte à pandemia de COVID-19, que descaracterizou o programa inicialmente baseado em visitas face a face, e em parte a problemas na implementação do PCF, particularmente relativos à qualidade das visitas. Os resultados detalhados do presente estudo de avaliação, em especial do estudo de implementação (em relatório à parte)

²⁷ Tivemos acesso ao relatório final da avaliação de impacto do PCF pelo site do Centro de Epidemiologia da UFPel em agosto de 2022. Voltamos ao site em setembro de 2022 e não encontramos mais esse relatório. Não sabemos os motivos da retirada do relatório do site.

forneem subsídios importantes para o aprimoramento do PCF. Investir na primeira infância deve continuar a ser uma prioridade nacional (UFPEL, 2022, p.6).

Claro que a pandemia pode ter causado alterações no PCF que repercutiram nos resultados, mas mesmo assim, é no mínimo curioso que os especialistas da primeira infância, que falam tanto em evidências, não estejam reverberando os resultados dessa avaliação. Ainda mais sendo liderada por um nome tão respeitado no meio, que ajudou a “redefinir o normal” da curva de crescimento das crianças na OMS. O cientista parece estar decepcionado com a política. E também é curioso que os próprios autores da pesquisa estejam justificando a falta de impacto. Investir na primeira infância deve continuar a ser uma prioridade nacional? Parece que o feitiço das evidências virou contra o feiticeiro, e o campo da primeira infância não quer dar publicidade para esses resultados. A idiota da primeira infância gostaria de perguntar: por que esse silêncio?

Para além do impacto ou do não impacto nos cabe aqui perguntar quais efeitos esse programa e essa avaliação podem produzir. Para uma política dessa ser implementada, com abrangência nacional para famílias pobres, é porque há uma certeza de que pobreza gera crianças com métricas de desenvolvimento insatisfatórias. E agora que se avaliou que as crianças que participaram desse programa continuam a apresentar essas métricas insatisfatórias? O que resta para elas? Estão condenadas à um subdesenvolvimento? O Programa Criança Feliz, ao tentar evitar os riscos que atrapalham o desenvolvimento, produz o baixo desenvolvimento. Produz o próprio problema que tenta evitar (CASTEL, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da minha trajetória acadêmica e profissional, marcadas mais pela interdisciplinaridade do que pela especialidade e constituindo um olhar mais longitudinal, uma visão mais periférica (aquela do canto do olho) do que centralizada, me propus a colocar em análise uma experiência de trabalho em que estive, junto com uma equipe, à frente da Rede Nacional Primeira Infância entre 2016 e 2017. Essa experiência me proporcionou um mergulho na área da primeira infância no Brasil e me levou para lugares próximos do poder institucionalizado e das políticas para as crianças. Me percebi em situações desconfortáveis, corroborando discursos contraditórios sobre a defesa dos direitos das crianças e a prioridade da primeira infância. Apesar do lugar do não especialista ter sido sempre uma questão um pouco difícil de lidar na minha trajetória, nesta pesquisa me fortaleci no personagem conceitual do idiota formulado por Deleuze, a partir da leitura da proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers (2018), para assumir esse lugar como uma potência. Revisitei minha experiência juntando autores, análises e impressões sobre o campo da primeira infância.

Stengers (2018) chama de proposição cosmopolítica uma forma de fazer pensar a partir de uma desaceleração, um interstício, que o idiota com seu comportamento que não combate os saberes, mas faz presença, possibilita. Isso criaria uma sensibilidade diferente perante os problemas que nos atravessam, um deslocamento. A partir do sussurro do idiota, a proposição cosmopolítica pede que pesquisadores não façam de conta que não escutaram, não criem manobras para se distanciarem das questões colocadas por essa presença, que se exponham e tomem decisões conscientes dos seus efeitos.

Nesta tese fizemos muitos sussurros, nos colocamos nos veios que separam a primeira infância das outras fases da vida e ali nos sentamos para admirar a paisagem. Desse espaço, que não é nem lá nem cá, fizemos nossas observações. Nas paredes que segmentam a primeira infância vimos muitos discursos que se apoiam nas ciências biomédicas para fazer ou influenciar as políticas públicas, como as séries de primeira infância da *The Lancet*, essa revista tão emblemática da produção científica ou como os discursos de Mary Young nos seus trinta anos à frente da área da primeira infância no

Banco Mundial e depois, quando se tornou uma espécie de conselheira do Programa Criança Feliz.

Nessa mesma direção, percebemos que o discurso médico emerge como uma das forças que operam a segmentarização da vida, colocando a primeira infância como prioridade. A partir de suas pesquisas, o epidemiologista César Victora redefiniu a curva normal do crescimento das crianças em todo o mundo e apresentou seus achados para os deputados brasileiros, afirmando a absoluta importância dos primeiros mil dias para o desenvolvimento humano, criando novas paredes divisórias dentro da primeira infância. Osmar Terra é outro médico cuja atuação, também como político, vem ajudando a demarcar e caracterizar o campo da primeira infância no Brasil. Seja como cientista das neurociências na sua dissertação de mestrado, em que discutiu um suposto dano cerebral em adolescentes em conflito com a lei que não teriam recebido o cuidado adequado na primeira infância, ou como deputado e Ministro da Cidadania, Osmar Terra expõe suas ideias sobre primeira infância e os programas de visita domiciliar como formas de controle das famílias pobres com a justificativa da prevenção.

Nos apoiamos em Foucault para ler a produção discursiva deles, que são os articuladores do campo da primeira infância no Brasil. Por meio dos conceitos de governamentalidade e biopolítica entendemos essa articulação em torno da primeira infância como uma forma de governo da vida que interessa ao neoliberalismo: coloca nos indivíduos a responsabilidade por um desenvolvimento que serve ao capital. Há um esforço para normalizar as métricas desse desenvolvimento, e depois um esforço de disseminação para que cada um de nós internalize essa normalidade. Nesse esforço de disseminação está o Programa Criança Feliz.

O Programa Criança Feliz leva visitantes às casas das famílias de baixa renda para ensinar as famílias a criarem seus filhos, para que, segundo as argumentações tecidas no campo da primeira infância por meio dos usos que fazem das neurociências, seus cérebros se desenvolvam em todo seu potencial. Dessa forma, dizem esses argumentos, as crianças serão capazes de quebrar o ciclo da pobreza.

A própria ideia de “ciclo da pobreza” pode ser desnaturalizada pois postula que a pobreza, uma vez estabelecida, é como uma armadilha com mecanismos de auto

reforço que mantem a pessoa nessa situação. Um ciclo vicioso. Dentro do campo da primeira infância essa ideia traz um raciocínio de que ao nascer numa família pobre a criança não seria estimulada corretamente e por isso não desenvolveria seu cérebro a ponto de deixá-la em “pé de igualdade” para competir, quando for adulta, com adultos que receberam os estímulos “corretos” quando crianças.

A primeira infância seria a “janela de oportunidades” para intervir no momento em que ainda seria possível prevenir a limitação cerebral e colocar adultos provenientes de famílias de baixa renda em condições de competir com adultos provenientes de famílias com renda mais elevada. E ainda, de acordo com os discursos que encontramos no percurso desta tese, quanto mais cedo essa intervenção acontecer, de preferência nos primeiros mil dias, mais chances de chegar nos resultados desejados.

Apesar da certeza dos especialistas, é possível constatar que os investimentos que vêm sendo feitos na área da primeira infância, em programas como o Criança Feliz, estão diminuindo a pobreza? Mesmo se apostamos na ideia do ciclo da pobreza, quebrar o ciclo da pobreza diminui a pobreza? O ciclo da pobreza está associado à meritocracia, às condições de competição, mas não muda a distribuição dos recursos, não interfere na riqueza e na pobreza, só muda os atores que acessam um ou outro. Da mesma forma, os programas de primeira infância não estão reduzindo a violência, como argumentou Osmar Terra. Programas de primeira infância são produto da racionalidade neoliberal, esta que tem a desigualdade como meta. O sussurro da idiota da primeira infância quis colocar uma interrogação nessa solução que é uma intervenção na casa dos indivíduos pobres, pouco custosa do ponto de vista das políticas públicas, elaborada basicamente por homens brancos da ciência e da política e que quase não desagrade ninguém, nem esquerda nem direita, defensores de direitos ou conservadores: uma solução mágica. Será mesmo?

Nossos sussurros e pausas, nossas dúvidas e perguntas começaram com uma desconfiança e foram se fortalecendo com a observação de que essa solução parece não estar resolvendo muita coisa. Muito pelo contrário, essa tentativa de conceber a primeira infância como um atalho, “cientificamente comprovado”, para resolver a pobreza, produz outros efeitos. Acrescenta mais uma camada de responsabilização nas mulheres pobres, que no Brasil são em maioria negras: além da educação e do cuidado

de crianças, agora elas também são responsáveis pela interrupção da pobreza nos seus filhos. Produz uma infância/capital-humano com crianças negras “subestimuladas”, para um futuro cada vez mais competitivo e excludente.

Não há solução mágica. Como afirma Donna Haraway, precisamos ficar com o problema, nem o desespero, nem a esperança, nem a solução tecnocrática, nem dar o jogo por vencido.

Em tempos urgentes, muitos de nós somos tentados a resolver problemas em termos de tornar seguro um futuro imaginado, de impedir que algo aconteça no futuro, de limpar o presente e o passado para criar futuros para as gerações vindouras. Ficar com o problema não requer tal relação com os tempos chamados de futuro. Na verdade, ficar com o problema requer aprender a estar verdadeiramente presente, não como um pivô evanescente entre passados terríveis ou edênicos e futuros apocalípticos ou salvíficos, mas como criaturas mortais entrelaçadas em uma miríade de configurações inacabadas de lugares, tempos, assuntos, significados. (HARAWAY, 2016, p. 18, tradução nossa).

Apesar de se referir em grande parte a um passado recente, principalmente entre 2016 e 2017 que é quando se localiza a minha experiência com a primeira infância, precisamos pontuar que esta tese também foi alimentada pelo momento histórico em que foi produzida, como, aliás, toda produção é. Nesses quatro anos que vão de fins de 2018 a fins de 2022 tivemos um cenário político marcado por um presidente da extrema direita e uma pandemia que causou a morte de mais de 680 mil pessoas no Brasil. Foram anos duros nos quais o debate sobre a invenção de outras formas de vida para além do capitalismo ganhou força.

Nesse contexto me pareceu ainda mais oportuno problematizar o discurso de que o investimento nas crianças é a solução para os problemas do mundo. Sobre as crianças depositamos nossas esperanças de sobrevivência enquanto espécie, um ideal de futuro bonito, com campos verdes floridos e a eliminação das mazelas que nos assolam, como a miséria e a degradação do meio ambiente. A segmentação da vida e a forma como toda essa área da primeira infância está articulada, inclusive nos programas de educação parental, não são a salvação do mundo por vir. São mecanismos de funcionamento do mundo como ele está, no presente. A idiota da primeira infância com seu olhar fora de foco conseguiu ver que as mesmas forças que segmentam e criam a primeira infância como solução, fazem funcionar esse mundo de “tempos urgentes”.

REFERÊNCIAS

6a REUNIÃO DA CPIMT. **Senado Federal**, 27/09/2017. (24 min) Disponível em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?24&reuniao=6681> Acesso em 19 set. 2021.

ALMEIDA, Tiago. O governo da infância: o brincar como técnica de si. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 152-166, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 ago. 2022.

AKERMAN, D. **Infeliz programa: criança feliz é aquela que vive em famílias com proteção social**. V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, 2018.

Disponível em:

<https://static.fecam.net.br/uploads/1521/arquivos/1580620_apresentacao_revisada__C_BP___Primeira_Infancia_no_SUAS_1.pdf> Acesso em: 25 de set. de 2022.

ANDERSON, P. O balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Disponível em:

<<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>> Acesso em: 18 de out. de 2020.

ANTONELI, D. Licença-paternidade de 20 dias será facultativa e exclui servidores públicos. **Gazeta do Povo**, 04 de fev. de 2016. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/licenca-paternidade-de-20-dias-sera-facultativa-e-exclui-servidores-publicos-80k2af4ho4kjp5agjn782tbk/>> Acesso em 19 de out. de 2020

ARIÉS, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

ARANTES, E. M. M. Rostos de Crianças no Brasil. PILLOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). **A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/EditoraUniversitária Santa Úrsula/Amais, 1995: 169 - 220.

ARANTES, E. M. M. De criança infeliz a menor abandonado - vicissitudes na arte de governar a criança. **Mnemosine**. Rio de Janeiro, v.1, n. 0, p. 162-164, 2004.

ARANTES, E. M. M. Duas décadas e meia de vigência da Convenção sobre os Direitos da Criança: algumas considerações. *In*: Eduardo Ponte Brandão. (Org.). **Atualidades em Psicologia Jurídica**. 1ed.Rio de Janeiro: Nau, 2016, v. 1, p. 53-96.

ARANTES, E. M. M. Considerações sobre as propostas de redução da maioria penal e agravamento da medida socioeducativa de internação. *In*: José Luiz Q. de Magalhães; Maria José Gontijo Salum; Rodrigo Tôres de Oliveira.. (Org.). **Por que**

somos contrários à redução da maioria penal? 1ed. Brasília -DF: CFP, 2015, v. 1, p. 109-119.

BARKER, S. L. e ARANTES, E. M. M. Por que assinamos a nota de repúdio. **Folha de São Paulo**, 06 de fevereiro de 2008. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0602200809.htm>> Acesso em 19 set. 2021

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BERNARD VAN LEER FOUNDATION, **A Good Start for All Children: Annual Report 2017**. Haia, 29 de mar de 2018. Disponível em: <<https://bernardvanleer.org/pt-br/publications-reports/annual-report-2017/>> Acesso em 19 de out. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 13.257, de 8 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm> Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados - Ano LXXII Nº 184, Sexta-feira, 20 de outubro de 2017**. Brasília/DF, 2017a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020171020001840000.PDF#page=25>. Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. **Programa Criança Feliz: a Intersetorialidade na visita domiciliar**. Brasília/DF, 2017b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_domiciliar.pdf>. Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. **Monitoramento e Avaliação de Impacto do Programa Criança Feliz**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2017c. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1569.pdf> Acesso em: 25 de set. de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Resultados 2016-2018**. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/caderno_resultados_2016_2018.pdf> Acesso em 18 jan. de 2021.

BRASIL. **Manual de gestão municipal do Programa Criança Feliz**. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e

Desenvolvimento Humano. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Manual%20do%20Gestor.pdf> Acesso em 18 jan. 2021.

BRUER J.T. Revisiting “ The Myth of the First Three Years ”. **Monitoring Parents: Science, evidence, experts and the new parenting culture**. 2011. Disponível em <<https://blogs.kent.ac.uk/parentingculturestudies/files/2011/09/Special-briefing-on-The-Myth.pdf>> Acesso em 10 maio 2022.

BURMAN. E. **Deconstructing Developmental Psychology**. Londres, Routledge, 2017.

CALVEIRO, P. **Resistir al neoliberalismo: Comunidades y Autonomía**. Cidade do México: Siglo XXI, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Audiência Pública da Comissão Especial - PL 6998/13**, 27 de maio de 2014. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:WOY1TaPDXsMJ:https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp%3Fetapa%3D11%26nuSessao%3D0702/14+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 19 set. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sessão Extraordinária de 07/04/2016 – Comissão Geral**. 2016a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=072.255.O&nuQuarto=38&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:06&sgFaseSessao=CG%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=07/04/2016&txApelido=OSMAR%20TERRA&txFaseSessao=Comiss%C3%A3o%20Geral%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=11:06&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>> Acesso em 19 set. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda Constitucional 241 de 2016**. 2016b. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>> Acesso em: 19 de out. de 2020.

CANGULHEM, G. **O normal e o patológico**. 5.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CASTEL, R. From Dangerousness to Risk. In: BURCHELL et al. **The Foucault effect: studies in governmentality with two lectures by and an interview with Michel Foucault**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CEAS/MG. **Resolução nº 583/2017 – CEAS/MG**. Blog do SUAS, 2017. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/176294/caderno1_2017-01-26%2023.pdf?sequence=1> Acesso em: 25 de set. de 2022

CEAS/SC. **Resolução nº 17 de 14 de Dezembro de 2016**. Disponível em: <<https://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/ceas/resolucoes/2016-3/1796-resolucao-17-programa-primeira-infancia/file>> Acesso em 25 de set. de 2022.

CECCON, C. RNPI celebra a sanção do marco legal da primeira infância. **Rede Nacional Primeira Infância**, 9 de mar de 2016. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/RNPI-celebra-a-sancao-do-marco-legal-da-primeira-infancia/>> Acesso em 19 de out. de 2020.

_____. RNPI lamenta exoneração de Rita Coelho da coordenadoria geral de educação infantil do MEC. **Rede Nacional Primeira Infância**, 29 de jul. de 2016b. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/RNPI-lamenta-exoneracao-de-rita-coelho-da-coordenadoria-geral-de-educacao-infantil-do-mec/>> Acesso em 19 de out. de 2020.

_____. Secretaria Executiva da RNPI participa de cerimônia de lançamento do programa “Criança Feliz”. **Rede Nacional Primeira Infância**, 07 de out. de 2016. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/secretaria-executiva-da-RNPI-participa-de-cerimonia-de-lancamento-do-programa-crianca-feliz/>> Acesso em 19 de out. de 2020.

CFESS. **Porque dizer não ao Programa Criança Feliz**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-NotaPublicaCFESS-NaoAoProgramaCriancaFeliz.pdf>> Acesso em 25 de set. de 2022.

CNJ. **Seminário do Pacto Nacional Pela Primeira Infância: região sudeste**. Programação. 2019, Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Programa%C3%A7%C3%A3o_Pacto_sudeste_Completo_final.pdf> Acesso em: 19 de out. de 2020;

CRANÇA Feliz previne ações de maus-tratos e violência contra crianças, destaca Osmar Terra. **Fonseas**, 27 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://fonseas.org.br/crianca-feliz-previne-aco-es-de-maus-tratos-e-violencia-contra-criancas-destaca-osmar-terra/>> Acesso em 19 set. 2021.

COCCIA, Coccia, E. **A Vida das Plantas. Uma Metafísica da Mistura**. Florianópolis, Cultura & Barbárie, 2019.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Senado Federal nº 2 de 2016**. Brasília, 04 de fev. de 2016, p. 47. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20218?sequencia=47>> Acesso em: 19 de out. de 2020

COOPER, M. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Nova Iorque: Zone Books, 2017.

CRP-MG. **Nota de posicionamento: Programa Primeira Infância no SUAS.** Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://crp04.org.br/nota-de-posicionamento-programa-primeira-infancia-no-suas/>> Acesso em: 25 de set. de 2022.

D'ALMEIDA, K. **A obrigatoriedade da Educação Infantil: governamentalidade e refinamento das técnicas de governo.** 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEL RÍO, N. Contrapuntos del modelo médico-epidemiológico de intervención temprana. **Alteridades**, vol. 24, núm. 47, pp. 53-60. Distrito Federal, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2014.

DELEUZE, G. **Michel Foucault: o poder.** São Paulo: Editora filosófica politeia, 2020.

DELEUZE, G. e Guatarri. DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, Vol. 3, Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DIDONET.V. Por que retirar as assinaturas do Recurso 335/2014 sobre o PL 6.998/2013 – Primeira Infância. **Rede Nacional Primeira Infância**, 19 de jan. de 2015. Disponível em: <primeirainfancia.org.br/por-que-retirar-as-assinaturas-do-recurso-3352014-sobre-o-pl-6-9982013-primeira-infancia> Acesso em: 19 de out. de 2020.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FARAH, T. **A trajetória de Osmar Terra, do comunismo ao 'ministério paralelo'.** Nexo Jornal, 12 de junho de 2021. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/06/12/A-trajet%C3%B3ria-de-Osmar-Terra-do-comunismo-ao-%E2%80%98minist%C3%A9rio-paralelo%E2%80%99>> Acesso em 19 set. 2021.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831999000100083&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100005>.

FONSECA, C. Crianças, seus cérebros... e além: Reflexões em torno de uma ética feminista de pesquisa. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 27, n. 2, e56169, 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200200&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Dec. 2020. Epub Aug 05, 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n256169>.

FONSECA, C. Knowledge forms and gendered moralities in policies of infant care in Brazil, **Families, Relationships and Societies**, 2022. Disponível em <<https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/frs/aop/article-10.1332-204674321X16533933612496/article-10.1332-204674321X16533933612496.xml>> Acesso em 13 set 2022. <https://doi.org/10.1332/204674321X16533933612496>

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1999.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia. Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRENTE DA PRIMEIRA INFÂNCIA. **Agosto, Mês da Primeira Infância**. Distrito Federal. 22 ago. de 2021 Instagram: @frenteprimeirainfancia. Disponível em <<https://www.instagram.com/frenteprimeirainfancia/>> Acesso em 19 set. 2021.

FRENTE MINEIRA DE DEFESA DO SUAS. **Diga não ao programa criança feliz**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://www.cress-mg.org.br/Upload/Pics/e6/e64f2cdf-4935-4b29-82df-286f6255880e.pdf>> Acesso em 25 de set. de 2022.

FURLAN, F. Para ministro, programa Criança Feliz trará mais igualdade social. **Exame**, 5 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/para-ministro-programa-crianca-feliz-trara-mais-igualdade-social/>> Acesso em 25 de set. de 2022.

GARCIA, R. Estudo vai mapear cérebro de homicidas. **Folha de São Paulo**, 26 de novembro de 2007. Ciência. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2611200701.htm>> Acesso em 19 set. 2021

GARCIA, R. Psicólogos tentam impedir pesquisa com homicidas. **Folha de São Paulo**, 21 de janeiro de 2008. Ciência. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2101200801.htm>> Acesso em 19 set. 2021.

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da infância. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 1, p. 195-214, Apr. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100010>.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares; GERKEN, Carlos Henrique de Souza. **Desenvolvimento humano: história, conceitos e polêmicas**. São Paulo: Cortez. 2010.

HARAWAY, D. J. **Staying with the Trouble**. Durham: Duke University Press, 2016. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/1458369/staying-with-the-trouble-pdf> Acesso em: 24 de set de 2022.

HARVARD UNIVERSITY. **Center on The Developing Child**. Collective Change. Disponível em: <<https://developingchild.harvard.edu/collective-change/#leadership-development>> Acesso em: 19 de out. de 2020.

HAYS, S. **Contradições culturais da maternidade**. Rio de Janeiro: Gryphus; 1998.

HECKMAN. **The Heckman Equation**. 2020. Disponível em <<https://heckmanequation.org/the-heckman-equation>> Acesso em 18 de out de 2020.

JACKSON Barreto e ministro do Desenvolvimento Social lançam programa que beneficia quase 8 mil crianças. **Sergipe - Governo do Estado**, 21 de Março de 2017. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/Governo/jackson-barreto-e-ministro-do-desenvolvimento-social-lancam-programa-que-beneficia-quase-8-mil-criancas>. Acesso em 19 set. 2021

KLEIN, C; MEYER, D. E. PEDAGOGIAS DA MATERNIDADE NO ÂMBITO DA POLÍTICA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR/RS. **Revista Teias**, [S.l.], v. 19, n. 55, p. 211-226, dez. 2018. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/33408>>. Acesso em: 10 ago. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/teias.2018.33408>.

LANÇAMENTO da Frente Parlamentar pela Defesa da Primeira Infância. **OPAS Brasil**, Brasília, 22 de mar de 2011. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=1923:lançamento-da-frente-parlamentar-pela-defesa-da-primeira-infancia&Itemid=499> Disponível em: 19 de out. de 2020.

LEARN THE SIGNS. ACT EARLY. **Developmental Milestone Resources for Early Head Start and Head Start Programs**. Centers for Disease Control and Prevention, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/ncbddd/actearly/headstart.html>> Acesso em 25 de set. de 2022.

LEE, E. et al. **Parenting Culture Studies**. Palgrave Macmillan: Reino Unido, 2014. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/3485512/parenting-culture-studies-pdf> Acesso em: 16 de Julho de 2022.

LIMA, Ana Laura Godinho. O evolucionismo na psicologia educacional: uma análise historiográfica. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.27, n.3, jul.-set. 2020, p.819-836.

LLOBET, V. Las investigaciones en infancia y algunos desafíos para la política y la intervención. In: BARCALA e POVERENE (Orgs). **Salud Mental y Derechos Humanos en las infancias y adolescencias**. Argentina: UNLA. 2019. Disponível em: <https://www.aacademica.org/valeria.llobet/163> Acesso em 14 de out. de 2020.

LUCAS, J. et al. Care for Child Development: an intervention in support of responsive caregiving and early child development. **Child: Care, Health and Development**, 2018. 44: 41– 49. doi: 10.1111/cch.12544.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Ed. Paz e Terra. 2015.

MACVARISH, J. The Politics of Parenting. In: LEE,E. et al. **Parenting Culture Studies**. Palgrave Macmillan: Reino Unido, 2014. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/3485512/parenting-culture-studies-pdf> Acesso em: 16 de Julho de 2022.

MASCARENHAS, G. Recuperado da Covid-19, Osmar Terra avisa: ‘Penso exatamente como pensava’. **Veja**, 16 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/recuperado-da-covid-19-osmar-terra-avisa-penso-exatamente-como-pensava/> Acesso em 19 set. 2021.

MATTOS, R. M. **RNPI pede à Presidenta Dilma Rousseff que sancione integralmente o Marco Legal da Primeira Infância**. Rede Nacional Primeira Infância. 24 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/RNPI-pede-a-presidenta-dilma-rousseff-que-sancione-integralmente-o-marco-legal-da-primeira-infancia/> Acesso em 14 de nov. de 2020

MEYER D.E. **Pedagogias do aleitamento materno e produção de identidades de gênero**. In: Seminários de Pesquisa em Educação da Região Sul - Porto Alegre: ANPEDSUL, 2000. Anais. p. 1-17.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **A primeira Infância**. [s.d.]a Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/a-primeira-infancia>. Acesso em 19 set. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **O Criança Feliz**. [s.d.]b Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>. Acesso em 25 de set. de 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Cadernos de Estudos** – N. 35 (2020). Brasília, DF ; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2020. Disponível em: <https://www.epidemiologia.ufpel.org.br/uploads/downloads/82359dcf63d2c7b882037e499a417bfe.pdf> Acesso em 25 de set. de 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Manual do Visitador: um olhar sobre a visita domiciliar**. Brasília: DF, 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/ptbr/acoes-e-programas/crianca-feliz/publicacoes1/MANUALDOVISITADORVERSOFINAL.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Manual de Apoio a Visitas Domiciliares: um olhar sobre as dimensões do desenvolvimento da criança de 0 a 36 meses**. Brasília: DF, 2021b.

MORAES M. L. e NASCIMENTO, T. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 91-102, jan./jun. 2002.

MUNHOZ, T. N. et al. Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança Feliz. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2022, v. 38, n. 2 [Acessado 17 Agosto 2022], e00316920. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00316920>>. Epub 11 Feb 2022. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00316920>.

Ó, Jorge Ramos do e CARVALHO, Luís Miguel. **Emergência e Circulação do Conhecimento Psicopedagógico Moderno (1880-1960): Estudos Comparados Portugal-Brasil**. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2009.

Ó, Jorge Ramos do. A Governamentalidade e a História da Escola moderna: Outras conexões investigativas. **Educação e Realidade**, v. 34, p. 97, 200.

ONU BRASIL. **Criança Feliz – construindo vidas melhores a partir da primeira infância**. YouTube, 24 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7WjBMONQHMO>> Acesso em: 25 de set. de 2022.

PAULA, L. Osmar Terra é o novo ministro do Desenvolvimento Social e Agrário. **Ministério da Cidadania**, 13 de maio de 2016. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_JYtcNchXWYJ:mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/maio/osmar-terra-e-o-novo-ministro-do-desenvolvimento-social-e-agrario+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d> Acesso em 19 de out. de 2020.

PENN, H. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 115, p. 07-24, mar. 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-

15742002000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100001>

QUERRIEN, A. **Trabajos elementales sobre la escuela primaria**. Madrid: La Piqueta, 1994.

RAZÃO e preconceito. **Folha de São Paulo**. 22 de janeiro de 2008. Opinião. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2201200802.htm> Acesso em 19 set. 2021.

REDE Nacional Primeira Infância apresenta posicionamento sobre o programa “Criança Feliz” ao ministro do Desenvolvimento Social e Agrário Osmar Terra. **Rede Nacional Primeira Infância**, 29 de nov. de 2016. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/rede-nacional-primeira-infancia-participa-de-encontro-com-ministro-osmar-terra-e-apresenta-seu-posicionamento-sobre-crianca-feliz/>> Acesso em 19 de out. de 2020.

REVISTA “The Lancet” é a mais importante na área de ciências médicas. **Jornal da USP**, São Paulo, 12 de set. de 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/revista-the-lancet-e-a-mais-importante-na-area-de-ciencias-medicadas/>> Acesso em: 19 de out. de 2020

RNPI. **Rede Nacional Primeira Infância e o programa Criança Feliz**. Assembleia Geral, 18 de nov. de 2016. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/02/posicionamento-RNPI-Crian%C3%A7a-feliz.pdf>> Acesso em 19 de out. de 2020.

RNPI. **[Correspondência]**. Destinatário: Fernando Haddad. Salvador, 29 nov. 2012. Disponível em <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/carta-haddad-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil.pdf>> Acesso em: 25 set. de 2022.

ROMAHNOLI, R.C. e PAULOM, S.M. Escritas implicadas, pesquisadores implicantes: notas sobre os destinos da subjetividade nos desatinos da produção científica. In: Dimenstein M, Leite J (org.) **Psicologia em pesquisa: cenários de práticas e criações**. Natal: Editora EDUFRN; 2014. p. 23-42.

RODRIGUES, H. B. C. Sobre um parágrafo de Michel Foucault: resposta a muitas questões?. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 127-145, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2021.

RODRIGUES, F. Michel Temer lança programa “Criança Feliz” ao custo de R\$ 2 bilhões ao ano. **UOL**, 20 de jul de 2016. Disponível em: <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/07/20/michel-temer-lanca-programa-crianca-feliz-ao-custo-de-r-2-bilhoes-ao-ano/>> Acesso em 19 de out. de 2020.

ROSE, Nikolas & ABI-RACHED, Joelle. **Neuro: the new brain sciences and the management of the mind**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

ROSE, Nikolas. **Governing the Soul: The Shaping of the Private Self**. Free Association Books, 1999.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 58, núm. 1, 2006, pp. 48-57.

SCHEINVAR, E.; D'ALMEIDA, K. Educação Infantil: Entre o direito e o controle biopolítico. **VI Jornadas de Sociología de la UNLP**. 9 y 10 de diciembre de 2010, La Plata, Argentina. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.5266/ev.5266.pdf>. Acesso em: 28 de dez. de 2020.

SCHUCH, P. **Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCOTT, A. S. V. História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer? *In*: **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. [E-book]. / Organizadores José Carlos da Silva Cardozo et al. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2020.

SEMINÁRIO Internacional do Marco Legal da Primeira Infância. **Senado Federal**, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/marco-legal-primeira-infancia>> Acesso em 19 de out. de 2020;

SEMINÁRIO apresenta impactos do Programa Criança Feliz. **Pnud Brasil**, 04 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/seminario-internacional-apresenta-impactos-do-programa-crianca-f0.html> Acesso em 19 set. 2021.

SPENCER, H. **Educação intelectual, moral e física**. 1861. Disponível em: https://www.filosofia.com.br/figuras/livros_inteiros/266.txt Acesso em 10 de maio de 2022.

TAG, M. Universalizing Early Childhood: History, Forms and Logics. *In*: **Childhoods at the Intersection of the Local and the Global**, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

TERRA. O. **Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática**. Dissertação (Mestrado em Medicina e Ciências da Saúde). Porto Alegre, PUCRS, 2012.

TOMLINSON, S. From Rousseau to Evolutionism: Herbert Spencer on the Science of Education. **History of Education**, 1996, vol.5, no. 3, p. 235-254, DOI: 10.1080/0046760960250303

VAZ, P. Corpo e risco. In: N. G. Villaça, F.; Kosovski, E. (Org.). (Ed.). **Que corpo é esse?** Rio de Janeiro: Novas Perspectivas, 1999.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 69, p. 442-464, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

THE LANCET. **Early Child Development in Developing Countries 2007**. Series from the Lancet journals. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/series/early-child-development-in-developing-countries-2007>> Acesso em: 19 de out. de 2020.

THE LANCET. **Early Child Development in Developing Countries 2011**. Series from the Lancet journals. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/series/child-development-in-developing-countries-2>> Acesso em: 19 de out. de 2020.

THE LANCET. **Advancing Early Childhood Development: from Science to Scale**. Executive Summary for The Lancet's Series, 2016. Disponível em: <https://marlin-prod.literatumonline.com/pb-assets/Lancet/stories/series/ecl/Lancet_ECD_Executive_Summary.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

THE LANCET. **The best science for better lives**. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/about-us>>. Disponível em: 19 de out. de 2020.

UFPEL. **Avaliação do Impacto do Programa Criança Feliz. Relatório final. Análises por intenção de tratar (itt) e análises por “local average treatment effects” (late)**. Pelotas, Abril de 2022.

UNICEF. **Care for Child Development**. [s.d.] Disponível em: <<https://www.unicef.org/documents/care-child-development>> Acesso em 25 de set. de 2022.

UNICEF BRASIL. **Lançamento Série The Lancet**. 2016. (178 min) Publicado pelo canal UNICEF Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SoUOJo5I7Q4>>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

UNICEF BRASIL. **Programa Desenvolvimento Infantil – Unicef Brasil**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/desenvolvimento-infantil>>. Acesso em: 28 de dez. de 2020.

VIEIRA, A. L. **“A colaboração lhe bate à porta...”: visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VIEIRA, M. Publicação internacional destaca importância do investimento na primeira infância. **Ministério da Cidadania**, 2016. Disponível em <<http://mds.gov.br/area-de->

imprensa/noticias/2016/novembro/publicacao-internacional-destaca-importancia-do-investimento-na-primeira-infancia>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

WOLF J. B. Is breast really best? Risk and total motherhood in the National Breastfeeding Awareness Campaign. **J Health Polit Policy Law** 2007; 32(4): 595-636.

WORLD BANK. **Early Childhood Development**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/earlychildhooddevelopment>>. Acesso em: 18 de out. de 2020.

WHO. **Care for child development: improving the care of young children**. Genebra, 2012. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789241548403>> Acesso em 25 de set. 2022.

WHO e UNICEF. **Care for child development. Adapted for the Latin American and Caribbean Region**. 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/8551/file/Acknowledgements.pdf> Acesso em 25 de set. de 2022.

ZUBLER, J. M., et al. **Evidence-informed milestones for developmental surveillance tools**. *Pediatrics*, 2022. 149(3) Disponível em: <https://publications.aap.org/pediatrics/article/149/3/e2021052138/184748/Evidence-Informed-Milestones-for-Developmental?autologincheck=redirected> Acesso em: 25 de set. de 2022.